

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CÁSSIO DE SÁ E CABRAL

**“Que se ajustem no preço”: João Rodrigues de Macedo no comércio de  
muars e equinos na capitania de Minas Gerais (1777-1790)**

MARIANA

2020

CÁSSIO DE SÁ E CABRAL

**“Que se ajustem no preço”: João Rodrigues de Macedo no comércio de  
muas e equinos na capitania de Minas Gerais (1777-1790)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens

Linha de Pesquisa: Poder, Espaço e Sociedade

Orientador: Angelo Alves Carrara

MARIANA

2020

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C117q Cabral, Cassio de Sá e.  
"Que se ajustem no preço" [manuscrito]: João Rodrigues de Macedo  
no comércio de muares e equinos na capitania de Minas Gerais (1777-  
1790). / Cassio de Sá e Cabral. - 2020.  
133 f.: il.: , gráf., tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Angelo Alves Carrara.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro  
Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em  
História.

Área de Concentração: História.

1. Macedo, João Rodrigues de, 1740-1807. 2. Minas Gerais - História.  
3. Mulas - Comércio. I. Carrara, Angelo Alves. II. Universidade Federal de  
Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(815.1)(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assunção Costa - CRB 6 - 2164



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Cassio de Sá e Cabral

**"Que se ajustem no preço": João Rodrigues de Macedo no comércio de muares e equinos na Capitania de Minas Gerais, 1777-1790**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre

Aprovada em 28 de Setembro de 2020

### Membros da banca

Dr. Angelo Carrara - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto e Universidade Federal de Juiz de Fora  
Dra- Alexandra Maria Pereira - Membro - Faculdade Cidade de João Pinheiro  
Dra. Cláudia Maria das Graças Chaves - Membro Universidade Federal de Ouro Preto

Angelo Carrara, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 08/01/2021



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria das Gracas Chaves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/01/2021, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0122163** e o código CRC **6B45A464**.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é fruto de uma parceria de longa data com o professor Angelo Alves Carrara. Foi por meio dele, e de seus incentivos e ensinamentos que esta pesquisa pôde se concretizar. Por meio do professor Angelo Carrara, ainda como meu orientador de Iniciação Científica na Faculdade de Economia da UFJF, tive meus primeiros contatos com a História Econômica e logo pude perceber minha predileção pela área, de modo, que ao final da minha primeira graduação, decidi dar uma guinada na minha carreira e me candidatar ao mestrado em História na UFOP. Desde minha aprovação no mestrado, somada ao meu ingresso na graduação em História, fui capaz de comprovar, a despeito de todos os desafios enfrentados, que tomei a decisão correta. O professor Angelo, já como meu orientador de mestrado, com toda sua generosidade e solicitude tornou mais amenos todos os empecilhos encontrados nesses dois anos e meio de processo, de modo, que hoje tenho a História Econômica como área de especial afeto. É endereçado ao meu professor orientador, portanto, o primeiro dos agradecimentos.

Agradeço também, de forma muito especial, a minha família que me apoiou incondicionalmente neste processo. À minha mãe, por sempre abraçar os meus sonhos e prestar todo o suporte às suas realizações, tendo sido fundamental para a minha decisão de me mudar para a cidade de Mariana, a fim de realizar da melhor forma esta pesquisa. Ao meu pai e à minha irmã, por, igualmente, me apoiarem e me incentivarem a seguir em frente mesmo nos momentos mais adversos.

Estendo meus agradecimentos, também, ao Centro de Estudos do Ciclo do Ouro e todos os seus sempre prestativos servidores, principalmente, na figura da Ângela Parma, a qual foi decisiva para o procedimento de coleta dos dados do livro de contabilidade que estudei, me auxiliando em tudo que precisei, sempre com muita disposição em ajudar. Gostaria de agradecer, também, às professoras Cláudia Chaves e Alexandra Maria Pereira pela leitura, correções e sugestões a este trabalho nas bancas de qualificação e de defesa. E a minha colega economista Tayrine Fernandes pelo essencial auxílio com os múltiplos recursos do *Excel*, durante o processo de tratamento e sistematização dos dados da fonte estudada.

Agradeço, ainda, aos laços que construí nesse tempo vivendo em Mariana. Aos amigos da graduação em História, aos colegas do ICHS e, especialmente, à República Gomorra, que foi a minha casa durante esse período, e, sobretudo, aos seus moradores com os quais pude dividir importantes e memoráveis momentos. Por fim, lembro dos meus amigos de Juiz de Fora, principalmente, os dos tempos do Colégio Santa Catarina, que sempre estiveram presentes em

minha vida e trajetória, a despeito da distância que se impôs entre nós nesses últimos dois anos e meio.

## RESUMO

A presente pesquisa busca estudar o comércio de muares e equinos nas décadas finais do século XVIII em Minas Gerais, por meio dos negócios empreendidos por João Rodrigues de Macedo, contratador de tributos, comerciante e importante figura da sociedade mineira de seu tempo. Para tal, usa-se como fonte fundamental um livro de registro da contabilidade de seus negócios, que contém o movimento de venda no varejo desses animais em Minas Gerais, entre 1777 e 1790. Esta fonte contém não apenas de dados quantitativos seriais, mas também registra nomes de sócios, vendedores e consumidores, que permitem uma análise dessa atividade do ponto de vista qualitativo. Com este estudo, busca-se lançar luz sobre um aspecto da vida econômica de João Rodrigues de Macedo até então pouco abordado pela historiografia. Esta investigação, ademais, espera ser um contributo para a História da Contabilidade Colonial portuguesa e para a historiografia geral sobre o mercado de muares e equinos no Brasil no Setecentos.

**Palavras-chave:** Minas Gerais; João Rodrigues de Macedo; Comércio de Muares.

## **ABSTRACT**

This research aims to study the trade of mules and horses during 18th century's final decades in Minas Gerais, based on the business conducted by tax contractor João Rodrigues de Macedo, a trader and an important society character at that time. For such study, the main source is a book contending accounting records of his business and those animals' retail sales transactions in Minas Gerais, between 1777 and 1790. This source contains not only serial quantitative data, but also records partners, sellers and buyers, which allows an analysis of that activity from a qualitative point of view. This research's goal is to illuminate an aspect that have been very little addressed by historiography in João Rodrigues de Macedo's economic life. Overall, this investigation hopes to contribute to the History of Portuguese Colonial Accounting and to the general historiography on mules' and horses' market in Brazil in the 18th century.

**Keywords:** Minas Gerais; João Rodrigues de Macedo; Mule's trade

## **ABREVIATURAS**

APM – Arquivo Público Mineiro

CC – Casa dos Contos

## LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1: Padrão geral dos registros diários .....	35
Figura 2: Entradas e saídas da primeira tropa negociada em sociedade com Antônio Teixeira Pena.....	43
Figura 3: Registro da tropa denominada de terceira .....	46
Figura 4: Suposto sumário do livro de conta corrente .....	48
Figura 5: Página 98 do livro de conta corrente.....	54
Gráfico 1: Saídas de animais totais por mês.....	76
Tabela 1: Rendimentos das tropas da sociedade entre Macedo e Pena .....	40
Tabela 2: Somatório geral do livro CC 1323 .....	69
Tabela 3: Discriminação dos animais válidos e vendidos a prazo .....	70
Tabela 4: Montantes gerais de animais vendidos por ano.....	73
Tabela 5: Cálculo do preço médio anual de bestas e cavalos, em réis.....	77
Tabela 6: Os maiores comissários (vendedores) .....	113
Tabela 7: Os grupos de comissários.....	114
Tabela 8: Maiores compradores com patentes militares .....	120
Tabela 9: Maiores compradores clérigos .....	122
Tabela 10: Maiores compradoras de animais .....	123

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	9
<b>Capítulo 1 Um livro de contabilidade no período colonial: possibilidades e desafios</b> ..	32
1.1 O livro de conta corrente CC 1323 em sua totalidade .....	33
1.1.1 Os lançamentos diários .....	34
1.1.2 As duas tropas da sociedade entre João Rodrigues de Macedo e Antônio Teixeira Pena 39	
1.1.3 As informações textuais: cartas e anotações .....	47
1.2 A construção da base de dados: a organização e o tratamento dos lançamentos diários	52
<b>Capítulo 2 O comércio de animais por João Rodrigues de Macedo em números: demonstração dos resultados e possíveis análises</b> .....	61
<b>Capítulo 3 Os nomes do comércio de muares: sócios, credores e consumidores</b> .....	84
3.1 Os relatos das tropas e os sócios de Macedo: a viabilização do comércio de animais ...	88
3.2 As saídas das tropas nas Minas: vendedores e consumidores .....	112
3.2.1 Os militares.....	119
3.2.2 Os homens do clero.....	121
3.2.3 As mulheres .....	123
<b>Considerações finais</b> .....	125
<b>FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS</b> .....	127
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	129
<b>ANEXO</b> .....	133

## Introdução

Este presente trabalho tem como objeto de análise o comércio de muares e equinos no último quartel do século XVIII em Minas Gerais efetuado pelo comerciante e contratador de tributos João Rodrigues de Macedo. O objetivo fundamental é avançar no conhecimento da dimensão desse mercado por meio dos negócios realizados pelo contratador e, conseqüentemente, conforme a disponibilidade de fontes, abordar os principais trâmites e nomes envolvidos nessa atividade comercial. Dessa forma, os esforços maiores desse estudo se concentram nas análises quantitativas, embora se busque, também, tratar essa atividade sob um olhar qualitativo. A motivação inicial do estudo em questão partiu da localização de um livro de contas correntes atribuído a Macedo, que registra, sobretudo, as vendas no varejo de animais muares e equinos entres os anos de 1777 e 1790 em Minas Gerais. Trata-se de uma fonte puramente contábil, que sustenta uma análise quantitativa consistente acerca dessa atividade tão importante para a economia da capitania de Minas Gerais, mas, também, das capitanias vizinhas, como se verá mais à frente. Ademais, o estudo da fonte em análise é capaz de fornecer informações mais precisas sobre o envolvimento de João Rodrigues de Macedo no comércio de animais, sendo a contribuição à historiografia desse importante personagem de Minas Gerais um dos objetivos do trabalho. Por fim, esta pesquisa espera contribuir, também, aos estudos relativos a uma História da contabilidade no Brasil no período colonial, a partir da sistematização e tratamento dos dados coletados.

A relevância de se estudar o comércio desses animais está no fato de serem responsáveis pelo transporte de cargas terrestres nesse período. Essa atividade ganha ainda mais relevância no contexto da economia colonial de abastecimento, movimentando uma grande quantidade de valores, conectando pontos longínquos da colônia e mobilizando um contingente importante de material humano de diversas regiões da América portuguesa. É dentro dessa perspectiva que se insere essa pesquisa, na esteira de trabalhos sobre o abastecimento da capitania de Minas Gerais, como o pioneiro de Mafalda Zemella, seguida por nomes como os de Alcir Lenharo, Cláudia Chaves e Angelo Carrara<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. Tese de Doutorado apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Universidade de São Paulo., 1951. LENHARO, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992. CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1995. CARRARA, Angelo Alves. Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Editora UFJF, 2007.

No lombo desses animais muares e equinos era escoada a produção de ouro até os portos, se fazia o caminho inverso em direção às Minas, de gêneros importados do reino, além de serem utilizados para o comércio de produtos entre capitânicas, por exemplo. Como se verá, João Rodrigues de Macedo foi um agente nevrálgico desse extenso e complexo mercado no seu tempo, compondo, com protagonismo, o ponto final dessa rede de abastecimento interno de animais na capitania de Minas Gerais, ocupando, primordialmente, a função de distribuidor de muares e equinos no varejo.

Sobre esse mercado de muares, há um vasto aporte de pesquisas, principalmente no que tange a região do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, importante para a produção desses animais; e São Paulo, de onde partiam a maior parte dos comerciantes que faziam o trânsito dessas tropas das fazendas produtoras ou de invernadas até os mercados consumidores. No caso específico de Minas Gerais, a produção historiográfica que se dedicou especificamente a esse mercado é mais limitada, de modo que essa pesquisa espera ser, também, uma contribuição ao estudo da proeminência desses animais para a economia da capitania no período abarcado pelo livro de conta corrente de João Rodrigues de Macedo.

A relevância do livro de contas correntes que serve de fonte principal a esta pesquisa já havia sido aventada por Angelo Alves Carrara em seu livro *Minas e Currais*. O autor cita a existência de tal fonte, apresentando João Rodrigues de Macedo como um dos maiores negociantes desses animais em seu tempo, e apresenta alguns dados brutos relativos a uma das tropas descritas no início do livro, mas não se aprofunda nas diversas informações contidas no material<sup>2</sup>. Já no artigo de Renato Leite Marcondes e Carlos Eduardo Suprinyak sobre alguns aspectos do mercado de muares na segunda metade do setecentos, há, também, a menção do envolvimento de Macedo nessa atividade. Os autores tratam, por exemplo, das possíveis origens dos animais negociados por ele, citam os condutores das tropas identificadas, além de indicarem a possibilidade do comerciante se destacar como distribuidor de muares em Minas Gerais por conta da quantidade de animais movimentados em seu nome<sup>3</sup>. Porém, como se verá no decorrer do trabalho, o livro de contas correntes tem um efeito sensível no que se sabia acerca da participação de Macedo nesse mercado, principalmente no que diz respeito ao volume de animais movimentados por ele. O montante de muares e equinos registrados nesse livro supera,

---

<sup>2</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., p. 124.

<sup>3</sup> SUPRINYAK, Carlos Eduardo; MARCONDES, Renato Leite. Movimentação de tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 40, p. 47-69, 2007. pp. 61 a 63.

e em muito, as estatísticas atribuídas a ele identificadas por Marcondes e Suprinyak, por exemplo.

O livro de conta corrente em questão será descrito detalhadamente no primeiro capítulo desta dissertação. Como referência para o trabalho com esse tipo de fonte contábil, pode-se citar o texto de Virgínia Rau, que estudou o Livro de Rezão – um documento contábil mercantil do século XVII – o qual pertencera a Antônio Coelho Guerreiro. Em seu estudo, a pesquisadora faz uma descrição minuciosa do documento, desde a caracterização física do estado de conservação de suas páginas, até sua caligrafia. Trata-se de um trabalho pioneiro quanto a utilização desse tipo de fonte documental contábil como aporte principal<sup>4</sup>. Outra importante referência para o trato desse tipo de fonte é a dissertação de Alexandra Maria Pereira, que igualmente estuda as contas correntes de uma loja comercial em Vila Rica na primeira metade do século XVIII. Por meio das informações contábeis, a autora pôde estudar a movimentação de mercadorias em Vila Rica naquele tempo e a própria estrutura dessas lojas. Além disso, por meio das detalhadas informações a respeito dos produtos vendidos e dos compradores, por exemplo, a autora conseguiu fazer uma série de inferências sobre as preferências desses consumidores<sup>5</sup>. Nesse sentido, o livro de conta corrente que é suporte desta pesquisa, dentre um leque de elementos relevantes, foi capaz de revelar as participações de cada tipo principal de animais movimentados – bestas, cavalos, potros e machos –, dentro do montante total. Ademais, foi possível identificar os principais vendedores, bem como os principais grupos de consumidores, os preços de venda e, ainda, a modalidade dessas transações, ou seja, se à vista ou a prazo. Portanto, embora sejam informações muito diferentes contidas nos dois trabalhos, a pesquisa de Alexandra Pereira serviu de norteadora para as possibilidades de análises e de pressuposições demonstradas mais à frente.

Como dito anteriormente, uma outra contribuição pretendida por essa pesquisa, é apresentar João Rodrigues de Macedo sob uma perspectiva diferente dos demais trabalhos já desenvolvidos sobre ele. A produção historiográfica tem priorizado suas atividades como contratador de tributos, como banqueiro e como comerciante de um modo geral, além de tratar de seu envolvimento na trama da Inconfidência Mineira. Não é pretensão da pesquisa estudar a trajetória de Macedo, mas de lançar luz sobre esse aspecto do comércio de animais, que, como

---

<sup>4</sup> RAU, Virgínia. O “Livro de Rezão” de Antônio Coelho Guerreiro. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1956.

<sup>5</sup> PEREIRA, Alexandra Maria. Um mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738). 2008. 172 f. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

se apresentará mais adiante, foi uma atividade capaz de movimentar valores monetários muitíssimos significativos.

Sobre a historiografia acerca de Macedo, um dos mais completos e antigos estudos foi escrito por Tarquínio J. B. de Oliveira<sup>6</sup> e publicado como introdução ao primeiro volume de correspondências do contratador, organizadas e transcritas pelo Centro de Estudos do Ciclo do Ouro, Casa dos Contos, fonte, aliás, que serve de base para quase todas as pesquisas sobre Macedo. O ensaio biográfico enfatiza seu papel como banqueiro e sua relação com a Inconfidência Mineira, além de trazer informações sobre seus anos anteriores a sua chegada às minas, um pouco de sua vida pessoal e sobre a fase final de seus negócios, quando acabou perdendo parte significativa de seus bens.

Segundo o ensaio, Macedo teria nascido em Coimbra e tinha por volta de trinta e cinco anos quando chegara a Vila Rica no ano de 1775. De família abastada, possuía parentes que se dedicavam ao comércio no Rio de Janeiro, onde começara a inserir-se nos negócios. Macedo arrematou os contratos de entradas de mercadorias por dois triênios (1776-1778 e 1779-1781) após muitos anos de administração direta da Coroa, em um contexto de sensível declínio da mineração, a atividade principal da capitania em boa parte do século XVIII. No âmbito de sua vida pessoal, chama a atenção o autor do ensaio caracterizá-lo como detentor de uma personalidade amigável, como na sua relação com um dos líderes do intento Inconfidente em Minas Gerais, Inácio José de Alvarenga e sua família, aos quais, por vezes, prestou favores financeiros. É o caso da ajuda dada à viúva de Alvarenga, Bárbara Heliodora, no processo de recuperação dos bens de seu marido, após seu degredo e morte em decorrência dos desdobramentos da trama da Inconfidência Mineira. Nesse sentido, a generosidade e a tolerância são, segundo o ensaio, marcas evidentes da personalidade do contratador. Tarquínio de Oliveira ilustra essa dita flexibilidade de Macedo até mesmo nas suas relações de negócio, como no caso de dívidas relativas aos contratos: “ordena algumas vezes a seus administradores de Registros liberem cargas e tropas, lançando o débito tributário à sua conta pessoal”<sup>7</sup>; em outros casos, “em relação a viúvas pobres, não hesita em mandar reduzir o tributo em seus interesses”<sup>8</sup>.

Inácio José de Alvarenga, conforme Tarquínio de Oliveira, não foi o único dentre os envolvidos publicamente na Inconfidência Mineira que eram próximos a Macedo. O mais

---

<sup>6</sup> OLIVEIRA, Tarquinio JB de. Correspondência ativa de João Roiz de Macedo. Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Casa dos Contos. Ouro Preto. 1981.

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 23.

conhecido nome desse movimento, popularmente chamado de Tiradentes, era amigo pessoal de Macedo, conforme o ensaio. Segundo relatado, vários líderes atribuídos ao movimento Inconfidente, teriam se reunido, ou, até mesmo, se hospedado na casa de Macedo em Vila Rica nos dias que antecederam a publicidade do movimento<sup>9</sup>.

Especificamente sobre a atuação de Macedo como contratador de tributos, é possível citar vários trabalhos que abordam o tema: um, do professor Angelo Alves Carrara, que estudou o sistema de contratos através da atuação de Macedo nessa atividade, por meio de suas correspondências<sup>10</sup>; a dissertação de mestrado de Paulo Miguel Moreira da Fonseca, que dedica um capítulo a estudar a rede de negócios estabelecida por Macedo para as cobranças desses tributos, também por meio de sua correspondência<sup>11</sup>; ou, ainda, um trabalho de Mauro de Albuquerque Madeira, que se utiliza da trajetória de Macedo como contratador para estudar os contrapontos entre as arrecadações pública e privada de impostos no Império Português.<sup>12</sup>; e, por fim, demonstrando a inserção social destacada de Macedo em Vila Rica, como reflexo direto de sua posição como contratador de tributos, Renato Pinto Venâncio, Maria José Ferro de Sousa e Maria Teresa Gonçalves Pereira, elegem o contratador como um dos quatro notáveis em seus estudo sobre compadrio e relações político-sociais por meio da análise dos registros de batismo da Matriz de Nossa Senhora do Pilar<sup>13</sup>.

O estudo de João Rodrigues de Macedo como contratador é, sem dúvidas, o mais revisitado pela historiografia, por conta da importância econômica e social dessa atividade, especialmente no caso do tributo das Entradas de mercadorias, pois como resume Paulo Miguel da Fonseca, esse contrato “seria particularmente marcante e profícuo”<sup>14</sup>.

Em linhas gerais, esses chamados contratos eram uma prática corrente no Império Português nesse período e já existiam desde o tempo da fundação do reino de Portugal. Consistia na concessão a um homem de negócio ou a uma sociedade, do direito de cobrar determinado tributo ou de explorar o monopólio de certo produto, isto é, de atuar com exclusividade nessa atividade em substituição ao Estado. A Coroa cedia esse privilégio por um

---

<sup>9</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 57.

<sup>10</sup> CARRARA, Angelo Alves. A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807. *América Latina en la história económica*, n. 35, p. 29-52, 2011.

<sup>11</sup> FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. João Rodrigues de Macedo: ações e transações. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

<sup>12</sup> MADEIRA, Mauro de Albuquerque. Contratadores de tributos no Brasil colonial. *Caderno Aglesis*, v.2, n. 6, p. 98-112, set/dez 1998.

<sup>13</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006.

<sup>14</sup> FONSECA, 2005, Op. cit., p. 71.

tempo determinado em troca de um valor monetário estabelecido de acordo com as expectativas de arrecadação<sup>15</sup>.

À exceção dos quintos, todos os outros tributos nas Minas colonial foram cobrados por meio de contratos, pelo menos por um período de tempo. Segundo Angelo Carrara, o sistema de contratos era vantajoso tanto para o Coroa quanto para o arrematante, a primeira, pois transferia os custos e os riscos da cobrança para terceiros, e para os arrematantes, porque se beneficiavam dos rendimentos dos contratos para o giro de seus negócios, ou seja, podiam se utilizarem dos valores arrecadados para impulsionarem suas atividades econômicas paralelas<sup>16</sup>.

Os principais e mais rentáveis tributos cobrados por esse sistema de contratos ao longo do século XVIII, foram as entradas de mercadorias e os dízimos, o primeiro referente à cobrança em postos aduaneiros estrategicamente posicionados nos principais caminhos de acesso à Minas Gerais, de taxas pré-estabelecidas a todos os tipos de produtos que fossem enviados para a capitania. E os dízimos, por sua vez, eram referentes à cobrança da décima parte de toda a produção agrícola e pastoril destinada à comercialização. Ambos tributos foram arrematados por João Rodrigues de Macedo na década de 1770, já nos últimos anos de vigor desse sistema, que foi abolido definitivamente em 1789. João Rodrigues de Macedo, segundo o autor, em contraponto a outro importante contratador nas Minas Gerais do século XVIII, João de Souza Lisboa, arrematou os contratos das entradas de mercadorias e dízimos em um período de franca decadência da atividade mineradora, outrora a principal atividade econômica da capitania. Se por um lado João de Souza Lisboa representa a opulência econômica das Minas, João Rodrigues de Macedo, segundo Carrara, é o principal nome do período de baixa da mineração. Macedo arremata os contratos das entradas e mercadorias e dos dízimos em 1775, por dois triênios – no caso das entradas – e para as capitanias de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Carrara destaca o desinteresse pelo arremate dos contratos nos anos anteriores a 1775, o que já sinalizava para a dificuldade de honrá-lo: “os dízimos de 1765 a 1767 e de 1771 não encontraram quem os quisesse arrematar, e o maior de todos, o das entradas, de 1765 a 1775, experimentaram a mesma situação”<sup>17</sup>.

Embora Macedo tenha enfrentado desafios na cobrança do primeiro contrato das entradas e o valor arrecadado tenha ficado aquém do esperado, movido por uma espécie de otimismo com relação ao negócio, o contratador insistiu em permanecer no contrato pelo

---

<sup>15</sup> ELLIS, Myriam. Comerciantes e contratadores do Passado Colonial. Revista do Instituto de Estudos brasileiros. São Paulo: USP, 1982.

<sup>16</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., p. 32 e 33.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 36.

segundo triênio. Entretanto, sua correspondência demonstra que ele foi, paulatinamente, desanimando do contrato à medida que seus rendimentos se afastavam cada vez mais do esperado por ele. Como resultado, Macedo não conseguiu honrar seu compromisso com a Coroa e amargou um significativo prejuízo financeiro<sup>18</sup>.

Sobre o aparente fracasso de Macedo na arrecadação dos tributos, Paulo Miguel da Fonseca considera que se deva mais das ações do próprio contratador do que das dificuldades de arrecadação propriamente dita. O autor afirma que a cobrança era feita com grande eficiência, logo, o problema poderia estar na alocação dos recursos arrecadados, que, se por um lado prejudicava a Real Fazenda, por outro teria sido de grande valor para o desenvolvimento da capitania, pois este “verteria o dinheiro diretamente na capitania de Minas Gerais na forma de patrocínio à estudantes, fazendeiros, amigos e aliados políticos”<sup>19</sup>. Segundo o autor, Macedo, seguindo o padrão do Estado patrimonialista – típico das sociedades de Antigo Regime –, emprestava com frequência recursos àqueles que lhe procuravam, desprezando, em muitos casos, a posição social dos requerentes. Em contrapartida de seus favores financeiros, Macedo obteve prestígio e se consolidou como um polo de poder na capitania<sup>20</sup>.

A presente pesquisa, portanto, se insere temporalmente no mesmo período em que Macedo atuou como contratador, embora o recorte desta vá alguns anos além. Por isso, é preciso ter em mente, dada a importância da atividade econômica da arrematação de tributos, e sua utilidade como giro de negócios, como dito por Carrara, que a atividade comercial dos animais de carga, que a pesquisa se propõe a estudar, pode ter vindo sentir diretamente os reflexos da derrocada de seus contratos, embora isso não passe de uma conjectura.

Paulo Miguel da Fonseca toca, também, em outro ponto importante para a compreensão das atividades econômicas em torno de Macedo. O autor chama a atenção para a importância de se identificar os homens de negócios que atuavam em parceria com Macedo, estes que se alocavam em diversos níveis sociais e estavam pulverizados geograficamente pelos pontos mais estratégicos da capitania de Minas Gerais – mas também fora dela – e permitiram a Macedo estabelecer-se numa posição social e econômica de destaque. Segundo o autor, seus principais sócios eram familiares, como seu primo Domingos José Gomes, estabelecido no Rio de Janeiro e que lhe ajudou na arrematação e administração dos contratos, ou seu irmão Bento Rodrigues de Macedo, por exemplo, que estabelecido no reino, cuidava de seus negócios na metrópole. Outros nomes importantes para o contrato, eram os dos administradores dos registros ou postos

---

<sup>18</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., pp. 41 a 47.

<sup>19</sup> FONSECA, 2005, Op. cit., pp. 81

<sup>20</sup> *Ibidem*, pp. 81 a 83.

aduaneiros de cobrança, principalmente dos que possuíam as maiores circulações de bens, tais como o do distrito diamantino, os que estavam no caminho que dava acesso à capitania de São Paulo, e o do Caminho Novo, que ligava o centro da capitania de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Além dos homens que ocupavam esses postos, o autor também não deixa de chamar a atenção para a relação que Macedo cultivava com homens que ocupavam posições econômicas, sociais e políticas de grande relevo em seu tempo, e que foram fundamentais para o sucesso de suas inserções comerciais e de seus empreendimentos<sup>21</sup>.

Nesse sentido, em outro trabalho que aborda a figura do contratador sob uma perspectiva de seu envolvimento em um chamado contrabando tolerado, André Figueiredo Rodrigues chama a atenção para a sua rede familiar e de negócios. O contratador possuía uma gama expressiva de parentes e aliados comerciais influentes, tanto na capitania de Minas Gerais como fora dela, que ocupavam cargos públicos de protagonismo ou que representavam a elite econômica local. Seu tio, por exemplo, era o desembargador e provedor geral da Real Fazenda em Minas Gerais, seu irmão era um importante comerciante que fazia negócios entre o Brasil e Portugal, e, ainda, era primo, como dito antes, de um importante comerciante residente no Rio de Janeiro. Já em Minas Gerais, o autor ainda cita uma série de importantes nomes de sua rede relacional, tais como, o proprietário de terras, José Aires Gomes, o capitão-mor de Vila Rica, José Álvares Maciel e o ex-contratador Domingos de Abreu Vieira. Macedo também mantinha relações importantes com o governador de Minas Gerais, o visconde de Barbacena, para o qual forneceu dinheiro em duas ocasiões: uma logo após a chegada do governador às Minas, quando lhe adiantou o equivalente a três anos de soldos, e uma segunda vez, já em período de crise de seus negócios, quando lhe descontou uma letra de mais de quatro contos de réis. Toda essa aparente benevolência do contratador, segundo o autor, teria lhe rendido a supressão de seu nome de todo o processo crime desencadeado pela conspiração dos inconfidentes<sup>22</sup>.

Dessa forma, esta pesquisa também buscará mostrar que, no caso do comércio de animais, da mesma forma que para os contratos de tributos, Macedo contava com uma rede relacional de negócios, sem a qual teria sido impossível a realização dessa atividade, tanto no nível de sócios, quanto de comissários que atuavam vendendo esses animais em Minas Gerais. Essa era uma marca dos grandes negociantes do período, como demonstra o estudo de Jorge Pedreira acerca dos homens da praça mercantil de Lisboa, que estariam muito bem articulados

---

<sup>21</sup> FONSECA, 2005, Op. cit., pp. 72 a 75.

<sup>22</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Os “extravios que tão continuados têm sido...”: contrabando e práticas comerciais ilícitas nas atividades do contratador João Rodrigues de Macedo. *Locus-Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 12, 2005.

em redes comerciais que se estenderiam por todo o Império Português de forma generalizada<sup>23</sup>. Embora essas atividades comerciais de grande vulto estivessem predominantemente concentradas em uma estreita faixa de homens de negócios, segundo o autor, o comércio era uma atividade de possibilidades, isto é, caso fosse talentoso, um pequeno comerciante poderia alcançar grandes fortunas por meio de boas articulações. Os contratos, por outro lado, muitas vezes eram de acesso mais restrito por conta da sua alta rentabilidade característica. Controlar os contratos significava muito nessa sociedade portuguesa de Antigo Regime de base comercial.

A contratação de rendimentos e monopólios régios constituía, assim, um poderoso instrumento de acumulação e de influência e, como tal, funcionava como um fator de diferenciação ou discriminação no interior do corpo de comércio, propiciando a formação de uma elite e fomentando até, quando os contratos mais rendosos se mantinham sob o domínio dos mesmos grupos, o desenvolvimento de tendências oligárquicas na praça mercantil<sup>24</sup>.

Até a década de 1770, pelo menos, como destaca o autor, a maior parte dos contratos de tributos referentes ao comércio na América portuguesa, eram arrematados diretamente por membros das elites locais. Pedreira, entretanto, demonstra que esse negócio não era exclusivo de algumas famílias ou grupos, admitindo haver uma certa rotatividade nessas arrematações, apesar de em alguns casos serem passados de pai para filho, por exemplo. Essas sociedades, geralmente, eram constituídas por alguns poucos sócios e o monopólio desses contratos não os impediam de desempenhar outras atividades mercantis e financeiras, paralelamente, como afirma<sup>25</sup>:

[...] conjugavam, em diferentes proporções, a arrematação de monopólios e rendas públicas e particulares, várias modalidades de comércio, a navegação, os seguros, o crédito – não apenas como extensão do exercício mercantil, mas como negócio em si mesmo – e as manufaturas, e todos, ou quase todos, investiam ainda em bens de raiz<sup>26</sup>.

Em seu estudo sobre a casa comercial de Jacinto Fernandes Bandeira na segunda metade do século XVIII, Tomás Pinto de Albuquerque assinala como o estabelecimento de redes de comércio contribuía para o sucesso desses comerciantes. Segundo o levantamento do autor, os interesses principais que motivavam o estabelecimento de redes de negócios eram relativos ao acesso à informação e a redução de custos, principalmente em se tratando de sociedades que

---

<sup>23</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. Os Homens de negócio da Praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1820) Diferenciação, Reprodução e Identificação de um grupo social. 1995. Tese de Doutorado. Dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 154

<sup>25</sup> *Ibidem*, pp. 168 a 179.

<sup>26</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel. Tratos e contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). *Análise social*, p. 355-379, 1996.p. 360

se estabeleciam em vastos espaços territoriais. Ter boas informações significava, não apenas tê-las para tomar boas decisões comerciais, mas também para garantir que os que se associavam eram ilibados e confiáveis, uma questão fundamental para essas sociedades, razão pela qual muitas se constituírem por parentes, por exemplo. Ademais, esses homens de negócios se associavam em nome de objetivos comuns, que desembocavam sempre no desejo de maximização dos lucros<sup>27</sup>. O tema dessas sociedades mercantis será retomado mais à frente. Ainda que a discussão seja introdutória, tendo em vista a limitação das fontes disponíveis, espera-se que essa discussão possa contribuir para os estudos do envolvimento de João Rodrigues de Macedo no mercado de muares por meio de sua própria rede de negócios, mas, também, por sua associação a um grupo de comerciantes e arrematantes de tributos estabelecidos, fundamentalmente, na capitania de São Paulo.

A pesquisa se insere em uma vertente de estudos da economia colonial de Minas Gerais que, para além da produção aurífera, admite a importância de outras atividades voltadas para o abastecimento interno. A descoberta de ouro na região da futura capitania de Minas Gerais ocorreu ainda nos anos finais do século XVII. A exploração desse recurso mineral, por sua vez, se estabelecera, de forma sistemática, nos primeiros anos do século seguinte, tendo seus reflexos imediatos sentidos tanto na própria colônia quanto na metrópole. A ambição econômica movimentou grandes contingentes de portugueses e de colonos em direção à região das minas, gerando um rápido e sensível aumento da população interiorizada na América portuguesa<sup>28</sup>.

Um dos maiores reflexos da descoberta do ouro para a economia da colônia foi o surgimento, de fato, de circuitos internos de circulação de mercadorias, unindo regiões distantes do domínio português nas Américas, justamente para o abastecimento desse contingente populacional que crescera rapidamente e que demandava produtos de toda ordem, grande parte deles advindos de regiões externas às Minas, principalmente nas primeiras décadas do setecentos. A este respeito, a dissertação de mestrado de Cláudia Chaves foi pioneira em Minas Gerais no estudo da atuação dos tropeiros, responsáveis por quase todo o transporte de mercadorias destinadas ao comércio mineiro com base numa documentação até então ignorada pela historiografia, isto é, os registros de passagem de mercadorias no interior da capitania de Minas Gerais. Com base nessas fontes, a autora mostrou como se tornou possível a existência

---

<sup>27</sup> ALBUQUERQUE, Tomás André Pinto de. Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império. 2017. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de História, Universidade Nova. Lisboa. pp. 89 e 90.

<sup>28</sup> CARRARA, Angelo Alves. La producción de oro en Brasil, siglo XVIII. In: HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio. (Org.). Oro y plata en los inicios de la economía global: de las minas a la moneda. 1 ed. Cidade do México: El Colegio de México, 2014, v. 1, p. 251-271, pp. 252 e 253.

de um mercado interno que garantisse a circulação dos produtos importados e dos produzidos no interior das Minas Gerais<sup>29</sup>.

Ao longo desse século, por outro lado, foram se constituindo atividades produtivas voltadas ao próprio abastecimento interno da capitania, mas, posteriormente, ao abastecimento de regiões externas, especialmente a cidade do Rio de Janeiro<sup>30</sup>.

A produção de ouro foi, gradativamente, se esgotando a partir de meados do século XVIII, como demonstra, por exemplo, os registros da coleta do quinto, um tributo que incidia diretamente sobre a produção aurífera. Do começo dos anos de 1770 em diante, justamente no recorte temporal desta pesquisa, até o final do século, a tendência de queda na arrecadação desse imposto era clara<sup>31</sup>. Entretanto, o movimento de esgotamento gradual das fontes auríferas não significou a decadência econômica da capitania de Minas Gerais, nem mesmo sua estagnação, uma vez que se verificou o incremento, cada vez maior, da atividade agrícola e pastoril mercantilizada, que há muito se estabelecia na região, como demonstra a queda da população da região das minas de ouro, em oposição ao aumento demográfico das regiões de produção agrícola e pastoril, na década de 1780<sup>32</sup>.

Segundo Carrara, a economia de Minas Gerais se conformaria por meio de espaços econômicos, tanto empregando mão-de-obra escravizada quanto mão-de-obra familiar em suas produções minerais, agrícolas e pastoris. No caso específico das produções agrícolas, estas eram responsáveis, inicialmente, pelo abastecimento de gêneros aos distritos mineradores, que, embora pudessem produzir alimentos para a própria subsistência, demandavam mais do que eram capazes de produzirem. É natural, portanto, que a desaceleração da extração de ouro impactasse negativamente esse espaço econômico escravista de abastecimento de alimentos. Entretanto, como dito antes, a produção agropecuária em Minas não se limitava aos grandes latifúndios escravistas, atrelados à economia do ouro. Havia, também, uma parcela significativa da população que se dedicava a uma produção de cunho camponês, isto é, com a utilização de mão-de-obra livre ou híbrida, isto é, simultaneamente, com alguns escravizados, e que não estava ligada diretamente à indústria de extração de ouro. Para além da região das Minas e do seu entorno abastecedor, seja camponês ou em uma razão escravista, Carrara destaca que em outros espaços da capitania a produção estabeleceu-se como abastecedora de mercados externos à capitania, portanto, menos dependentes das flutuações da produção aurífera. Era o caso, por

---

<sup>29</sup> CHAVES, 1995, Op. cit.

<sup>30</sup> CARRARA, 2014, Op. cit., pp. 254 e 255.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 255.

<sup>32</sup> CARRARA, Angelo Alves. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. História econômica e História de empresas, v. 3, n. 2, 2000, p. 47-63. p. 47.

exemplo, do Sul de Minas que, desde sua origem, teve como foco o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro que se tornou, ao longo do setecentos, o principal porto da colônia portuguesa nas Américas<sup>33</sup>.

Desse modo, partindo do pressuposto de que, além de uma mercadoria, o ouro extraído atuava também como moeda, Carrara diz que, na verdade, a diminuição de sua extração gerou apenas uma redução do nível de comércio interno da capitania de Minas Gerais<sup>34</sup>. No entanto, não significou uma recessão econômica, como se comprova com a análise dos dízimos – imposto que era cobrado sobre toda produção agrícola comercializada –, que permaneceu estável por todo o século XVIII, até mesmo com tendência de alta nos anos finais do século XVIII<sup>35</sup>, muito impulsionado pela produção para o abastecimento externo.

Para ilustrar esse cenário, sobre a ocupação dos homens ricos da capitania de Minas Gerais em 1756, logo no começo do arrefecimento da atividade mineradora, a pesquisadora Carla Maria de Almeida constata que uma parcela significativa destes não se dedicavam a essa atividade. Como dito, havia relevantes diferenças entre as distintas regiões de Minas Gerais. Por exemplo, na comarca de Vila Rica, no seio da atividade mineradora, dois terços dos homens mais ricos estavam envolvidos nesse negócio, enquanto, por outro lado, na comarca do Rio das Mortes, onde a agricultura era mais relevante, a minoria estava envolvida com a mineração, embora ainda representasse uma fatia importante<sup>36</sup>.

A história que esta dissertação conta relaciona-se, portanto, com o estudo de Alcir Lenharo que, embora se dedique ao estudo do século XIX, buscou mostrar como a “produção mercantil de subsistência e suas rotas terrestres de distribuição” colocaram “em evidência as áreas interioranas produtoras de gêneros de primeira necessidade”, e como o Sul de Minas “converteu-se.... no principal núcleo produtor e abastecedor do mercado carioca”<sup>37</sup>.

As mercadorias analisadas neste trabalho, em especial os muares, foram, desde a conformação da capitania de Minas Gerais, fundamentais para essa economia. Os muares, híbridos resultantes do cruzamento entre éguas e machos asininos, por conta de sua força e resistência<sup>38</sup>, foram altamente demandados pelo contexto econômico da atividade mineradora,

---

<sup>33</sup> CARRARA, 2000, Op. cit., pp. 50 a 54.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>35</sup> CARRARA, 2014, Op. cit., p. 255.

<sup>36</sup> ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822. Belo Horizonte, MG. Argumentvm, 2010. p. 171.

<sup>37</sup> LENHARO, 1992, Op. cit., pp. 19 e 20.

<sup>38</sup> COSTA, Ana Paula Borges; PACHECO, Paulo Santana. Caracterização, inserção e resistência de muares. *Nucleus Animalium*, v. 9, n. 1, p. 65-80, 2017.

seja para sua utilização nos próprios distritos auríferos, seja para o escoamento da produção até os portos ou, ainda, para o comércio de demais gêneros na região.

[...] a economia da mineração, ao contrário das culturas litorâneas, caracterizava-se por uma dependência funcional extrema em relação aos sistemas de transporte e comercialização, necessitando, para o seu bom funcionamento, de um fluxo constante e regular de abastecimento de animais de carga<sup>39</sup>.

São vários os trabalhos seminais que estudaram, em alguma medida, o importante mercado de muares no Brasil colonial, desde pesquisas clássicas de meados do século passado como as de Roberto Simonsen, Myriam Ellis, Alfredo Ellis Júnior, Mafalda Zemella, Celso Furtado e Aluísio de Almeida, passando por outros trabalhos fundamentais sobre o tema, tais como o de Maria Tereza Petrone, o de Carlos de Almeida Bacellar e o de Martha Hameister, até pesquisas mais recentes como as de Renato Leite Marcondes e Carlos Eduardo Suprinyak e a de Tiago Gil.<sup>40</sup> Por não ser objetivo dessa pesquisa fazer uma revisão completa da historiografia em questão, é inviável retomar todos os textos que trataram sobre esse mercado de animais de carga sob alguma perspectiva. Busca-se, aqui, apenas pontuar os pontos nevrálgicos dessa atividade produtiva e comercial: o processo de criação, de transporte dos animais, os principais mercados consumidores, os principais tributos e os maiores grupos sociais envolvidos.

O mercado de muares, cujo presente estudo se insere em seu ponto culminante, precisamente no abastecimento de um dos principais mercados consumidores desses animais, alcançou grandes dimensões geográficas e teve um significado econômico e social importantíssimo para determinadas regiões da América portuguesa. Essa atividade comercial

<sup>39</sup> SUPRINYAK, Carlos Eduardo. RESTITUTTI, Cristiano Corte. Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006. p. 2.

<sup>40</sup> SIMONSEN, Roberto Cochrane. História Econômica do Brasil: 1500/1820. 8º ed. São Paulo. Editora Nacional, 1978. ELLIS, Myriam. Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial. Revista de História, v. 1, n. 4, p. 495-516, 1950. ELLIS JR, Alfredo. O ciclo do luar. In: Revista de História. Ano I, nº 1, São Paulo: USP, 1950. ZEMELLA, 1951, Op. cit; FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 32º ed. Companhia Editora Nacional, 2005; ALMEIDA, Aluísio de. Memória Histórica de Sorocaba (II). Revista de História, v. 30, n. 61, p. 75-92, 1965; AMEIDA, Aluísio de. Memória Histórica de Sorocaba (III). Revista de História, v. 31, n. 63, p. 113-131, 1965; ALMEIDA, Aluísio de. Memória Histórica de Sorocaba (IV). Revista de História, v. 31, n. 64, p. 383-400, 1965; PETRONE, Maria Tereza Schorer. O Barão de Iguape, um empresário da época da Independência. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1976; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001; HAMEISTER, Martha Daisson. O continente do Rio Grande de São Pedro: seus homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727- c. 1763). UFRJ, 2002; SUPRINYAK, Carlos Eduardo; MARCONDES, Renato Leite. Movimentação de tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 40, p. 47-69, 2007. GIL, Tiago Luís. Coisas do Caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810). 2009. Tese Doutorado em História Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

de muares e equinos desenvolveu-se em consonância com os grandes mercados exportadores, de modo a garanti-los, em grande medida.

Como ponto de partida historiográfico desse mercado, destaca-se o trabalho precursor de Roberto Simonsen, em *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, que dedicou dois capítulos a estudar a constituição do mercado produtor de animais e, também, seu impacto para a economia colonial brasileira como um todo. A gênese da criação de animais em território português nas Américas estaria associada à atividade açucareira de exportação, no atual nordeste do Brasil, onde se criava gado para a alimentação humana, mas, também, para o emprego como força de tração em engenhos. A criação de gado teria sido fundamental para a ocupação das terras no interior do continente, nos chamados sertões, associada à caça ao gentio para emprego como mão-de-obra e à extração de especiarias. Da mesma forma, no caso da criação de animais nas regiões ao Sul da faixa de terra produtora de açúcar, um dos efeitos da instalação das fazendas de criação no interior da colônia, seria a garantia da posse dessas terras à Coroa portuguesa<sup>41</sup>. Portanto, o autor atribui a essa atividade uma importância fundamental do ponto de vista da expansão territorial de Portugal na América.

A criação de muares, especificamente, teria se desenvolvido inicialmente na colônia de Sacramento, porção territorial que equivale a boa parte do atual Uruguai, e que fora alvo de constantes disputas entre as coroas portuguesa e espanhola entre os séculos XVII e XVIII. O principal mercado consumidor dos rebanhos de gado e de muares criados nessa região mais ao Sul da colônia portuguesa – desde o começo do século XVII – bem nessa região de disputas de fronteiras com a Espanha, era a capitania de São Paulo e, posteriormente, após a descoberta de ouro na região de Minas Gerais, esse novo espaço tornou-se o grande consumidor. Após a perda da colônia de Sacramento para o Império Espanhol, na segunda metade do século XVIII, boa parte do atual estado do Rio Grande do Sul foi incorporado, definitivamente à América Portuguesa, e seu povoamento e razão econômica acentuou-se na criação de animais: “As regiões do Sul tornaram-se as fornecedoras, por excelência, do gado muar e cavalar, cujo mercado crescera vertiginosamente com a indústria da mineração”<sup>42</sup>.

Para Myriam Ellis, os muares constituíram um produto tão importante para a economia do ouro no Brasil colonial, que, apoiada na teoria de ciclos econômicos, considera que esses animais configuraram um ciclo próprio. A autora associa os muares ao ciclo do ouro, como um dos três principais meios de transportes para a realização desse negócio, juntamente ao transporte à vela e ao transporte fluvial. Se por um lado, o transporte à vela foi essencial para o

---

<sup>41</sup> SIMONSEN, 1978, Op. cit., pp. 150 a 160.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 173.

abastecimento das minas de produtos importados, de mão-de-obra escravizada e de população reinol via marítima, os muares o fariam por terra, de modo que a autora considere esse modal o mais importante dentre os três citados. Assim sendo, o abastecimento fluiria da Bahia, da baixada fluminense e do planalto paulista, fornecendo tudo o que fosse demandado, uma vez que Myriam não admite em seu estudo nenhum tipo de atividade produtiva paralela à mineração em Minas Gerais. O luar, que “provinha da Capitania do Rio Grande do Sul e imediações” era perfeito para os “péssimos” caminhos que levavam às minas, de modo que a criação comercial desses animais “iniciou o progresso econômico” daquela região<sup>43</sup>. Segundo Alfredo Ellis Jr., os muares teriam sido fundamentais para a realização das diversas atividades econômicas das capitanias e posteriores províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, e para o abastecimento geral da região central da colônia até as décadas finais do século XIX: “sem o luar não teria sido possível a vida econômica no planalto de 1750 a 1850”<sup>44</sup>.

Segundo Martha Hameister, em seu estudo sobre a conformação da sociedade do Rio Grande de São Pedro, o estabelecimento da criação de animais em larga escala na região só foi possível a partir de uma acumulação de capitais por parte dos primeiros homens que frequentaram a região na caçada aos gados que viviam livres por lá, narrados desde meados do século XVII. Os sebos e os couros, portanto, teriam sido os produtos pioneiros da economia da região extremo sul da possessão portuguesa. A primeira ocupação lusa organizada na região foi a colônia de Sacramento, ainda no final do século XVII, e em território atualmente brasileiro, a região de Laguna, também no final do seiscentos. Essa região foi disputada entre as Coroas portuguesa e espanhola ao longo de boa parte do século XVIII, de modo que as fronteiras do chamado Rio Grande de São Pedro ainda não estivessem bem estabelecidas à época da instalação da produção de animais<sup>45</sup>.

De Laguna, teriam partido as primeiras expedições à região do atual Rio Grande do Sul, ainda nos primeiros anos do século XVIII. Da capitania de São Paulo, por sua vez, teriam vertido os primeiros migrantes em massa para a o chamado continente do Rio Grande de São Pedro, de forma que, por exemplo, há registros de 1740 indicando a dificuldade que colonos vindos dos Açores tinham para encontrar boas terras na região. Hameister associa o sistema de heranças praticado em São Paulo como um dos motivos do movimento migratório, pois o costume destinava ao filho mais velho todas as posses do pai, de maneira que os demais filhos,

---

<sup>43</sup> ELLIS, 1950, Op. cit., pp. 502 e 503.

<sup>44</sup> ELLIS JR, 1950, Op. cit., p. 74.

<sup>45</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., pp. 12 a 30

empobrecidos ou com poucas posses, viram os campos do sul como uma oportunidade para uma retomada econômica<sup>46</sup>.

Essas fazendas de criação de animais no extremo sul, conforme Hameister, estão intimamente ligadas a descoberta de ouro na possessão portuguesa: “Antes do ouro, gados no pasto eram apenas gados no pasto e não riqueza traduzível em valores monetários”<sup>47</sup>. No caso da criação de muares, em especial, a autora diz que não se tratava de uma produção simples, pelo contrário, exigia muita mão-de-obra, tanto para o processo de fecundação das éguas, já que não é uma reprodução que ocorre espontaneamente, mas, também, para os cuidados que se seguem, pois exigem acompanhamento constante. É natural, portanto, que seu preço de comercialização fosse proporcional ao trabalho empenhado, como descreve Hameister: “este é o animal mais caro presente nos inventários de fazendeiros, chegando a valer 15 cavalos mansos”<sup>48</sup>. Além disso, a alta demanda por esses híbridos era explicada por sua adaptabilidade na condução de pesadas cargas que, conforme fonte retomada por Myriam Ellis, podiam variar entre seis e nove arrobas<sup>49</sup>. Os muares eram mais adequados ao transporte de cargas e tração justamente por sua estrutura física privilegiada – mais robusta e resistente – em comparação aos cavalos, por exemplo, que eram mais adaptados ao transporte de pessoas devido a sua estrutura óssea mais frágil<sup>50</sup>.

As descobertas auríferas na região de Minas Gerais, portanto, geraram um rápido crescimento populacional no entorno das minas, produzindo uma demanda crescente por esses animais, principalmente por bestas muares, desde o começo do século XVIII. Para Mafalda Zemella, em seu estudo sobre o abastecimento da capitania de Minas Gerais, o comércio de animais com Minas Gerais seria de responsabilidade, fundamentalmente, dos paulistas. Esses homens seriam os responsáveis pelas primeiras frentes de abastecimento de gêneros dessa região mineira.

De fato, muito cedo, estabeleceu-se ativa corrente comercial entre as cidades vicentinas e as Gerais. Os caminhos paulistas viram-se trilhados e batidos com frequência por mercadores, tropeiros, comboieiros e boiadeiros que iam e vinham por essas estradas, diferenciando-se por isso mesmo daqueles que, levados pela febre do ouro, apenas, pensavam na ida e não na volta<sup>51</sup>.

O mercado paulista, até a descoberta do ouro, resumia-se a produção das chamadas drogas da terra, “farinha, os panos de algodão, redes, trigo, marmelo (com o qual se fazia a

---

<sup>46</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., pp. 31 a 35.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 71

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>49</sup> ELLIS, 1950, Op. cit., p. 505

<sup>50</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., pp. 75 a 78.

<sup>51</sup> ZEMELLA, 1951, Op. cit., p. 49.

célebre marmelada), couros, carnes, etc.”<sup>52</sup>, quase que exclusivamente para a subsistência, de forma que possuísse uma capacidade produtiva muito limitada. Apenas os escravizados ameríndios eram comercializados com outras capitanias, à época dos descobrimentos auríferos. Por conta dessa ínfima produção, o ouro teve um efeito devastador nos primeiros anos para as vilas paulistas, com um forte aumento de preços e desabastecimento.

As vilas paulistas sacrificaram seu próprio abastecimento, para mandar às minas boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas, e remédios, trigo, algodão, enxadas, almocafres e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc.<sup>53</sup>.

Seguiu-se um certo processo de readequação econômica do mercado paulista em busca dos crescentes lucros gerados pela economia do ouro. A produção agrícola se intensificou e as importações de produtos do reino também. Alguns prestadores de serviços, como Zemella afirma, optaram por se mudarem para as Minas, a fim de estarem mais próximos de possíveis clientes, enquanto, outros, migraram para os campos de Curitiba a fim de se dedicarem à pecuária, já “que os mercados das Gerais nunca se saciavam de carne e animais de montaria ou tração”<sup>54</sup>. Entretanto, mesmo assim não conseguiam, por exemplo, suprir suas próprias demandas de muares para a condução de cargas a esse novo mercado, tampouco as necessidades de muares do mercado mineiro, motivo pelo qual começaram a estabelecer relações comerciais com os grandes produtores de bestas muares, na região do Rio Grande do Sul, e das possessões espanholas às margens do rio Uruguai. Esse processo projetou os comerciantes paulistas, que apesar de serem chamados assim, eram, em boa parte, advindos do reino em busca da prosperidade econômica gerada pelo ouro<sup>55</sup>, por grandes extensões geográficas do centro-sul da América portuguesa.

Espalhou-se assim por todo o Sul, até os confins do Prata, o sopro de prosperidade que se irradiava das minas de ouro de além Mantiqueira. Floresceram as feiras de Viamão e Sorocaba. Outras cidades que balizavam a “estrada do luar”, cresceram e prosperaram à sombra desse comércio, como por exemplo, Itapetininga, Faxina, Pirapora, Cabreúva, Apiaí, Itararé, Avaré e outras<sup>56</sup>.

Os muares eram o elemento econômico principal do que Zemella chama de mercado Platino. Esse mercado, sustentado pela criação de animais, principalmente luar, mas, também,

---

<sup>52</sup> ZEMELLA, 1951, Op. cit., p. 50.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 55.

vacum e cavalari, para o abastecimento da demanda das minas de prata andinas do século XVII e, depois, da demanda mineira do setecentos; era constituído de fazendas de criação dos dois lados de uma fronteira ainda muito disputada pelos impérios português e espanhol, até meados do século XVIII. A indefinição de limites territoriais, fez com que as tropas conduzidas ao norte se constituíssem de animais criados em toda a região das atuais fronteiras entre Brasil, Uruguai e Argentina<sup>57</sup>. Tiago Gil, sobre esse tema, por exemplo, argumenta que a criação sistemática de muares em território português teria se estabelecido na segunda metade do século XVIII, isto é, afirma que a região do Rio Grande de São Pedro entre a abertura do caminho das tropas, na década de 1730, e o final da década de 1750, atuaria mais como “um corredor das produções de muares feitas nos domínios espanhóis”<sup>58</sup>.

Essas tropas eram muito numerosas, “compostas de centenas e até milhares de animais”<sup>59</sup>, que, até a abertura do caminho terrestre entre Viamão e São Paulo, eram transportados por mar entre Laguna e os portos de Santos e do Rio de Janeiro<sup>60</sup>. O caminho terrestre definitivo entre a região de Viamão e os campos de Curitiba teria sido concluído em 1733 – após dois anos desde seu início –, sob a supervisão de Cristóvão Pereira de Abreu. Essa se tornaria a principal rota das tropas de muares e equinos vindos do Sul a partir de então, como demonstram registros apresentados por Tiago Gil, no qual se indica a passagem de, aproximadamente, 42000 animais muares e equinos pelo Registro de Curitiba – ponto de controle principal da circulação de animais por esse caminho – entre 1734 e 1747, por meio da associação entre o valor total de tributo arrecadado nesse Registro de Curitiba e o valor unitário do imposto por cabeça<sup>61</sup>.

Ao longo desse caminho, se estendendo até a vila de Sorocaba, se desenvolveria toda uma economia intimamente ligada ao comércio de animais. Surgiriam nesse espaço ao redor do caminho, fazendas de criação de animais, mas, sobretudo, se estabeleceriam estações de internadas, para o descanso e engorda dos animais durante o longo percurso, principalmente a partir da região de Curitiba. Esse espaço funcionaria como regulador da oferta, isto é, os animais estacionados nesse espaço poderiam ser dirigidos aos mercados consumidores quando fosse mais propício. No ponto final desse caminho, a vila de Sorocaba colheria os frutos de sua

---

<sup>57</sup> ZEMELLA, 1951, Op. cit., pp. 93 a 95.

<sup>58</sup> GIL, Tiago Luís. Nos domínios portugueses: Mecanismos de estruturação e manutenção do mercado muar latino (1750-1800). Acervo, Rio de Janeiro, v. 15, n° 2, p. 33-54, 2002. p. 45.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 94.

<sup>60</sup> *Ibidem*, pp. 93 e 94.

<sup>61</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 45.

posição geográfica – juntamente com a própria capitania de São Paulo como um todo – tornando-se o centro dessa “indústria do transporte”<sup>62</sup>.

Embora aos campos do atual Rio Grande do Sul fossem atribuídos a maior parte da produção de muares na América portuguesa no século XVIII, Maria Petrone destaca que, na verdade, os comerciantes da importante feira de animais de Sorocaba costumavam adquirir esses animais justamente nessa região de invernada e engorda, os chamados Campos Gerais. Isso indica que os habitantes dos Campos Gerais, ademais de se dedicarem aos cuidados das tropas vindas do Sul, também atuavam como intermediários comerciais, fazendo a condução dos animais entre os produtores sulistas e os comerciantes paulistas. Do ponto de vista produtivo, ainda que coexistisse uma minoritária criação de muares nos Campos Gerais, esse espaço especializou-se na criação de gado vacum ao longo de todo o setecentos. Parte dos lucros dos habitantes da região, portanto, residia no tratamento e engorda das bestas muares, ou seja, pagavam um valor inferior pelos animais que vinham em marcha dos criadores sulistas e os vendiam aos comerciantes paulistas por um preço mais elevado, já que os animais se encontravam em melhor estado, mais saudáveis e robustos<sup>63</sup>.

O controle da Coroa portuguesa sobre esse mercado e o grande interesse dos paulistas nessa atividade estavam intimamente ligados a cobrança de tributos sobre a circulação desses animais. Em linhas gerais, dois impostos se destacavam, sendo, inclusive, citados em correspondências de João Rodrigues de Macedo. Um deles estava associado a Cristóvão Pereira de Abreu, o já citado responsável pela abertura definitiva do caminho das tropas, que recebeu, em 1747, como retribuição aos serviços prestados à Coroa, o direito de metade de todos os impostos cobrados pelos animais passados pelos Registro de Curitiba. Essa mercê, anos mais tarde, daria origem aos chamados meios direitos da Casa Doadada, isto é, a essa metade do valor arrecadado da passagem pelo posto de contagem e tributação de Curitiba, que acabaria sendo herdada por outros homens destacados após a morte de Cristóvão Pereira de Abreu. O segundo imposto que se destaca é o chamado Novo Imposto, que também incidia sobre a circulação de animais, porém, este fora criado por ordem da Câmara de São Paulo para angariar recursos para a reconstrução da cidade de Lisboa após o grande terremoto de 1755<sup>64</sup>. O Novo Imposto, instituído em 1756, tinha um prazo de duração previsto para dez anos, entretanto, permaneceu existindo para além desse tempo estipulado. Essa taxação recaía sobre uma série de produtos e, no caso dos animais, determinava-se que todos pagassem esse imposto quando de sua passagem

---

<sup>62</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 14 e 15.

<sup>63</sup> *Ibidem*, pp. 34 a 44.

<sup>64</sup> ALMEIDA, 1965, Op. cit., pp. 116 e 117.

pelo Registro de Sorocaba ou apresentassem fiança em contrapartida. A cada tipo de animal era cobrado uma taxa específica: por cavalos, pagavam 200 réis por cabeça, muares eram taxados em 300 réis e o gado vacum em 100 réis<sup>65</sup>. Sobre o Registro de Sorocaba, Tiago Gil diz: “foi instituído em 1750, já com uma importância capital. Era naquela cidade que se desenvolvia o maior comércio de animais da rota, com a redistribuição das bestas para diversas localidades”<sup>66</sup>.

O comércio de tropas de animais tornou-se, ao longo do século XVIII, uma das principais atividades econômicas dos habitantes de Sorocaba. Entretanto, não é possível mensurar com precisão a movimentação das tropas a partir do Registro dessa localidade, por não terem sido preservados documentos contábeis referentes ao setecentos, como assevera Carlos de Almeida Bacellar<sup>67</sup>. Antes da condução e comércio de animais, a maior parte dos habitantes da vila de Sorocaba dedicava-se ao apresamento e comercialização de mão-de-obra indígena, atividade que teria vivido seu auge na década de 1680. Além disso, a atividade econômica da região limitava-se a uma pequena lavoura de algodão e de alimentos para a subsistência<sup>68</sup>. A descoberta do ouro na região de Minas Gerais, como já demonstrado por Zemella, impactaria em grande medida a economia da capitania de São Paulo, e na região de Sorocaba isso não seria diferente. Os habitantes da vila substituiriam a atividade de apresamento indígena pelo comércio de animais, em busca dos lucros superiores dessa atividade: “entre a passagem da primeira tropa, 1733 e o Registro 1750, os sorocabanos foram ingressando aos poucos no ciclo do tropeirismo”<sup>69</sup>. Sobre a lucratividade dessa atividade, Bacellar ao tratar em sua pesquisa um dos homens mais ricos de Sorocaba no ano de 1772, Salvador de Oliveira Leme, afirma que importante fonte de rendimento para este era justamente a cobrança de impostos do Registro de Sorocaba, onde, como já dito, eram tributados todos os animais vindos do Sul com destino aos mercados consumidores da região centro-sul da América portuguesa<sup>70</sup>.

Entretanto, conforme aponta Petrone, não só paulistas atuavam como comerciantes e condutores das tropas. Haviam, também, mineiros e residentes no atual nordeste brasileiro, que se deslocavam até Sorocaba em busca, principalmente, de bestas muares.<sup>71</sup> Dessa forma, segundo Bacellar, aos poucos, o grande caminho das tropas foi se dividindo em duas partes: ao

---

<sup>65</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 124 e 125

<sup>66</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 45.

<sup>67</sup> BACELLAR, 2001, Op. cit., p. 101.

<sup>68</sup> ALMEIDA, Memória Histórica sobre Sorocaba (II), 1965, Op. cit., pp. 78 a 86.

<sup>69</sup> ALMEIDA, Memória Histórica sobre Sorocaba (III), 1965, Op. cit., p. 117.

<sup>70</sup> BACELLAR, 2001, Op. cit., p. 104.

<sup>71</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 76 e 77

norte de Sorocaba se concentravam os compradores de animais, e, ao sul, os vendedores, isto é, ao norte se concentrava a demanda e ao sul a oferta<sup>72</sup>.

As tropas em deslocamento eram organizadas em grupos de variados tamanhos denominados de “pontas”. Segundo a pesquisa de Petrone, embora em um recorte que foge do período desta pesquisa, os registros do Novo Imposto cobrado em Sorocaba, indicam que essas pontas podiam variar de algumas poucas unidades a centenas de animais. No caso das bestas muares, a média de cada ponta variou de 53 animais em 1820, passando por 59 em 1821 e foi de 75 animais em 1822. Esses condutores e capatazes, em sua maioria paulistas, se responsabilizavam, em média, pelo cuidado de 65 animais cada um – no recorte apresentado pela autora – e tinham como função, além da própria condução dos animais por um longo espaço geográfico, garantir a menor taxa de perda possível, zelando pelo bem estar da tropa.<sup>73</sup>

Ainda sobre a tributação desse mercado, além dos citados registros de Sorocaba e Curitiba, haviam outros na região de deslocamento das tropas, como o de Viamão, na região do Rio Grande de São Pedro. Todos foram criados com o intuito de arrecadar recursos desse mercado, que se expandia ao longo do século XVIII. De acordo com Tiago Gil, o Registro de Curitiba, por exemplo, teria sido criado em 1732 e o de Viamão antes de 1740<sup>74</sup>. Como será apresentado no capítulo dois deste trabalho, entretanto, foram poucas as informações contábeis dos postos de contagem e tributação, relativos ao século XVIII, que resistiram ao tempo. A maior parte das estimativas são pontuais ou de fontes estatísticas alternativas. Sobre os dados do Registro de Viamão, Hameister afirma que a documentação é “escassa e incompleta”, enquanto a do Registro de Curitiba é “lacunar”, embora seja capaz de gerar estimativas.<sup>75</sup> Como se verá no capítulo dois desta dissertação, mesmo que pouco numerosa, as estimativas levantadas por essa historiografia contribuem para o dimensionamento do papel de Macedo no mercado mineiro de distribuição de animais de carga.

Com o foco ajustado para as décadas finais do século XVIII, que é onde se assenta o recorte desta pesquisa, é preciso destacar de antemão, embora essa questão seja retomada mais à frente, que o arrefecimento da extração do ouro em Minas Gerais não afetaria de forma decisiva o mercado de muares na capitania, justamente por conta do dinamismo econômico em outros setores produtivos e comerciais, como demonstrado no capítulo de análise quantitativa.

---

<sup>72</sup> BACELLAR, 2001, Op. cit., pp. 123 a 126.

<sup>73</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 67 a 69 e 79.

<sup>74</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 45.

<sup>75</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., p. 160.

Este presente trabalho, portanto, ao debruçar-se sobre uma fonte contábil que será apresentada na íntegra pela primeira vez, espera lançar luz sobre um aspecto da vida econômica de João Rodrigues de Macedo, até então pouco estudado pela historiografia, almejando contribuir aos estudos desta tão destacada figura do século XVIII em Minas Gerais, mas, também, para uma historiografia acerca dos animais de carga na economia de abastecimento, com o foco direcionado para o mercado de muares na capitania de Minas Gerais. Para alcançar os objetivos aqui propostos, a pesquisa divide-se em três capítulos. No primeiro deles, o objetivo é descrever com toda a riqueza de detalhes o livro de conta corrente que serve de aporte principal para a pesquisa, passando pelos processos de coleta, sistematização e tratamento dos dados contábeis. É com este capítulo que se espera contribuir aos estudos sobre a contabilidade colonial portuguesa, uma vez que como se comprovará, trata-se um material muito rico em informações e em soluções contábeis. Na primeira parte do segundo capítulo, aborda-se o livro em sua totalidade, isto é, suas páginas textuais iniciais e os balanços contábeis consolidados, e, na segunda parte, o foco é o processo de tratamento dos dados do trecho que é mais caro a esta pesquisa, ou seja, as páginas dos registros das vendas de animais na capitania de Minas Gerais. Esse trecho constituirá o subsídio principal para todas as análises que se farão no capítulo seguinte.

No capítulo dois, por sua vez, serão discutidos os números obtidos após o tratamento dos dados coletados no livro. Ou seja, serão apresentadas as quantidades de cada tipo de animal presente nos registros do livro, os valores totais negociados, os preços médios de venda de cada tipo de animais, dentre outros indicadores identificados. Além disso, busca-se relacionar os indicadores possíveis com as informações contábeis que se tem indicadas em outros trabalhos sobre o tema, ou seja, os dados do livro de conta corrente atribuído a João Rodrigues de Macedo serão cruzados com indicadores sobre esse mercado, como preços e quantidade, obtidos em outros trabalhos que já estudaram o negócio em questão sob alguma perspectiva.

Por fim, no capítulo três, será apresentada uma nova leitura das correspondências ativas de João Rodrigues de Macedo, dessa vez, com o foco ajustado ao estudo de seu envolvimento no comércio de animais de carga. Na primeira parte do capítulo, portanto, se abordará o processo de compra das tropas de animais e o movimento desses víveres até Minas Gerais, conforme a disponibilidade de informações; na segunda parte, por sua vez, se tratarão dos principais vendedores de animais no varejo em Minas Gerais registrados no livro, além de alguns grupos de consumidores principais, especificamente, de militares, clérigos e mulheres. O objetivo do último capítulo é complementar a discussão central desta pesquisa, empreendida no capítulo três, que é a análise quantitativa da atuação de Macedo nesse mercado, com todo

tipo de informação obtida quanto aos nomes que se envolverão nessa atividade orbitando Macedo, sejam sócios, comissários ou consumidores.

Principalmente no caso do capítulo três, para algumas perguntas não foi possível encontrar uma resposta satisfatória, em razão da falta de fontes, ou pelas limitações por elas colocadas. O fato de o acervo da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto custodiado pelo Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que concentra a quase totalidade da documentação por João Rodrigues de Macedo, não estar disponível para a consulta é, sem dúvida, o maior obstáculo de todos.

## Capítulo 1 Um livro de contabilidade no período colonial: possibilidades e desafios

Como indicado na introdução desta pesquisa, a principal contribuição deste trabalho é o estudo do envolvimento de João Rodrigues de Macedo na atividade de comércio de animais de carga e tração em Minas Gerais, por meio do livro de conta corrente CC 1323. Trata-se de uma contribuição imprescindível para uma história quantitativa desses animais nas Minas no tempo em que ele abrange. O que se verá neste capítulo é a pormenorização de todos os recursos contidos no livro de conta corrente e a descrição das soluções metodológicas adotadas.

José Jobson de Arruda, logo nas primeiras páginas de seu importante trabalho sobre a inserção do Brasil no comércio colonial português, diz que sua pesquisa partiu do estabelecimento de um conjunto documental quantitativo e de seu consequente tratamento e apuração de resultados na forma de tabelas e gráficos, para então se clarificarem os problemas a serem discutidos. Trata-se do mesmo movimento verificado no decorrer dessa pesquisa<sup>76</sup>. O livro de conta corrente de João Rodrigues de Macedo, que será minuciosamente apresentado abaixo, é o próprio motivador das questões que serão trabalhadas nos capítulos seguintes, mas, em muitos casos, é ele também que oferece as melhores respostas. Assim sendo, as respostas emergem do processo de tratamento da fonte, que capacitou a geração de tabelas e gráficos que permitem uma visualização objetiva e incontestável de seu amplo conjunto contábil.

O período em que foram produzidos os dados contidos no livro de conta corrente – não é possível precisar a data de constituição do livro que foi consultado – coincide com um recorte temporal em que o desenvolvimento capitalista comercial exigia uma busca pela precisão no ato de contar cada vez maior, isto é, na forma de se contar o tempo, por exemplo, mas, também, na forma de se fazerem os registros quantitativos comerciais. Embora José de Arruda não deixe de ressaltar que a passagem de uma realidade feudal imprecisa para uma busca moderna pela precisão, não foi abrupta nem homogênea, considera que tenha sido uma tendência importante, facilmente verificada nas regiões de desenvolvimento mais intenso do capitalismo comercial, com séries estatísticas de dados verificadas desde o século XVI<sup>77</sup>.

A mentalidade capitalista da busca pelo lucro motivou o avanço da contabilidade, que tem como sua expressão de complexidade mais notada o método das partidas dobradas, técnica que pode ser observada em algumas anotações presentes no livro de conta corrente de Macedo. Arruda caracteriza essa técnica contábil como “complicada e minudente”<sup>78</sup>, demonstrando, por

---

<sup>76</sup> ARRUDA, José Jobson de Andrade. O Brasil no comércio colonial. Editora Ática. São Paulo. 1980. p. 25.

<sup>77</sup> *Ibidem*, pp. 30 a 32.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 31.

associação, que o livro que se apresentará abaixo não é nada menos que um exemplar do espírito do capitalismo comercial moderno em toda sua complexidade.

Esse capítulo está dividido em duas seções. A primeira se dedica a apresentar o livro de conta corrente em sua completude, dividida em três subseções para facilitar a abordagem de cada trecho principal do livro. Na segunda seção, por sua vez, será discutido o processo de construção metodológica que deu origem aos resultados do tratamento dos dados, os gráficos e tabelas.

### **1.1 O livro de conta corrente CC 1323 em sua totalidade**

Nesta seção é apresentada detalhadamente toda a estrutura e conteúdo do livro de conta corrente CC 1323<sup>79</sup>, inclusive as partes que não são o foco da análise quantitativa, mas que contribuem para a elucidação geral da atividade econômica de comércio de mueres e equinos encabeçada pelo contratador João Rodrigues de Macedo. Busca-se, com isso, qualificar a fonte que alicerça a presente pesquisa, apresentando suas possibilidades e contribuições a um estudo quantitativo, bem como os desafios enfrentados na transcrição e na sistematização dos dados. Espera-se, com isso, ultrapassar a descrição metodológica e contribuir para os estudos de história da contabilidade no período colonial brasileiro.

O livro de conta corrente atribuído a João Rodrigues de Macedo não possui termo de abertura nem de encerramento e não se encontra integralmente numerado. Pode-se supor que, para além da ação do tempo no documento, algumas páginas do livro de conta corrente original podem ter se perdido ou, ainda, que algumas páginas podem não ser originais do livro de conta corrente, mesmo que o mais provável seja que essas duas situações tenham ocorrido. De acordo com a numeração nos cantos superiores esquerdos e direitos das folhas, o volume como um todo devia possuir pouco mais de 150 páginas. Entretanto, as páginas numeradas remanescentes são em número bem inferior, em torno de 110 páginas.

O livro pode ser dividido em três partes principais: a primeira, constituída por um conjunto de cartas e anotações avulsas; a segunda, com resultados contábeis consolidados e de despesas detalhadas e a terceira parte, com a movimentação diária das saídas de animais, registradas pormenorizadamente. Ainda que o foco da análise incida sobre a terceira parte – que contém os dados quantitativos seriados –, as outras partes apresentam, também, elementos importantes para a compreensão, tanto da contabilidade adotada por João Rodrigues de Macedo,

---

<sup>79</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO / CASA DOS CONTOS. Rolo 046, v. 323, livro 1323.

quanto da natureza<sup>80</sup> dos negócios por ele mantidos em torno do comércio de bestas e equinos. Dessa forma, as subseções abaixo dedicam-se a apresentarem o conteúdo integral de cada uma das partes, começando pelos lançamentos diários, seguindo para os balanços contábeis da sociedade entre João Rodrigues de Macedo e Antônio Teixeira Pena e encerrando com os avulsos do começo do volume.

### *1.1.1 Os lançamentos diários*

Os lançamentos diários contêm os dados quantitativos detalhados das vendas de animais de carga e tração para o período de 1777 a 1790, e acham-se registrados entre as páginas 23 e 115. Todas as páginas dessa parte encontram-se numeradas e em sequência, de forma que possibilitam a visualização de variáveis que são fundamentais para se produzirem algumas conclusões acerca da dimensão, da sazonalidade, ou das preferências dessa sociedade e de seus consumidores: por meio do montante de capital movimentado, das formas de pagamento, dos preços ou dos tipos de animais.

As transações correspondem à venda de animais na capitania de Minas Gerais – predominantemente – com discriminação dos compradores, da quantidade de animais por negociação, do montante monetário acordado e da forma de pagamento utilizada. Não há nenhuma menção à proveniência rigorosa dos animais que estão sendo vendidos, dos seus respectivos custos ou dos lucros. Nesse trecho, portanto, concentram-se as informações de vendas no varejo, isto é, das saídas dos animais aos consumidores finais ou possíveis revendedores menores.

O padrão geral dos registros diários é ilustrado pela figura abaixo, na qual são registrados, da esquerda para a direita (imagem 1):

- 1) o número de animais vendidos (1ª coluna);
- 2) o tipo de animal: besta, cavalo, potro, macho, gado ou égua (2ª coluna);
- 3) o nome do comprador (3ª coluna);
- 4) o valor transacionado (5ª coluna).

---

<sup>80</sup> Nesse caso, natureza se refere ao tipo de transação adotada, seja à vista, a prazo ou revenda, por exemplo.

Figura 1: Padrão geral dos registros diários

The image shows an open ledger book with two pages, 54 and 55. Both pages are titled "Transporto" and contain handwritten entries in a structured format. The entries are organized into sections with headings such as "Credidas pelo Co. de Com." and "Credidas por Bal. de Bal. de Com.". Each entry typically consists of a description, a number, and a monetary value. The right page includes a date "10 de Janeiro de 1781" at the top. The handwriting is in an old script, and the paper shows signs of age and wear.

Fonte: APM CC 1323, pp. 54 e 55

Quanto às duas colunas entre o nome do comprador e o valor da venda, elas correspondem ao número de lançamento do registro, quer dizer, um número dado em ordem crescente começando pelo número 1; e a coluna de número de conta corrente, que será explicada mais à frente durante a apresentação do processo de tratamento dos dados, mas que nada mais é que um número específico que identifica cada comprador, de modo que seja possível localizar um nome reincidente apenas pela sua consulta. Esse já é um indicador importante do grau elevado de cuidado e formalização desse livro de conta corrente.

Além das informações padrão, os vendedores dos animais, denominados nessa pesquisa como comissários, são introduzidos por meio de simples títulos centralizados no cabeçalho ou no meio das páginas a cada vez que um novo vendedor surge. Ademais, são conhecidas as datas de grande parte das transações, ainda que não fique claro se estas se referem ao momento em que a transação se realizou, ou ao momento de registro no livro. Por exemplo, ao final da página 45, está anotada a seguinte sentença: “até aqui conta dada a 10 de janeiro de 1781”, indicando, possivelmente, pelo menos neste caso, que se trata da data do registro e não a das vendas. Além

disso, embora a grande maioria dos registros estejam em ordem cronológica, esse fator não é uma realidade para todos os lançamentos diários, de forma que se tomou como posição a interpretação das datas, sendo a de registro dessas saídas e não do momento das vendas, como será apontado na seção sobre a sistematização dos dados.

O principal desafio para se trabalhar com uma contabilização diária é justamente a ausência de informações contábeis completas, como quanto à entrada dos animais, dos seus custos e posteriores lucros, pois, como se verá à frente, há balanços completos no livro, entretanto, não há uma associação direta entre as partes, ou seja, os dados completos parecem se encerrarem em si mesmos. A ausência de informações, portanto, exigiu a definição de novas fontes para se buscar dados adicionais. Recorreu-se, principalmente, a duas alternativas que podiam elucidar algo quanto a origem e ao transporte dos animais: de um lado, a correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo, mesmo limitada a um recorte temporal que abarque os anos do livro de conta corrente apenas até 1781; e, de outro lado, as próprias informações textuais contidas nos títulos de introdução de cada novo comissário, embora essa seja muito pouco expressiva.

O que se chamam de títulos, nada mais são do que textos curtos – muitas vezes apenas a indicação de um nome – que sistematicamente aparecem nesse trecho do livro sempre que um comissário, uma data ou uma localidade mudam ou são precisamente identificados. Observando a Imagem 1, identificam-se seis dos denominados títulos, referindo-se a todas as pequenas interrupções aos lançamentos das vendas, localizados centralmente nas páginas. Na transcrição do primeiro deles, referente a página 54, localizada à esquerda da imagem, lê-se: “vendidas pelo tenente coronel José Aires Gomes em conta que deu em 4 de maio de 1778”<sup>81</sup>.

Esses textos curtos – de uma ou poucas frases – entretanto, nem sempre possuem todas essas informações citadas, como no próprio caso transcrito acima, onde não consta a localidade das vendas. Muitas vezes indicam apenas o nome do responsável pelas negociações e a data do registro, ou, acompanhando o nome do vendedor, aparece apenas a localidade das vendas, ou, ainda, lê-se somente o nome do comissário, demonstrando não haver formalização na construção dos títulos. O que ocorre, é que a falta de critério rigoroso prejudica o processo de sistematização dos dados, gerando lacunas em informações cruciais, detidamente no caso das datas, que é uma variável fundamental para a construção dos produtos finais desse levantamento, as tabelas e os gráficos.

---

<sup>81</sup> APM, CC 1323, p. 54.

Por outro lado, em situações pontuais, esses textos podem contribuir para sustentar algumas hipóteses quanto ao estudo qualitativo dessa sociedade, que é objeto de discussão do terceiro capítulo. Por exemplo, um desses títulos menciona o envio de animais para a cidade do Rio de Janeiro, fato que, em concordância com os documentos levantados no capítulo 3, sustenta a hipótese de que os negócios de animais de carga de Macedo, não se limitavam à capitania de Minas Gerais, embora essa representasse a maioria incontestada dos casos. Esse registro está datado de julho de 1783, e especifica uma tropa de dez bestas vendidas pelo próprio Macedo na cidade do Rio de Janeiro e retiradas da tropa de Antônio Joaquim Moraes. Trata-se de um número desprezível dentro do montante total de animais transacionados, porém representa uma informação valiosa para a compreensão geral das atividades de João Rodrigues de Macedo.

Dentre as poucas informações relevantes trazidas nesses títulos, destaca-se, também, a menção que faz, entre as páginas 52 e 53, a uma tropa de animais que teria se destinado ao Barroso – sem data – o que destoa do padrão de registro dos lançamentos diários, já que quase nunca indicam o destino final dos animais. Ou, ainda, em julho de 1783, quando uma tropa de bestas, cuja venda foi atribuída a Francisco José Murça, mas que, curiosamente, tem sua condução imputada ao próprio João Rodrigues de Macedo. Por fim, em outubro de 1784, tem a venda de algumas dezenas de bestas sob a responsabilidade de Manuel Afonso da Silva, atribuídas ao Serro, demonstrando a pulverização geográfica dos negócios de Macedo, neste caso, dentro da própria capitania de Minas Gerais. Dessa forma, como se vê, essas informações textuais são, de fato, muito limitadas, embora indiquem fatos importantes sobre os números contidos no livro.

No que diz respeito ao padrão de lançamento dos registros, não há grandes variações além das que ocorrem nos títulos. Pode-se destacar apenas as colunas do tipo de animal e do número do livro, que não ocorrem entre as páginas 23 – a primeira desse trecho – e a 40. Esse fato, porém, não representa um problema para a sistematização dos dados, apenas reforçam a narrativa de que o livro pode não ser um produto original, isto é, que pode ser o resultado de uma junção de outros livros, questão que será discutida mais à frente, ainda nesse capítulo. Aqui, basta demonstrar a organização dos dados em série, de modo que sua utilização como aporte principal dessa pesquisa seja factível.

Retomando o que foi dito no começo da seção, sobre uma incompletude dos dados, essa afirmação foi feita com base no que ocorre na última página deste recorte, na de número 115. Ao finalizar o último lançamento das vendas, o registro não se encerra em um balanço, por exemplo. Logo, não há nenhum tipo de dado total consolidado. Não se somam os animais

vendidos, e os montantes transacionados, não se faz menção a custos e, conseqüentemente, a lucros. Trata-se, portanto, apenas de um registro corrente das vendas, não se explicando por si só, o que gera a necessidade de buscar outras fontes para tentar localizar esses números dentro do montante das atividades comerciais de muares de João Rodrigues de Macedo.

Após a página 115, encontram-se algumas folhas referentes ao detalhamento das despesas da sociedade entre João Rodrigues de Macedo e Antônio Teixeira Pena, tal como outras despesas que não são atribuídas explicitamente à dita sociedade. A questão, porém, é que não há conexão direta entre essas despesas e os lançamentos diários das páginas 23 a 115. Na verdade, no caso das despesas atribuídas diretamente aos negócios dos dois sócios, é mais sustentável que elas se refiram às duas tropas detalhadas no começo do livro, uma vez que lá também se faz a introdução das tropas com uma titulação explícita, atribuindo os animais a dita sociedade, em oposição aos lançamentos diários, que não possuem a mesma titulação em sua abertura na página 23, apenas a sentença “Saída das bestas em frente”<sup>82</sup>. Isso pode ser um outro indício de que o livro de conta corrente não seja apenas um registro da sociedade para comércio de muares e equinos entre Macedo e Antônio Teixeira Pena, mas um registro geral dos negócios do contratador no comércio desses animais, que se realizaram, pelo menos em duas ocasiões explícitas, em parceria com Teixeira Pena.

Os registros de despesas estão localizados a partir da página numerada como 147, configurando um hiato entre as possíveis páginas 116 e 146, que não constam no volume consultado. Esse intervalo poderia ser crucial para a elucidação geral dos dados diários. Podiam conter balanços completos, com custos e lucros e mesmo outras informações importantes sobre o negócio.

Na página numerada como 174, datada de outubro de 1778, registram-se gastos com tropas que não parecem dizer respeito, de acordo com sua titulação, aos da sociedade entre Macedo e Pena do começo do livro. A inscrição diz: “Conta da despesa que se faz com as tropas de bestas e cavalos que vêm de São Paulo para estas Minas”, demonstrando poder registrar os gastos de qualquer tropa. Aparecem, linha a linha, nomes e gastos variados: grande parte é de dinheiro para despesas gerais com o transporte das tropas e de sal, provavelmente, para o tratamento dos animais. Por sua vez, nas duas páginas seguintes – já sem numeração –, que são as duas últimas legíveis do livro, aparecem, discriminados, os créditos que deve Antônio Teixeira Pena a Macedo, no que toca às tropas negociadas pela sociedade e datada de outubro de 1777. Predominam, como na página 147, adiantamentos em dinheiro para viagens, por

---

<sup>82</sup> APM, CC 1323, p. 23.

exemplo, e outros recursos utilizados para o pagamento de funcionários com funções no transporte e cuidados com as tropas.

O que se tem, portanto, com os dados de vendas diárias apresentados nessa seção, é o conjunto contábil fundamental para a análise quantitativa proposta nesta pesquisa. O recorte representa mais de 2500 linhas de dados detalhados brutos e abarca mais de uma década de contorno temporal, ainda que os dados se concentrem entre 1777 e 1784, contendo em quase todos os registros as informações descritas no começo dessa seção: tipo de animal, quantidade, forma de pagamento, nome do comprador, valor da transação e, ainda, o comissário responsável. É, portanto, uma fonte bastante robusta e que dá conta de toda a análise quantitativa do estudo, restando, somente, o levantamento de dados gerais acerca do negócio de muares e equinos para além dos praticados por Macedo ou por Macedo e Antônio Teixeira Pena, para a tentativa de dimensionar a magnitude do papel do contratador enquanto comerciante de animais em Minas Gerais nesse tempo.

### *1.1.2 As duas tropas da sociedade entre João Rodrigues de Macedo e Antônio Teixeira Pena*

Os registros contábeis desta parte correspondem aos dados da sociedade para comércio de animais e equinos estabelecida entre João Rodrigues de Macedo e Antônio Teixeira Pena, e que, como dito na seção anterior, encontram-se completas do ponto de vista contábil, com registros das entradas dos animais, de suas vendas, de suas despesas e de seus lucros. Essas páginas contemplam, pelo menos, duas tropas de animais negociadas por João Rodrigues de Macedo em associação com Antônio Teixeira Pena, figura anônima, cujo nome não resultou em informação alguma quando pesquisado nos principais arquivos relativos ao período. No mesmo sentido, as correspondências ativas do contratador pouco falam desse sócio, como se constatará no capítulo destinado ao estudo qualitativo desses negócios. As cartas só fazem menção ao seu nome como sócio nessa atividade, não apresentando elemento adicional algum. Porém, como o objetivo da seção é descrever os números e a forma adotada por essa anotação, não há prejuízo efetivo por consequência do desconhecimento sobre Teixeira Pena.

Uma primeira tabela relativa ao negócio entre os sócios está intitulada como “Conta corrente da sociedade em bestas entre João Rodrigues de Macedo e o capitão Antônio Teixeira Pena segundo as [clarezas] que se acham na conta de [origem]”<sup>83</sup>, e ocupa duas páginas não numeradas do livro, contendo informações de créditos e pagamentos da sociedade entre abril

---

<sup>83</sup> APM, CC 1323, p. não numerada.

de 1777 e setembro de 1822. As páginas não deixam dúvidas: referem-se a duas tropas de animais negociados, uma chamada de primeira tropa, e a outra, de segunda tropa, apresentando seus rendimentos, custos e lucros. As informações estão rigorosamente ordenadas, conforme o chamado método das partidas dobradas, ou seja, as entradas e saídas da sociedade estão diretamente associadas, de modo que toda a movimentação monetária de crédito apresente sua contrapartida de débito. Na parte superior da tabela, contendo os dados consolidados, a contrapartida é realizada, embora haja uma incongruência de 4.673 réis, ou seja, todo o rendimento da venda das duas tropas, apresentado do lado direito, está distribuído entre custos e lucros, do lado esquerdo, de modo que o balanço final esperado seria zero. Na tabela abaixo, transcreve-se a parte superior da tabela.

Tabela 1: Rendimentos das tropas da sociedade entre Macedo e Pena

Pelo que dispendeu o sócio Macedo para a compra e despesas da 1º tropa	5:129.247	Rendeu todas as rendas da 1º tropa	7:532.520
Idem da 2º tropa	8:575.426	Idem da 2º tropa	14:267.784
	13:704.673	Idem duas bestas com que ficou João Carneiro da Silva	48.000
Lucros a dividirem-se pelos dois em partes iguais	8:143.641		
	21:843.641		21:848.314

Fonte: APM CC 1323, p. não numerada.

Escapa ao escopo da pesquisa um aprofundamento nos usos e conhecimentos contábeis desse tempo, entretanto, é possível pontuar que se trata de um método bastante moderno para a época. Esse recurso teria se estabelecido nas finanças públicas portuguesas no ano de 1761, através do recém-criado Erário Régio. Esse órgão foi fundado para substituir a antiga Casa dos Contos, modernizando e aumentando a eficiência da cobrança de tributos e da realização de pagamentos. Até então, usava-se na administração pública portuguesa o método de partidas simples, porém, com novas e mais complexas atribuições, o Erário passou a adotar o método de partidas duplas, o que conferia mais confiabilidade e transparência a contabilidade<sup>84</sup>. Teria ocorrido, ainda, em meados do século XVIII, a primeira publicação do método de partidas duplas em língua portuguesa, escrito por João Baptista Bonavie. Nesse livro, resumidamente chamado de “Mercador Exacto” por Hernâni Carqueja, direcionado aos interesses mercantis, explicava-se detalhadamente como se utilizar esse método – que teria surgido no século XV – indicando e explicando, por exemplo, os livros necessários para a execução da contabilidade<sup>85</sup>.

<sup>84</sup> GONÇALVES, Miguel; LIRA, Miguel; MARQUES, Maria da C. Adolescência da Contabilidade por Partidas Dobradas em Portugal: O papel de um amigo do Marquês de Pombal, José Francisco da Cruz (1717-1768). *Revista de Contabilidade & Finanças*, v. 116, p. 2-7, 2014.

<sup>85</sup> CARQUEJA, Hernâni O. “Mercador Exacto” primeiro livro, impresso, em português sobre partidas dobradas. *Revista Portuguesa de Contabilidade*. V. 1, p. 609-645, 2011.

O período associado ao livro de conta corrente estudado, portanto, coincide com o momento de aumento da valorização de uma contabilidade mais precisa, como já indicado pelo texto de José Arruda.

Segundo a conta corrente, o lucro total das duas tropas, a se dividir igualmente entre os dois sócios, foi de 8:143.641 réis, resultado de um rendimento total de 21:843.641 réis, subtraído de 13:704.673 réis de despesas totais. Na parte inferior da tabela, estão os créditos e os débitos, que se dividem, ao lado esquerdo, as dívidas de Antônio Teixeira Pena para com Macedo e, do lado direito, os compromissos de Macedo para com Pena. Estão registrados como direitos de Macedo – lado esquerdo –, por exemplo, empréstimos em dinheiro em ouro para viagens e obrigações de terceiros para com a sociedade, que foram assumidos e cobrados por Pena.

Nas duas páginas seguintes, lado-a-lado, compondo um único documento, iniciou-se o esboço de uma outra tabela intitulada “Deve o negócio de bestas compradas nestas Minas vindas de São Paulo e Viamão”<sup>86</sup>, entretanto, não há lançamento algum. Por sua vez, nas duas páginas seguintes – as últimas sem numeração aparente – observa-se, novamente, os lucros obtidos com as duas primeiras tropas, porém, dessa vez, o valor aparece atribuído individualmente por tropa e não como um lançamento da conta corrente. Aqui, também, se apresentam os seus respectivos rendimentos e custos, novamente.

As páginas à frente, já numeradas de 8 a 11, estão intituladas como dívidas da sociedade com Antônio Teixeira Pena: sendo as páginas 8 e 9 relativas à primeira tropa, e as páginas 10 e 11 apresentando as dívidas referentes à segunda tropa. Como na contabilidade contemporânea, parte-se do princípio de que os lançamentos são alocados de cada lado da planilha de acordo com a sua natureza contábil, isto é, os que representam direitos a se receberem são alocados do lado esquerdo, enquanto as obrigações a se pagarem ficam do lado direito. Trata-se de um registro que segue rigorosamente esse modelo. A primeira tropa deu entrada a 27 de agosto de 1776, com o total de 323 bestas negociadas por 5:092.272 réis, tendo tido 36.975 réis de despesas. Esse último valor é lançado no lado esquerdo e corresponde, portanto, a créditos a que a sociedade tinha direito. Da mesma forma, na página 10, observa-se que a segunda tropa deu entrada a 10 de outubro de 1777, por um valor de 7:788.530, totalizando 502 bestas. Como despesa para essa segunda tropa, está lançado um montante de 786.896 réis.

Já nas páginas 12 e 14, estão mais dois registros contábeis fundamentais, pois comprovam que as duas tropas citadas até aqui foram conduzidas às Minas por Antônio Teixeira

---

<sup>86</sup> APM CC 1323, p. não numerada.

Pena, provenientes de São Paulo, além de indicarem o valor acordado no ato da compra com os fornecedores paulistas. O título da página 12, por exemplo, diz: “Entrada da primeira tropa de bestas que conduzia da cidade de São Paulo o sr. Antônio Teixeira Pena para estas Minas”<sup>87</sup>. O recibo da primeira tropa está datado de agosto de 1776, como já visto no parágrafo anterior, e constam 301 bestas e 22 cavalos, totalizando os 323 animais citados, negociados por 15.814 réis a unidade. Por sua vez, para a segunda tropa, constam 752 animais, denominados genericamente de “bestas muares e cavalos”<sup>88</sup>, número que não bate com o total indicado para a segunda tropa quando de sua primeira ocorrência. Nota-se, porém, que o montante atribuído à segunda tropa aqui é diferente e superior ao atribuído quando de sua primeira ocorrência. O fato é explicado de forma simples, pois o que ocorre é que uma parte desses 752 animais transportados às Minas por Antônio Teixeira Pena, não pertenciam à sociedade deste com Macedo. O livro registra 250 animais desse montante como de propriedades de outras pessoas: “150 bestas que foram para João Carneiro”<sup>89</sup> e outras “100 ditas de caixeiros que ficaram na Casa”<sup>90</sup>. Vale ressaltar, que, de fato, apenas 502 animais estão contidos no montante de compra indicado anteriormente, com cada unidade sendo negociado a 15.515 réis.

Observa-se que, por vezes, no livro, como serão demonstrados em outras situações mais à frente, o termo *besta* é utilizado de forma geral para definir os animais de carga. Na página 8, por exemplo, o lançamento diz claramente que entraram 323 bestas; já na página 12 surge a cifra de 22 cavalos dentro desse total. Esse fato chama ainda mais atenção quando se leva em conta que apenas um valor de compra unitário é indicado para cada tropa e que cada uma delas contém, pelo menos, bestas e cavalos, demonstrando que, no caso das vendas no atacado, o termo “bestas” podia ser usado de forma flexível. A dissertação de Martha Hameister, nesse sentido, em um de seus anexos, apresenta um léxico que indica justamente a possibilidade de o termo “besta” ser utilizado, também, para se aludir a cavalos<sup>91</sup>.

Nas páginas que se seguem aos recibos das tropas descritos no parágrafo anterior, isto é, nas páginas 13 – referente à primeira tropa – e 15 – referente à segunda tropa – estão os respectivos registros de vendas dos animais da sociedade com Teixeira Pena no varejo. Para os 323 animais da primeira tropa, foram registrados seus compradores, suas quantidades e tipos por venda, além do preço de cada transação. À exceção de seis animais – cujos preços não foram explicitados – todo o restante foi negociado a prazo, destacando-se as grandes compras

---

<sup>87</sup> APM, CC 1323, p. 12.

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>91</sup> HAMEISTER, Op. cit., Anexo I.

feitas por Basílio de Brito Malheiros, em um total de 153 animais, e de 110 animais por João Carneiro. A página está com data de janeiro de 1777 e não traz informações sobre os possíveis vendedores. Ao final, aparece a soma dos animais e a soma do montante negociado, que totaliza 7:532.528 réis.

Com exceção das duas grandes compras mencionadas acima, a quase totalidade das outras teve o preço de venda estabelecido em 30.000 réis, o que representa uma margem de lucro de quase 100%, levando-se em conta apenas os preços de compra desses animais com os fornecedores paulistas. A figura abaixo demonstra as anotações das entradas (página 12 à esquerda), e saídas (página 13 à direita), dos animais atribuídos à primeira tropa.

Figura 2: Entradas e saídas da primeira tropa negociada em sociedade com Antônio Teixeira Pena

*Vida Real de Janeiro 1776*

*Entrada de compra de animais para a primeira tropa negociada em sociedade com Antônio Teixeira Pena*

299 Bulas muaras	} a 158114/28	5.092.272
22 Cavalos		
1 Bula		
1 Alagaço parvo		
323		
<i>Depois de comprar</i>		
Compras de 28 Bulas muaras de João de S. S.		368.975
Compras de 22 Cavalos de João de S. S.		3.129.247
Compra de 1 Bula de João de S. S.		24.000
Compra de 1 Alagaço parvo de João de S. S.		24.000
		7.532.528

*Vida Real de Janeiro 1777*

*Vendas de animais da primeira tropa negociada em sociedade com Antônio Teixeira Pena*

153 Bulas muaras de Basílio de Brito Malheiros	3.163.000
110 Cavalos de João Carneiro	2.676.000
2 Alagaços parvos	60.000
2 Bulas muaras de João Carneiro	60.000
2 Cavalos de João Carneiro	30.000
1 Alagaço parvo de João Carneiro	240.000
1 Bula muara de João Carneiro	196.000
2 Cavalos de João Carneiro	270.000
2 Alagaços parvos de João Carneiro	240.000
2 Cavalos de João Carneiro	60.000
2 Alagaços parvos de João Carneiro	60.000
2 Cavalos de João Carneiro	32.000
1 Alagaço parvo de João Carneiro	30.000
1 Bula muara de João Carneiro	270.000
1 Cavalos de João Carneiro	80.000
3 Cavalos de João Carneiro	310.000
2 Alagaços parvos de João Carneiro	120.000
1 Bula muara de João Carneiro	90.000
1 Alagaço parvo de João Carneiro	90.000
1 Bula muara de João Carneiro	167.000
2 Cavalos de João Carneiro	167.000
3 Cavalos de João Carneiro	480.000
1 Alagaço parvo de João Carneiro	7.532.528
323	

Fonte: APM CC 1323, pp. 12 e 13

Por sua vez, entre as páginas 15 e 21, estão as vendas dos animais referentes à segunda tropa. Os números de animais e seu montante de venda final não estão de acordo, rigorosamente, com o encontrado após o lançamento dos dados na planilha *Excel* e posterior conferência, entretanto, não diferem muito do apresentado no livro, podendo se tratar de uma dificuldade de interpretação de algum dos lançamentos na parte final da última página. Para estar de acordo

com o total de animais da segunda tropa, deveriam constar 502 cabeças, em vez da soma escriturada de 506 unidades.

Neste caso, diferentemente das vendas da primeira tropa, há a indicação explícita do vendedor na maior parte dos lançamentos, à exceção das primeiras vendas da página 15 e as das páginas 19 e 20, sendo Lourenço da Costa Cambiacho o comissário responsável. Para esse último intervalo, porém, está indicada a localidade da transação: Santa Luzia. Além disso, da mesma forma que para a tropa anterior, ao final das vendas há um balanço com o total transacionado, cujo montante é de 14:315.786 réis. Quanto aos preços de venda, nenhuma unidade, quando vendida isoladamente, custou menos de 30.000 réis, o que produziria uma margem de lucro, também, próxima de 100%, discussão que cabe ao capítulo seguinte.

Avançando no livro, a página 22 também contém um registro de uma entrada de tropas de animais. No entanto, sua interpretação não é completa como nas duas tropas anteriores, pois não há ligação explícita e consistente entre ela e as demais páginas do livro. Isto é, nela estão registradas algumas entradas de animais, algumas saídas, alguns fornecedores e alguns condutores, porém não há um padrão claro nas anotações, além de não haver uma ligação óbvia com as páginas seguintes, o que torna seu significado incompleto. Nota-se, por exemplo, que a sequência de tabelas descritas acima, que compreendem o intervalo entre as páginas 8 e 21, possuem a contabilidade completa para as duas tropas: com as datas das entradas dos animais, as quantidades, os preços de importação por unidade, suas posteriores vendas na capitania de Minas Gerais, seus rendimentos, suas despesas totais e, por fim, seus lucros, bem como os direitos e obrigações que ambos sócios produziram entre si. Portanto, todo o controle financeiro da sociedade está explicitado nessas duas tropas. O mesmo, entretanto, não se observa para essa tropa lançada na página 22, que denominar-se-á, informalmente<sup>92</sup>, de terceira tropa.

A página 22 está intitulada como “Entrada das tropas de bestas muares e cavalos vindos de São Paulo [...] como também das que tenho comprado nestas Minas e vindos de Viamão”<sup>93</sup> e datada de 1º de outubro de 1777. Só a sua data já é um fator de estranhamento, pois representa um intervalo de apenas nove dias em relação à entrada da segunda tropa. Inicialmente, não se soube como proceder, pois ela não possui nenhuma contrapartida, isto é, não há outra página que faça alusão à venda dos animais registrados nela. As saídas representadas a partir da página

---

<sup>92</sup> Considera-se a denominação “terceira tropa” como informal, pois não se usa esse termo no livro. Entretanto, seguindo a ordem crescente das páginas, essa é a terceira e última tropa referida do ponto de vista de sua entrada, ou seja, ela se encontra após as duas primeiras tropas da sociedade entre Macedo e Pena, e antes dos lançamentos diários que constam apenas vendas de animais.

<sup>93</sup> APM, CC 1323, p. 22.

23, já consideradas como lançamentos diários, não são introduzidas com nenhum título que indique que se trate dos animais da página anterior.

Desta conta registrada na página 22, podem-se apurar as seguintes informações principais: sabe-se que a Inácio Alves da Mota – uma representativa personagem deste estudo – é atribuída a responsabilidade pela condução de 733 animais, destacando-se uma grande tropa de potros, de 542 animais no total. Tem-se, também, que outros 250 animais foram conduzidos por Antônio Teixeira Pena, além de outros 463 que foram comprados a João Ribeiro da Fonseca e 128 a Clemente Rodrigues de Almeida. Uma outra parte dos lançamentos dessa página mescla informações quanto a condutores, procedências e destinos dos animais, reforçando, como afirmado anteriormente, a falta de um padrão, parecendo ser apenas uma anotação. Desses, tem-se de mais relevante os nomes que são citados: dentre os animais conduzidos por Inácio Alves da Mota, sabe-se que 320 deles foram comprados de Teodósio Luís Fiúza, ou, ainda, que 340 potros transportados pelo mesmo condutor foram recebidos de Demétrio José.

Quanto aos preços de negociação, 60 dos potros recebidos de Teodósio Luís Fiúza custaram 12.640 réis por unidade, enquanto 133 bestas e cavalos comprados a Luís Caetano, custaram 17.000 réis por unidade, os outros, como no caso das duas primeiras tropas, apresentam preços de compra em torno de 15.000 réis. Essa página totaliza 1966 animais, sabendo-se que são, ao menos, 542 potros, número que supera, e em muito, a quantidade de potros lançada nas vendas dos lançamentos diários. Por sua vez, os outros animais não são identificados.

A ilustração dessas duas páginas, abaixo, acentuaria a dúvida, pois, como se vê, não há nenhuma indicação de que a página 23 (direita), a primeira dos chamados lançamentos diários, contemple a saída dos animais implicados na página 22 (esquerda). Tratar-se-ia, portanto, de uma questão não elucidada pela leitura do livro, cabendo à outras fontes tentar preencher essa lacuna.

Figura 3: Registro da tropa denominada de terceira

*Junho 1774*

*Contabilidade das Tropas de Bestas da Casa*

Item	Valor
100 Criação de bestas da Casa	15318450
100 Criação de bestas da Casa	23220175
124 Compras de bestas da Casa	20180773
128 Compras de bestas da Casa	2416084
160 Compras de bestas da Casa	8380785
1 Compras de bestas da Casa	320400
108 Compras de bestas da Casa	20910000
15 Compras de bestas da Casa	2370217
8 Compras de bestas da Casa	1250000
340 Compras de bestas da Casa	
21 Compras de bestas da Casa	
7 Compras de bestas da Casa	
5 Compras de bestas da Casa	20450776
137 Compras de bestas da Casa	
23 Compras de bestas da Casa	1700000
100 Compras de bestas da Casa	7588400
60 Compras de bestas da Casa	0
139 Compras de bestas da Casa	22220000

*Conta da Tropa de Cavalos*

Item	Valor
7 Compras de Cavalos	3500000
1 Compras de Cavalos	200000
1 Compras de Cavalos	280000
7 Compras de Cavalos	3500000
2 Compras de Cavalos	1000000
7 Compras de Cavalos	3500000
2 Compras de Cavalos	200000
5 Compras de Cavalos	2320000
1 Compras de Cavalos	300000
1 Compras de Cavalos	190000
1 Compras de Cavalos	270000
1 Compras de Cavalos	300000
1 Compras de Cavalos	180000
9 Compras de Cavalos	4050000
3 Compras de Cavalos	1500000
1 Compras de Cavalos	3200000
2 Compras de Cavalos	900000
1 Compras de Cavalos	250000
8 Compras de Cavalos	3500000
1 Compras de Cavalos	400000
5 Compras de Cavalos	1880000
2 Compras de Cavalos	900000
2 Compras de Cavalos	900000
2 Compras de Cavalos	900000
5 Compras de Cavalos	1350000
1 Compras de Cavalos	280000
3 Compras de Cavalos	1200000
1 Compras de Cavalos	270000

Fonte: APM CC 1323, pp. 22 e 23

Entretanto, em uma apreciação mais atenta de todo o conjunto do livro de conta corrente CC 1323 em buscas de respostas, localizou-se uma informação que poderia esclarecer esse problema. Lê-se, logo na segunda página do livro, ainda dentre as páginas sem numeração ou com numeração ilegível, uma espécie de sumário do livro de conta corrente (Imagem 4), no qual a página 22 é identificada como “Negócio de bestas... Casa”, isto é, não pertencentes a sociedade entre Macedo e Pena. Além disso, ao se observar o registro da segunda tropa, identifica-se a mesma situação, pois embora a tropa compreenda 752 animais, o livro só traz informações contábeis detalhadas daqueles atribuídos pela sociedade entre Pena e Macedo, como já se explicou anteriormente. Inclusive, nesse caso, se lê que uma parte dos animais excluídos da contabilidade foram atribuídos à “Casa”. Isso nos levou a crer que, da mesma forma que as bestas relacionadas à “Casa” não possuem suas vendas explicitadas no caso da segunda tropa, esses, referentes à página 22, também não teriam. Essa é uma questão que ficou sem uma elucidação final, pois, de acordo com o sumário, as páginas subsequentes a de número 22 se refeririam a saídas de tropas negociadas em nome da “Casa”, o que não procederia

conforme os tipos e quantidades de animais contidos nas duas partes, como se sistematiza no capítulo seguinte.

Apesar das importantes informações contidas nessa página, principalmente quanto à menção de indivíduos relacionado a Macedo nesse negócio, a interpretação final dessa página é incompleta. Primeiro, por estar numerada, ou seja, ela, de fato, se coloca nessa posição originalmente; segundo, por não se definir como um registro completo. Concluiu-se, por isso, que ela pode ser utilizada, seguramente, apenas como fonte de informações acerca das personagens que cita e como representação da dimensão da inserção de Macedo na atividade, já que, com uma diferença de poucos dias, registra-se em seu nome ou no nome de sua sociedade com Pena, quase 3 mil animais movimentados.

Por fim, a descrição realizada no decorrer da presente subseção produz uma conclusão fundamental: não é possível afirmar que os dados contidos no livro de conta corrente CC 1323, como um todo, são referentes a sociedade entre Macedo e Teixeira Pena, questão facilmente verificada pelo sumário. Entende-se, portanto, que o livro de conta corrente é constituído de tropas negociadas em sociedade com Pena, mas, também, de negócios à parte desse sócio. Por outro lado, a incongruência severa entre o número de animais registrados na página 22 e no trecho subsequente, chamado de lançamentos diários, impede uma elucidação geral do livro. Como também já foi mostrado, há um longo hiato de páginas no livro que não puderam ser consultadas, precisamente entre as páginas 116 e 145. A leitura dessas páginas poderia contribuir para a elucidação dessa dúvida.

### *1.1.3 As informações textuais: cartas e anotações*

A última parte, dentre as divisões estabelecidas para facilitar a apresentação do livro, compreende as primeiras páginas do volume, nas quais se encontra um pequeno conjunto de cartas e anotações textuais, e que apresentam algumas informações muito importantes. Destaca-se, por exemplo, a segunda página do livro que registra uma espécie de sumário intitulado “Resumo dos lançamentos que se acham nesse [livro]”<sup>94</sup>, onde se podem verificar alguns momentos bem distintos do livro: até a página 20, como as tropas da sociedade com Pena, alternando-se entradas e saída; entre as páginas 21 e alguma anterior a 147, com exceção da página 22, como apenas saídas (é o trecho que nos serve de aporte principal); e as página finais do livro, após a página 147, onde constam as despesas dos animais vendidos tanto no que

---

<sup>94</sup> APM, CC 1323, p. 2.

chamamos de lançamentos diários quanto da sociedade com Pena. É importante salientar, novamente, que nem todas essas páginas indicadas nesse sumário puderam ser lidas no livro consultado.

Figura 4: Suposto sumário do livro de conta corrente

*Resumo de Lançamentos e Saídas de*

<i>Receitas de Betas da Cara</i>	<i>Cont.</i>	<i>14</i>
<i>Tropa Suo do Sumo</i>	<i>Cont.</i>	<i>8</i>
<i>Tropa</i>	<i>Cont.</i>	<i>10</i>
<i>Tropa</i>	<i>Cont.</i>	<i>12</i>
<i>Tropa</i>	<i>Saída</i>	<i>18</i>
<i>Tropa</i>	<i>Cont.</i>	<i>14</i>
<i>Tropa</i>	<i>Saída</i>	<i>15</i>
<i>Tropa</i>	<i>Cont.</i>	<i>20</i>
<i>Receitas de Betas</i>	<i>Cont.</i>	<i>22</i>
<i>Receitas</i>	<i>Saída</i>	<i>24</i>
<i>Receitas</i>	<i>Cont.</i>	<i>127</i>
<i>Tropa Suo do Sumo</i>	<i>Receitas</i>	<i>176</i>
<i>Tropa</i>	<i>Betas</i>	<i>177</i>
<i>Tropa</i>	<i>Cont.</i>	<i>6</i>

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL  
OURO PRETO

Nº 323 Livro I  
1776-1809  
Nº de entradas e saídas de animais  
V. G.

Constata-se, com base nesse sumário, que todas as páginas numeradas do volume 1323, compõem um único livro. Isso, entretanto, não impossibilita que seja um compilado de registros diversos. O nome de Antônio Teixeira Pena, por exemplo, é citado apenas no trecho apresentado na subseção anterior e nas páginas finais relativas às despesas. Com isso, só se pode afirmar que o livro registra negócios de bestas e equinos atribuídos a Macedo, e alguns casos em sociedade com Pena.

Seguindo a análise das páginas textuais, a primeira delas não está numerada e traz uma correspondência de dezembro de 1781, na qual João Rodrigues de Macedo garante a remessa, ao Rio de Janeiro, de 12 bestas muares ao capitão Julião Meneses da Costa, por meio de qualquer capataz de suas tropas. Observa-se, pois, que não se trata de um documento de introdução a um livro de conta corrente, mas apenas de uma carta que aborda o tema do comércio de muares. A resposta a essa carta aparece, logo à frente, na quarta página do livro, onde se acha um recibo assinado pelo dito Julião Meneses da Costa e datado de julho de 1782. O texto comprova o recebimento das citadas bestas, por meio do tenente-coronel José Aires Gomes. Outro recibo da mesma transação aparece novamente na sexta página.

Na terceira página, por sua vez, está uma anotação informal acerca de uma segunda tropa, sem assinatura e sem datação. Nela consta uma série de vendas de animais: 278 teriam sido vendidos por Lourenço da Costa Cambiacho, 139 teriam sido vendidos à “Casa”, isto é, ao próprio Macedo, outras 47 a João Ribeiro, enquanto 13 seriam inválidas, entre mortas e fugidas.

Na sétima página não numerada por seu turno, consta um crédito – sob a forma de compromisso de pagamento – assinado por Antônio Teixeira Pena e datado de agosto de 1777, do seguinte teor: “Devo à Real Fazenda a quantia de 360 mil réis de subsídio de 150 mil? réis que passei neste registro da [conta] de João Carneiro da Silva [e por ser verdade passei] o presente [por mim somente assinado]”<sup>95</sup> Trata-se de uma promissória referente ao valor devido pela passagem de animais por um registro que não é identificado. O mesmo tipo de documento reaparece duas páginas à frente, também assinado por Pena, porém, dessa vez, diz dever à Real Fazenda 240 mil réis de 150 mil réis de subsídio para a conta de Antônio Mendes da Costa. Entre essas duas páginas, há um outro documento de crédito no mesmo formato textual, dessa vez assinado por Pedro Antônio Lemos de Carvalho, de abril de 1777. O autor do documento diz dever à Real Fazenda 14.400 réis de subsídio de uma compra de 6 bestas muares. Como se pode ver, são documentos importantes, mas que não parecem compor o livro de conta corrente,

---

<sup>95</sup> APM, CC 1323, p. 7.

fortalecendo a hipótese de que esses documentos iniciais podem ter sido adicionados ao livro apenas por se relacionarem diretamente com os negócios de Macedo com os muares.

Seguem-se algumas páginas de leitura difícil e conteúdos curtos e desconectados, com apenas algumas frases. Quando, em seguida, surge uma carta escrita a Antônio Teixeira Pena, em fevereiro de 1777, cujo conteúdo é muito relevante, pois ilustra um pouco das práticas comerciais dos muares. Na correspondência remetida do Tijuco e assinada por João Carneiro da Silva – administrador do contrato das entradas de mercadorias de João Rodrigues de Macedo naquela localidade – afirma-se que as 99 bestas recebidas por meio do condutor Antônio Fernandes, serão vendidas por “vinte cinco mil e tantos réis” cada uma, o que, segundo o autor, foi o maior valor conseguido de acordo com a qualidade delas. Desse total, “quarenta e tantas” foram vendidas a prazo por um período de até seis meses. Ademais, ao peão que cuidou da tropa, pagou-se 3 mil réis por mês, além de ter financiado algumas despesas do condutor Antônio Fernandes. Quanto às preferências dos consumidores, o autor diz:

Os cavalos aqui nenhuma saída tem, muito menos os que Vossa Mercê remeteu, que chegaram muito magros, e mal apenas pude vender dois a pagar em seis meses, e os mais os mandei para uma [roça] para engordarem e ver ao dispor se posso lhes dar saída<sup>96</sup>

A carta acima, provavelmente, é a mais importante do conjunto textual apresentado no livro estudado. Com ela é possível a identificação de preços de venda praticados, das preferências dos consumidores quanto aos tipos de animais vendidos naquela localidade e naquele tempo, mas, ainda, oferece um exemplo da estrutura que compunha uma tropa, ao citar dois postos importantes, o do condutor e o do peão, inclusive, no caso do último, indicando o quanto se pagava por esse serviço. São todas informações muito preciosas para a análise geral da pesquisa, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto pelo viés qualitativo.

Há adiante mais algumas páginas com pequenas anotações e pequenos recibos que parecem tratar-se de rascunhos sem muita relevância prática, até que se chega a uma outra carta longa, que ilumina os trâmites de compra e transporte das tropas de muares. O documento encontra-se sem data e sem assinatura; todavia, é iniciado com a sentença “Por Antônio Teixeira Pena”, o que é suficiente para se crer que tenha sido de responsabilidade deste indivíduo realizar as compras que o corpo da carta menciona. O documento contém as instruções para a compra de animais em São Paulo<sup>97</sup>:

---

<sup>96</sup> APM, CC 1323, p. 17.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 21.

1. um conto de réis destinado à compra de bestas para serem entregues a João Carneiro da Silva, que deveriam ser marcadas com um “C”;
2. 300.000 réis, a ser entregue por Clemente Rodrigues da Silva em São Paulo, destinados à compra de “100 ou 120 bestas”, que seriam marcadas com um “R” (caso o valor não fosse suficiente, o autor se comprometia em abonar o que ficasse por pagar);
3. pela conta do destinatário da carta e do próprio Pena deviam ser adquiridas “até mil bestas”, marcadas com um “M”, por 1:200\$000 réis; caso o valor não fosse suficiente, seria enviada carta de abono ao dr. Antônio Fernandes do Vale e para o capitão-mor – provavelmente da vila de São Paulo – a fim de que satisfizessem a possível diferença;
4. finalmente, solicita a compra de mais 100 animais, que seriam marcados com um “J” a serem repartidos igualmente entre Antônio Mendes da Costa, Domingos José Lopes, Antônio Xavier da Silva e Filipe dos Santos Lisboa. O autor da carta reitera ao comprador dos animais que busque os melhores exemplares pelos menores valores possíveis e negocie o maior prazo de pagamento que conseguir.

Só este documento, portanto, comprova uma encomenda de número bem superior a mil animais, pelo valor total mínimo de 2:500\$000 réis. Esta carta, é, ainda, fonte riquíssima para o estudo da rede de comércio que se estabelece em torno de Macedo para a compra, transporte e venda de muars. Aqui já se insere um universo de personagens, que como se verá no capítulo 3, quando a rede de comércio for o foco, compõem uma parte fundamental da estrutura da rede e da capacidade de negociação de Macedo: os financiadores residentes, principalmente, em São Paulo. Dois dos importantes nomes verificados na correspondência ativa de Macedo já aparecem nessa carta, o do dr. Antônio Fernandes do Vale e do capitão-mor, que na carta não é nomeado, mas que pelo levantamento de outras fontes pode-se afirmar, com grandes chances de acerto, se tratar de Manuel de Oliveira Cardoso. Além disso, configura uma prova importante da dimensão deste negócio, uma vez que em uma única compra podia se negociar, como se lê, mais de mil animais, isso sem contar o exemplo das práticas de pagamentos a prazo e da organização da tropa. O problema, como foi anunciado logo no começo, é a falta de uma datação, o que impede a sua inserção precisa dentro da narrativa que se constrói.

Nas páginas seguintes deste conjunto textual não numerado, ocorrem mais algumas poucas e pequenas anotações, rascunhos ou páginas com conteúdo ilegível, até que se chega às primeiras páginas numeradas do livro, que como já se apresentou na subseção imediatamente

anterior, tratam-se das tabelas da conta corrente da sociedade entre Macedo e Pena. Conclui-se essa parte do livro, portanto, com um balanço bastante positivo quanto às informações que oferece, já que ainda que numericamente pequenas, são páginas ricas em informações de grande utilidade para o estudo dos trâmites e indivíduos que compunham o universo do comércio de animais de carga ao lado de João Rodrigues de Macedo.

## **1.2 A construção da base de dados: a organização e o tratamento dos lançamentos diários**

Nesta seção, será apresentado o método adotado no processo de transcrição e sistematização dos dados que denominamos anteriormente como diários. Em outras palavras, serão abordados os dados das vendas de muares e equinos, contidas entre as páginas 23 e 115, e que correspondem a transações ocorridas entre 1777 e 1790. Tratar-se-ão dos recursos metodológicos empregados, fundamentalmente, durante o procedimento de limpeza e tratamento dos dados, isto é, quando se ajustou os dados conforme suas possibilidades e aos objetivos da pesquisa, mas, também, serão apresentados os desafios de interpretação suscitados no processo de transcrição.

As páginas referidas estão, predominantemente, em ótimo estado de leitura, permitindo uma fácil transcrição do conteúdo. Do ponto de vista do ordenamento dos registros, nesse sentido, há um claro padrão de lançamento estabelecido da primeira à última página. Não houve, portanto, grandes questões a serem debatidas a esse respeito. As páginas organizam-se em colunas e linhas, muito bem identificadas por um cabeçalho, na seguinte ordem, da esquerda para a direita: quantidade de animais transacionados, tipo de animais, nome do comprador, número do livro, número do lançamento, número da conta corrente e valor total negociado (ver Imagem 1).

A maior parte das colunas é autoexplicativa, com exceção do número do livro e do número de conta corrente, que merecem uma apresentação mais detida. Quanto a do número do livro, nela estão indicados, segundo se deduziu, o local de lançamento original de cada registro antes de suas transcrições para o livro de conta corrente lido, pois o que se lê nessa coluna são dois tipos de notação: “1<sup>o</sup>” ou “2<sup>o</sup>”. A hipótese que se levanta é a de que o livro em questão possa ser um produto da reunião de, pelo menos, outros dois, os citados “1<sup>o</sup>” e “2<sup>o</sup>”. Fala-se em, pelo menos, dois, pois a coluna surge só na página 67, deixando as vendas apontadas entre as páginas 23 e 66 sem uma alocação em nenhuma dessas duas categorias. A leitura do livro não permite fazer nenhuma afirmação absoluta a esse respeito, já que pode ser que os

lançamentos sem referência de livro estejam contidos no “1º”, de forma que não houvesse necessidade de referenciar, mas também, pode ser que não estejam compreendidos em nenhum dos dois livros. Dessa forma, o que se tem é apenas a observação da fonte, não tendo sido possível provar o significado preciso dessa notação.

Na coluna de conta corrente, por sua vez, nota-se a indicação de um número específico para cada comprador, isto é, identificou-se, na grande maioria dos casos, a ocorrência do mesmo número de conta corrente toda vez que determinado comprador era indicado em uma transação. Esse número, entretanto, não é completamente individualizado, pois, respeita-se com bastante rigor, um padrão de a cada quatro lançamentos se mudar o número de conta corrente, seguindo uma cronologia crescente.

Figura 5: Página 98 do livro de conta corrente

98

Transcripto  
2010/10/13

Continua a venda

de Benta p. M. de Almeida

1	Ant. Manuel da Costa Duarte	2011	2	163	310000
1	" Benta Pz de Orlim	2012	"	164	330000
1	" João Luis de S. de S.	2013	"	"	330000
3	" Manuel Joaquim Pz	2014	"	"	900000
2	" Maria Maria da Costa	2015	"	50	670000
3	" Manuel Pz da Costa	2016	"	64	970000
2	" Manuel Carmo Coelho	2017	"	165	670000
4	" Bernardo José Barboza	2018	"	"	1290000
7	" C. João da Costa Paria	2019	"	"	2350000
5	" João da S. Santos	2020	"	"	1620000
1	Ant. Antonio Soares Pz	2021	"	34	1100000
4	Ant. Gaspar Carlos Colon	2022	"	166	1290000
2	" Antonio Cardoso da Silva	2023	"	"	640000
10	" José Carmo Coelho	2024	"	"	3240000
6	" Antonio Cor. Lima	2025	"	"	1940000
2	" José Manoel Pz	2026	"	167	640000
5	" Pedro José da S.	2027	"	"	1640000
1	" João Luis Pereira	2028	"	"	320000
1	" Antonio José de Carvalho	2029	"	"	330000
2	" Antonio Simões de Almeida	2030	"	168	670000
1	" João Cardoso de Paria	2031	"	"	330000
2	" Custódio José de S. Coelho	2032	"	"	630000
2	" José Roberto da Silva	2033	"	"	670000
1	" Antonio Soares Palma	2034	"	"	330000
1	" João Manoel Gomes de S. Coelho	2035	"	169	320000
2	" Simão Pz. Braga	2036	"	"	600000
13	" José de S. Pz	2037	"	28	4450000
1	Ant. Manuel Pz de S. Matos	2038	"	169	1170000
4	" Dom. Pz. Barros	2039	"	"	2600000
5	" André da S. de S.	2040	"	170	4500000
6	" Pedro Pz. de S. Santos	2041	"	"	1940000
3	" P. João Carmo da S.	2042	"	1	900000
3	P. de S. Pz				

Fonte: APM CC 1323, p. 98

Dito de outra forma, cada número de conta corrente está associado a, geralmente, quatro nomes que, quando se repetem em páginas subsequentes, são registrados sob seus números de conta corrente originais. Como exemplo, tem-se na página 36 o registro da venda de uma besta a Vasco José Cordeiro sob o número de conta corrente 131. O mesmo comprador reaparece na

página 68, sob o mesmo número de conta corrente, comprando duas bestas. Ou seja, são duas transações distintas, registradas no mesmo nome e sob o mesmo número de conta corrente.

Esse recurso do número de conta corrente é uma forma muito eficiente de melhorar a localização de um registro de venda, evitando-se a obrigatoriedade da leitura dos nomes linha a linha, no caso de se buscar uma outra venda de determinado comprador. É um recurso cuja confiabilidade foi colocada à prova no processo de tratamento dos dados coletados, quando se precisou elucidar desacordos de ortografia de alguns nomes, e, também, para tratar dos casos de revenda, cujas ocorrências são baixas e concentradas nas páginas finais dos lançamentos diários.

Nas primeiras páginas dos lançamentos de vendas, como já dito acima, esse padrão de colunas ocorre, porém, com uma menor variedade. Não aparecem as colunas de tipos de animais, entre as páginas 23 e 40, nem a de número do livro, até a página 66. Nessas primeiras páginas, embora não se tenha o tipo de animal linha a linha, uma vez que não há a coluna do tipo de animais, pôde-se considerar todo o conjunto como sendo de bestas, pois o título dizia claramente na página 23, “saída das bestas em frente”<sup>98</sup>. Logo, ainda que já se tenha falado neste capítulo sobre a possibilidade de o termo “bestas” ser utilizado de forma genérica para se referir a qualquer tipo de muar ou equino, a fim de viabilizar o cômputo desse enorme grupo de animais, optou-se pela pacificação dessa dúvida em torno do que dizia o título na abertura da página 23, quanto a serem vendas de bestas. Portanto, adotou-se esse tipo de animal indicado por todo o intervalo sem denominação linha a linha.

Além das informações organizadas pelo sistema de colunas, como já foi explicado anteriormente, outra parcela das informações essenciais encontra-se nos subtítulos que ocorrem quando se altera o vendedor dos animais ou a data da venda. Tudo que se pôde localizar acerca dos comissários (os vendedores dos animais) e das datas de registro das transações, foi localizado nos subtítulos (ver imagem 1).

A primeira tabulação dos dados coletados foi feita no programa *Excel* de forma fidedigna ao livro original, respeitando cada particularidade e exceção. Após o primeiro levantamento, definiu-se aquelas variáveis que não podiam compor a base de dados final, por não permitirem uma análise seriada dos dados; foi o caso, por exemplo, da localidade, já que não é possível saber o local exato das vendas com as informações apresentadas no livro. Por isso, estabeleceu-se como variáveis: data, tipo de animal, quantidade vendida, comprador, montante transacionado e comissário responsável.

---

<sup>98</sup> APM, CC 1323, p. 23.

A partir desse conjunto inicial transcrito, resultante em uma planilha com mais de 3 mil linhas de lançamentos, procedeu-se à “limpeza dos dados”, ou seja, no processo de retirar do conjunto aqueles dados que representassem exceções ou que viesassem os resultados por algum motivo, como, por exemplo, uma imprecisão na leitura ou na interpretação. Definiram-se, assim, alguns critérios. Seriam separados do conjunto final as vendas à vista, os animais inválidos (mortos ou fugidos), os lançamentos cujo número de animais ou valor de venda estavam zerados, os animais barganhados, os animais revendidos e, ainda, um pequeno resíduo de dúvidas de interpretação. Mas, antes disso, foi preciso atualizar a grafia e revelar todas as diversas abreviaturas presentes no livro, o que se fez com base no Livro de Abreviaturas de Maria Helena Ochi Flexor<sup>99</sup>.

Como no caso das colunas, alguns grupos desassociados são autoexplicativos, como é o caso das vendas à vista, das transações zeradas e dos animais inválidos (mortos ou aleijados). O restante, por sua vez, precisa ser explicado.

Os animais barganhados, por se tratarem de trocas, muito provavelmente já teriam sido registrados anteriormente no livro. Logo, sua soma aos dados finais poderia enviesar o cômputo final do montante de animais para cima, já que correriam o risco de aparecerem duas vezes na contagem. Diferentemente das revendas, que puderam ter seus lançamentos originais localizadas quase em sua totalidade no livro, como se mostrará, as barganhas não estavam claras o suficiente para dar segurança a essa ação. Logo, pensou-se por bem excluir esse grupo, fato que não prejudica o montante final, pois não chegam a tão somente 50 animais.

No caso das revendas, a notação dessas transações permitiu localizar o registro original referente ao animal revendido, possibilitando a adequação dos dados. Essas revendas concentram-se nas páginas finais dos lançamentos diários, entre as páginas 113 e 115, e podem ser traduzidas conforme o exemplo a seguir, relativo a um lançamento da página 114, registrado em outubro de 1788 e cujo capitão João da Silva de Oliveira é o comissário responsável: nele se indica a venda de uma besta a “José Joaquim de Andrade, a Martinho Gomes da Silveira... 280”<sup>100</sup>. Tem-se nessa sentença, a supressão da expressão “tomada a”, que precede o segundo nome, conforme padrão observado nos lançamentos anteriores. A interpretação que se fez, após algumas tentativas de comprovação, foi a seguinte: a besta citada foi vendida ao primeiro nome e tem origem na venda a prazo feita ao segundo nome, cuja conta corrente é o número “280”. Isto é, essa besta negociada ao segundo nome originalmente, teria retornado ao movimento do

---

<sup>99</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: UNESP. Arquivo do Estado, 1990.

<sup>100</sup> APM, CC 1323, p. 114.

livro e sido revendida ao primeiro nome indicado. A conferência foi feita, e localizou-se, de fato, uma transação nomeada a Martinho Gomes da Silveira, cujo número de conta corrente observado foi “280”. Nesse lançamento, teria sido vendida uma besta, justamente essa que estaria sendo, dessa vez, revendida a José Joaquim de Andrade, o que comprovaria essa leitura. Portanto, o procedimento adotado para esse exemplo e para todos os outros, foi o de ir ao lançamento original e subtraí-lo da quantidade de animais indicado em suas respectivas vendas, pois caso não fosse feito dessa forma, dois problemas ocorreriam: primeiro, se somariam esses animais duas vezes e, segundo, se levaria em conta no montante monetário final, o valor acordado na venda original e que, possivelmente, não teria dado entrada de fato. Acredita-se que uma das justificativas para essas vendas esteja exatamente em um possível não cumprimento dos termos da transação original, de modo que subtrair o valor acordado na primeira transação seja indicado para se evitar somar valores que, efetivamente, podem nunca terem sido pagos.

Esse procedimento só foi possível por conta do número de conta corrente, daí sua fundamental importância para a interpretação do livro em sua totalidade. O procedimento de buscar a venda original foi realizado para todas as vendas identificadas que somam 33 transações, tendo sido possível esse processo de adequação em 29 delas. Nas que esse procedimento não se verificou, isto é, quando o número indicado na venda não se referia a um lançamento associado ao segundo nome, crê-se que possa indicar um erro de notação da conta corrente, ou um problema de interpretação dos dados. Nesses casos, esses lançamentos foram alocados no grupo dos resíduos.

Em alguns casos, as vendas não zeram os registros originais, isto é, quando o número de animais revendidos não é igual ao número da transação original. Nestas situações, bastou subtrair a diferença no número de animais entre uma transação e outra, e, quanto ao valor estabelecido, fazer uma conta simples de divisão com o número de animais da venda original, para se estabelecer um valor aproximado por unidade. Em seguida, fez-se a subtração desse valor obtido por unidade multiplicado pelo número de animais revendidos. Como exemplo, cita-se o caso de fevereiro de 1788, quando uma besta foi passada a Antônio José de Carvalho tomada de Antônio Alves Pereira em transação identificada como número de conta corrente “15”. Ao se localizar a venda original indicada, constatou-se que essa foi de quatro bestas por um valor total de 144.000 réis. Portanto, o que se fez foi dividir o valor total por quatro, resultando em um valor médio por unidade de 36.000 réis, e subtraí-lo do montante de 144.000 réis. Logo, após o tratamento das vendas, a planilha final apresenta, no número de conta corrente 15, atribuída a Antônio Alves Pereira, um total de 3 animais acordados por um valor

de 108.000 réis, de forma que não se conta duas vezes o mesmo animal, nem se soma um valor monetário que parece nunca ter sido efetivado.

As vendas também contribuíram para elucidar uma outra questão que se apresentou no processo de transcrição dos dados. Na maior parte das linhas, não há um padrão muito rigoroso quanto à notação por extenso do tipo de animal. O que se observa, na realidade, é a notação por extenso do tipo de animal após apenas um novo subtítulo e, depois disso, essa coluna costuma ser preenchida com os termos “dito” e “dita” ou apenas um sinal de dois traços paralelos. Isso não gerou questionamentos a priori, pois bastou substituir os termos ou o símbolo pelo tipo de animal imediatamente anterior. Entretanto, em alguns casos de adequação das vendas, o que se viu foi uma aparente confusão entre os termos besta e mula, quando na comparação do tipo de animal indicado na venda com o tipo contido no lançamento original. Em outras palavras, em alguns casos, por exemplo, a venda indicava a transação de uma besta, enquanto no lançamento original de onde o animal foi retirado, fazia-se menção a mulas. Esse fato fez com que se tomassem bestas e mulas como um único conjunto, visto que, de acordo com a própria notação do livro, essa diferença parece não ser muito relevante. Em vista dessas ocorrências, buscou-se uniformizar os dados relativos a bestas e mulas, como sendo apenas bestas, a fim de se evitar que esses termos e símbolos substitutos do tipo de animal pudessem gerar erros na contabilidade final, ao criar dois subgrupos imprecisos que, segundo o próprio livro, podem ser reduzidos a um único.

Por último, o conjunto denominado de dúvidas ou resíduo, reuniu os lançamentos que não puderam ser compreendidos em todo seu sentido por si só e, também, aqueles que representavam exceções ao padrão dos lançamentos diários, impedindo a sua inserção segura na base de dados final. Um exemplo foi, precisamente, quatro lançamentos, que acompanhando o nome do comprador, estava a expressão “sem crédito”, que, de imediato, não apresentava um significado claro. Entretanto, no levantamento da revisão bibliográfica para o primeiro capítulo desta dissertação, localizou-se sua explicação no artigo de Rafael Freitas Santos sobre o crédito na economia mineira do século XVIII, como se lê: “Uma dívida ‘sem crédito’ (expressão igualmente comum na documentação cartorária) significaria aquela em que não foi produzido algum documento escrito para registrar a operação de crédito, isto é, que a transação foi lastreada apenas na palavra”<sup>101</sup>. Dessa forma, os quatro lançamentos puderam retornar à base de dados, já que essa informação não prejudica a análise qualitativa. Com o restante dos casos,

---

<sup>101</sup> SANTOS, Raphael Freitas. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista, in. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2010. p. 73.

por outro lado, achou-se por bem deixá-los como resíduo dos lançamentos diários, para não se comprometer a qualidade da análise.

Com a dissociação dos grupos acima trabalhados, o que se obteve foi uma tabela denominada como limpa, mas que ainda precisava de alguns ajustes. O primeiro deles foi fazer uma adequação ortográfica, de modo que homogeneizasse a escrita dos nomes, o que é fundamental para localizar os nomes que se repetem ao longo do conjunto. Em alguns casos, novamente, o número de conta corrente foi primordial, por exemplo, para se adequar os sobrenomes, já que, por vezes, em um lançamento o nome do comprador é escrito completo e em outros abreviado, tendo sido o número de conta corrente o viabilizador de algumas dessas adequações. Ademais, para alguns poucos casos em que os tipos de animais estavam ilegíveis ou incompreensíveis, foi preciso substituí-los por bestas, de acordo com o padrão metodológico discutido relativo à generalização do uso desse termo.

Em seguida, fez-se a exclusão das colunas que não representavam variáveis relevantes para a análise quantitativa dos negócios. Número de conta corrente, número do livro e número do lançamento foram eliminadas. Nessa planilha final, restaram apenas as vendas a prazo válidas, totalizando quase 2400 linhas e mais de 5600 animais, compondo o aporte primário fundamental das análises que serão feitas no capítulo seguinte.

Uma última questão precisou ser resolvida com relação às datas, já que é uma informação primordial e que está presente em quase todos os lançamentos. O problema fundamental residia em um importante trecho, entre as páginas 24 e 45, onde não havia indicação explícita das datas nos subtítulos que, como já foi dito, é o local onde se registram essa informação. Sabia-se, contudo, que esse intervalo não-datado estava compreendido entre outubro de 1777, a última data escrita explicitamente, e janeiro de 1781, presente em uma sentença no final da página 45, que dizia, “até aqui conta dada a janeiro de 1781”<sup>102</sup>. Diferentemente de outros pequenos trechos sem datas, onde o padrão adotado foi o de estender a data anterior, já que a ordem cronológica é respeitada na grande maioria dos lançamentos, neste caso, esse procedimento não seria eficaz, pois a última data escrita e a informação da sentença da página 45 se opunham. Fez-se, então, com a intenção de não excluir esses dados das análises gráficas, cuja variável é o tempo, um preenchimento artificial do intervalo, de modo que se começasse com a data anterior ao intervalo e se terminasse na data da sentença da página 45. A solução foi simples, as linhas desse intervalo foram divididas de forma que todos os meses entre novembro de 1777 – o mês imediatamente posterior a última data – e dezembro de 1780

---

<sup>102</sup> APM, CC 1323, p. 45.

– último mês antes da data final – fossem representados, como se houvesse uma progressão padrão no tempo. O resultado foi que cada um desses meses do citado intervalo ganhou 10 linhas de lançamentos, de forma que, foi possível representar o intervalo graficamente, da forma menos prejudicial possível a confiabilidade da análise.

O resultado de todo o processo de tratamento dos dados, foi uma planilha capaz de servir de insumo para inúmeras análises, algumas das quais não foram acessíveis a esta pesquisa. Tem-se, portanto, para todos os lançamentos finais, os nomes dos compradores e dos vendedores, a quantidade de animais vendidos, seus tipos, o montante financeiro acordado e, ainda, uma localização temporal que, quando não original, é capaz de ser analisada dentro de um intervalo rigorosamente delimitado e justificado.

Agora, é possível seguir com as análises internas desse comércio de muares e cavalares encabeçado por João Rodrigues de Macedo, ou seja, um estudo das informações coletadas do livro de conta corrente CC 1323, e, também, mesmo que limitadamente, como se demonstrará no capítulo seguinte, um estudo desses mesmos negócios inseridos na economia mineira e colonial do final do setecentos. É dentro dessas duas perspectivas que se constrói o capítulo a seguir.

## **Capítulo 2 O comércio de animais por João Rodrigues de Macedo em números: demonstração dos resultados e possíveis análises**

Neste capítulo, será analisada a movimentação de bestas e equinos empreendida em nome de João Rodrigues de Macedo e apresentada no capítulo anterior. Para isso, serão tomados como parâmetros os dados quantitativos disponíveis pela historiografia desse mercado de animais de carga e da economia de abastecimento do período colonial, particularmente as referências dos registros de passagem de Curitiba, Sorocaba e Mantiqueira, que constituem os postos aduaneiros principais na rota desses animais até as Minas. Em seguida, serão apresentados os números obtidos por meio do livro de conta corrente descrito no capítulo anterior, compreendendo tanto os números das duas tropas negociadas em sociedade com Antônio Teixeira Pena, quanto os registros de lançamentos diários, cujas contribuições quantitativas são ainda mais ricas.

O objetivo, como já dito na introdução deste trabalho, é avaliar, na medida do possível, a dimensão da atividade de distribuição de bestas e equinos na capitania de Minas Gerais por João Rodrigues de Macedo entre os anos de 1777 e 1790. Ainda que alguns trabalhos já tenham destacado o papel de Macedo nesta atividade com base em sua correspondência, a escrituração contábil permite calcular com maior rigor o papel do contratador. Os montantes registrados no livro de conta corrente, no entanto, só podem adquirir significação no confronto com dados quantitativos da movimentação dos animais das regiões produtoras e dos entrepostos comerciais para Minas Gerais, e, também, na compreensão do estado da economia mineira nesse período, detidamente quanto ao seu impacto na demanda pelo produto. Os estudos a esse respeito não são numerosos, já que são muito limitadas as fontes primárias disponíveis sobre a circulação desses animais na região centro-sul da colônia no século XVIII, conforme dito na introdução da pesquisa.

Dentre as poucas referências sobre a movimentação de animais, Aluísio de Almeida produziu, ainda em meados do século XX, uma estimativa dessa circulação de animais que se tornou base para o trabalho seminal de Alfredo Ellis Jr., referência por um longo período de tempo para essa historiografia que se constituía. Segundo seus cálculos, considerados por Marcondes e Suprinyak como pouco precisos, a movimentação anual entre 1750 e 1780 teria sido de cinco mil animais, em média, enquanto que, no período de 1780 a 1800, essa movimentação teria duplicado para dez mil animais por ano passados pelo registro de Sorocaba. Em linhas gerais, os animais partiam, sobretudo no caso das bestas muares, da região do Rio Grande de São Pedro e marchavam, conforme um cronograma que levava em conta as estações

do ano mais favoráveis e a disponibilidade de pastos para a alimentação das tropas, em direção à vila de Sorocaba, na qual estabeleceu-se a grande feira anual de animais, a partir de 1750. Esse fluxo está na origem da criação do registro de passagem nessa vila. Os animais, geralmente eram contabilizados quando passavam pelo registro de Curitiba, cujos administradores incumbiam-se de consignar o tamanho da tropa, sua composição, o nome do condutor e o valor de imposto devido. Era mais comum que o pagamento dos tributos se realizasse em Sorocaba após a venda dos animais e consequente apuração monetária<sup>103</sup>. Por conta do itinerário bem estabelecido, as fontes para consulta da movimentação de tropas restringem-se basicamente aos documentos contábeis dos registros de Curitiba e de Sorocaba, ainda que alguns trabalhos se utilizem de documentos particulares de pessoas envolvidas nesse negócio para enriquecerem as poucas estimativas localizadas por meio de dados oficiais, já que “a documentação gerada por esses registros durante o período colonial parece não ter sido preservada”<sup>104</sup>.

Para o registro de Curitiba, por exemplo, um dos únicos anos cujos documentos podem ser encontrados é o de 1751, que indica a passagem de quase dez mil animais, dentre cavalos, que compõem quase 70% das passagens, e muares, que representam 25% do total, somando 2.380 cabeças naquele ano<sup>105</sup>.

A tese de Maria Petrone, por sua vez, apresenta dados de passagens de animais pelo Registro de Sorocaba. Justamente pela ausência de material contábil referente ao século XVIII, apenas os números retirados dos registros do Novo Imposto cobrado em Sorocaba, referentes ao século XIX, são apresentados. Relativo ao século anterior, a autora recorre a uma fonte alternativa. Ela sistematiza os números registrados nas memórias do governador de São Paulo, Melo Castro e Mendonça, relativos a alguns anos da década de 1790, porém, não se baseiam em uma contabilidade explícita. Nessas memórias, o governador anota todos os animais que teriam passado por Sorocaba nesses anos, o que abarcaria, de acordo com o que foi discutido na introdução deste trabalho, animais produzidos em diversas regiões ao sul de Sorocaba. Destacando-se apenas as bestas muares e os cavalos, os números levantados pelo governador indicam um predomínio dos primeiros nesse recorte, que vai de 1793 a 1798. A média anual de bestas ficou em 6.300 cabeças, enquanto cavalos somaram 2.795 animais. O pico dos dois tipos de animais foi observado no ano de 1798, com um registro de 11.498 bestas e de 4.037 cavalos.

---

<sup>103</sup> SUPRINYAK, Carlos Eduardo; MARCONDES, Renato Leite. Movimentação de tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 40, p. 47-69, 2007. pp. 49 a 51.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 51.

Além desses dois tipos, as memórias do governador apontam, também, um número significativo de bois movimentados, resultando em uma média de 3.540 cabeças<sup>106</sup>.

Martha Hameister, por outro lado, foi capaz de mobilizar novas fontes para construir estimativas mais representativas da realidade que as de Aluísio Almeida, por exemplo, embora, também, muito limitadas a um curto intervalo temporal. A autora se utiliza de um documento intitulado: “Anexo ao Parecer que por ordem do General de São Paulo D. Luís Antônio de Souza escreveu o Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria para efeito de se formalizar o Plano que Sua Majestade tem determinado”<sup>107</sup>, para sistematizar os números das passagens de animais pelo Registro de Curitiba entre os anos de 1769 e 1771. Diferentemente do levantamento de Petrone, que demonstra uma prevalência de muares sobre cavalos, os dados desse documento revelam uma tendência oposta. A média de passagem de cavalos nos três anos é de, aproximadamente, 5.398 cabeças por ano, enquanto o de muares fica, em torno de, 2.374 bestas/ano. Observa-se, entretanto, uma significativa tendência de alta na passagem de muares por essa localidade: foram 1.909 animais em 1769, 2.140 em 1770 e 3.074 em 1771. Os cavalos, por sua vez, apresentam números mais constantes, entre 5.174 e 5.617<sup>108</sup>.

Renato Leite Marcondes e Carlos Eduardo Suprinyak produziram novas estimativas para o século XVIII, com base em um outro conjunto de fontes alternativas, em especial, uma lista geral dos meios direitos de 1765 a 1767 e um registro de Novo Imposto para os anos de 1779 a 1782. Em dissonância com as estatísticas fornecidas pelas pesquisas de Petrone e Hameister, que indicam, ora predominância de bestas e ora predominância de cavalos, as fontes consultadas por Marcondes e Suprinyak demonstram um predomínio de gado vacum para quase todos os cenários. No caso da lista geral dos meios direitos, relativa ao movimento do Registro de Curitiba, apenas o ano de 1766 possui dados completos: foram transportados 1.731 cavalos, 1.162 muares e 2.610 bovinos<sup>109</sup>. Já, quanto à segunda fonte apontada, que leva em conta o sistema de anos financeiros – estabelecidos entre julho de um ano e junho do ano seguinte – em 1779-1780, teriam passado 2.365 cavalos, 6.330 muares e 5.720 gados vacuns. Esse é o único ano em que vacuns não são a maioria. A fonte apresenta, ainda, dados para mais dois anos financeiros: em 1780-1781, foram registrados 2.584 cavalos, 5.875 muares e 6.486 vacuns; e, em 1781-1782, 3.079 cavalos, 4.223 muares e 8.476 vacuns<sup>110</sup>.

---

<sup>106</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 21 e 22.

<sup>107</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., 179.

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 179

<sup>109</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 52.

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 54.

O Novo Imposto constitui uma fonte bastante detalhada, que registra as datas das passagens das tropas, os condutores, os vendedores, os tipos de animais, os fiadores envolvidos nas transações, as origens dos animais e os valores sujeitos à cobrança. Do ponto de vista da arrecadação, por exemplo, a fonte demonstra que os muares representavam quase 60% dos impostos cobrados, a despeito de serem, aproximadamente, 44% do total de animais passados em 1779-1780, ano em que obteve a maior participação dentro do recorte apresentado. A conclusão para isso é facilmente justificada pelas taxas cobradas para cada tipo de animal, relativo ao Novo Imposto: para cada besta passada eram cobrados 320 réis, para cada cavalo 200 réis e para cada gado vacum 100 réis<sup>111</sup>.

Ainda no trabalho de Marcondes e Suprinyak, por fim, se encontra a reprodução da transcrição do único documento oficial de passagem de animais pelo Registro de Curitiba para o século XVIII. Nesse ano de 1751, os cavalos superaram numericamente, com grande vantagem, as bestas e o gado: foram 6.559 desses primeiros, contra 2.380 bestas e 520 reses<sup>112</sup>. Hameister, com relação as taxas cobradas no registro em 1751, identificou uma cifra ainda maior, porém, proporcional a encontrada para o Novo Imposto pelos autores, ou seja, com bestas sendo mais sobretaxadas que os demais. Cobravam-se 2.500 réis por besta, 2.000 réis por cavalo e 480 réis por cada gado e égua<sup>113</sup>.

Em busca de mais dados quantitativos, restou, por fim, recorrer às informações a respeito do Registro da Mantiqueira, que representava a porta de entrada principal para a capitania de Minas Gerais dos muares vindos do Sul através da capitania de São Paulo. Esse registro, na rota do chamado Caminho Velho, sentiu, na segunda metade do século XVIII, os efeitos da articulação econômica exportadora do sul de Minas para a aquecida praça comercial do Rio de Janeiro<sup>114</sup>. Nesse caso, diferentemente dos registros citados antes, há informações de entradas de muares para muitos anos, embora nem sempre consecutivos. Em um de seus trabalhos de pesquisa, o professor Angelo Alves Carrara fez um levantamento completo das fontes disponíveis da movimentação de mercadorias nesse registro, porém, poucos anos do recorte desta pesquisa foram contemplados. No período de 1765 a 1807, quatro anos são muito relevantes dentre os que possuem informações: 1773 e 1774, por serem os mais próximos do recorte do livro, e os de 1788 a 1790, por coincidirem com os três últimos anos de registros de venda do livro de conta corrente. Cavalos e muares se apresentam em certo equilíbrio nos anos

---

<sup>111</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 55.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 50

<sup>113</sup> HAMEISTER, Op. cit., p. 167.

<sup>114</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., pp. 132 e 133.

de 1773: foram 911 muares e 1.079 cavalos. Já no ano seguinte, o número de cavalos é quase o dobro do de muares: 1.437 dos primeiros, contra 769 dos segundos. Nos dois anos não foram identificadas nenhuma entrada de gado. Para os anos finais da década de 1780, concomitantemente com os últimos registros do livro de Macedo estudado, a proporção entre cavalos e muares se inverte e se aprofunda, enquanto o gado permanece zerado. São 2.087 muares em 1788, contra 373 cavalos; 950 muares, em 1789, para 414 cavalos e, 1.331 muares e apenas 99 cavalos em 1790. Portanto, embora não se observe uma clara tendência de alta ou de queda nos últimos três anos demonstrados, as bestas superam em muito os cavalos passados por esse importante registro<sup>115</sup>.

Embora em pontos geográficos distintos e pulverizados no tempo, é possível estabelecer algumas análises sobre esses números. Marcondes e Suprinyak, por exemplo, avaliam os dados relativos aos registros de Curitiba e Sorocaba. Conforme observado pelos autores, os gados *vacuns* experimentaram o maior aumento no volume comercializado no período, em contraste com os cavalos, que registraram um enfraquecimento representativo. Os autores, entretanto, chamam a atenção para as características produtivas e de demanda do espaço no entorno da região de Curitiba denominado de Campos Gerais. Por se tratar de uma região com tradição na criação de gado, o que poderia justificar o incremento desse tipo de animal nas estatísticas do Registro de Sorocaba – localizado após esse espaço no sentido aos grandes mercados consumidores – e, por sua vez, a demanda por cavalos vindos dos produtores sulistas na região, poderia explicar a queda de animais no Registro de Sorocaba nos anos finais de década de 1770<sup>116</sup>.

Os muares, por seu turno, conforme os autores, também experimentam um aumento significativo em sua circulação entre os dados anteriores ao final da década de 1770 e aos iniciais da década de 1780. Como no caso dos cavalos e dos gados, a análise dos números dos muares leva em conta dados dos Registros de Curitiba e Sorocaba, o que poderia enviesar o significado desse aumento. Entretanto, os autores apontam que a historiografia tem indicado, sistematicamente, que a região dos Campos Gerais nunca foi representativa na criação de bestas muares, de modo que é pouco provável que essa região pudesse impactar na movimentação de bestas muares entre os dois registros. Nesse sentido, analisando as origens das tropas passadas por Sorocaba, conforme o registro do Novo Imposto mobilizado, observam que 90% dos muares teriam origem na região de Viamão. Quanto à queda observada entre o ano de 1751 (2.380 animais) e o ano de 1766 (1.162 animais) no Registro de Curitiba, uma Carta Régia que

---

<sup>115</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., Anexo 8 pp. 337 e 338.

<sup>116</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., pp. 55 e 56.

vigorou entre 1761 e 1764, que proibiu o uso de bestas muares na colônia, a fim de proteger os antigos criadores de cavalos localizados no nordeste e norte, poderia justificar o movimento de retração. Com exceção desse ponto de queda, a tendência na circulação das bestas muares era de crescimento. Por exemplo, dentre os dados disponíveis, os autores indicam que o ano de 1781-82, o último no Novo Imposto pesquisado, apresentou a maior movimentação de muares para qualquer ano até o começo desse recorte<sup>117</sup>.

Ao se analisarem os números relativos ao Registro da Mantiqueira, a mesma tendência de aumento na movimentação de bestas muares é identificada, embora não muito constante ano a ano. Nos anos de 1773 e 1774, como apresentado anteriormente, as passagens ficaram abaixo dos mil animais anuais. Por outro lado, a partir da década seguinte, já constam movimentos superiores aos dois mil animais anuais, como em 1788, 1791 e 1795, que supera os três mil animais<sup>118</sup>. Dados relativos ao Registro de Jaguari, outro ponto em que se registram animais de cargas entrando na capitania de Minas Gerais, indicam um pico nas entradas nos anos de 1781 e 1782, com 459 e 558 animais entre mulas e cavalos, em oposição, por exemplo, aos 228 e 283 animais registrados em 1779 e 1780<sup>119</sup>. Portanto, pelo menos até esse período, não parece haver crise nem retração nesse mercado, pelo contrário.

Como dito na introdução do trabalho, a perspectiva de uma conjuntura de baixa na atividade econômica em Minas Gerais, após a aceleração do processo de declínio da extração de ouro, não se verifica na prática. O caso do mercado de muares é um indicador importante dessa perspectiva interpretativa. Suprinyak e Restitutti, em texto conjunto, afirmam que, embora a economia de Minas Gerais tenha sofrido grandes modificações no século XVIII e XIX, sempre representou um mercado consumidor importante de bestas muares. Na análise dos autores, a crise do ouro não arrefeceu a demanda por animais de transporte por dois motivos principais: pela grande população da capitania e conseqüente comércio interno relevante e pelo comércio entre capitanias com outros centros econômicos coloniais. O que teria ocorrido a partir de meados do século XVIII, de fato, seria uma substituição do mercado consumidor de animais de carga mineiro como principal, para novos circuitos econômicos de maior dinamismo na região centro-sul, tanto para a cana-de-açúcar, quanto, posteriormente, para o café. Ou seja, Minas Gerais seguiria demandando um número importante desses animais até o advento da ferrovia, já no século XIX, entretanto, não com o mesmo protagonismo que nos tempos áureos

---

<sup>117</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., pp. 56 a 59.

<sup>118</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., pp. 337 e 338.

<sup>119</sup> *Ibidem*, Anexo 8, p. 346.

do ouro<sup>120</sup>. Herbert Klein é enfático quanto a permanência da utilização de bestas muares na região centro-sul:

Foi apenas às vésperas da construção de estradas de ferro que o governo imperial foi capaz de construir estradas com qualidade suficiente para começar a substituir mulas de carga por carros puxados por cavalos e bois, mas, mesmo assim, as mulas predominaram até a chegada dos primeiros trens ao Vale do Paraíba e às planícies do oeste paulista no final dos anos 1850, 1860 e 1870<sup>121</sup>.

Portanto, mesmo que os dados estatísticos disponíveis impeçam uma análise correlacionada entre os registros e seriada no tempo, os dados possíveis parecem corroborar com essa interpretação da economia mineira na segunda metade do setecentos, que não teria vivido uma crise. Como esses animais eram empregados fundamentalmente nas atividades comerciais, ou melhor, no transporte de cargas, resta um último indicador importante a ser observado. Trata-se dos registros do tributo das Entradas de mercadorias, imposto que incidia sobre o comércio, logo, que constitui um importante termômetro da circulação de produtos, e, também, da demanda por esses animais para seus transportes. No período do recorte da presente pesquisa, anos finais da década de 1770 e década de 1780, observam-se as Entradas de mercadorias em um patamar, mais ou menos constante, entretanto, inferior ao do começo da década anterior. A tendência observada nos dados sistematizados por Carrara, é de uma estabilização no nível das Entradas de mercadorias da década de 1770 até os primeiros anos do século seguinte, apresentando pequenas flutuações para cima e para baixo. Ou seja, em conformidade com o que foi dito por Suprinyak e Restitutti quanto ao protagonismo da demanda mineira por animais de cargas, é, de fato, observada uma queda no nível comercial da capitania em relação ao começo da década de 1760, entretanto, esse tributo não experimenta uma crise ou queda sustentada, como o que ocorre com o Quinto do ouro, que entra em colapso sistemático após a década de 1760<sup>122</sup>.

Desse modo, do ponto de vista comercial e fiscal, os negócios realizados por Macedo e analisados daqui para à frente, não se inserem em um contexto de crise ou retração econômica, mas em um período de readaptação da economia da capitania – como apontado na introdução deste trabalho – em outras palavras, no câmbio da economia do ouro para uma economia agrícola e pastoril.

---

<sup>120</sup> SUPRINYAK, Carlos Eduardo. RESTITUTTI, Cristiano Corte. Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006. pp. 2 e 3.

<sup>121</sup> KLEIN, Herbert S. A oferta de muares no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. Est. Econ., São Paulo, v. 19, n° 2, p. 347-372, mai-ago. 1989. p. 349.

<sup>122</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., p. 36.

Como já dito na introdução, este não é o primeiro trabalho que trata do envolvimento de João Rodrigues de Macedo com o comércio de animais. Marcondes e Suprinyak, na parte final do artigo citado anteriormente, fazem uma discussão da capacidade de domínio do mercado em Minas Gerais por parte de Macedo. Por meio de dados de passagens de animais pelo Registro de Sorocaba entre 1779 e 1782, identificaram cinco tropas referidas a Macedo, conduzidas por três homens diferentes: João de Campos Evangelista, José Gonçalves Nogueira e Francisco da Rocha e Sousa. As bestas muares são a maioria esmagadora dos animais, 3.726 unidades, somadas a 178 cavalos. Todas as tropas teriam passado pelo registro entre dezembro de 1779 e outubro de 1780<sup>123</sup>. Os autores ainda dizem: “Suas tropas estão sempre entre as maiores registradas, atestando seu provável papel como distribuidor de animais de carga na região de Minas Gerais”<sup>124</sup>.

Além dos montantes, das datas e dos condutores das tropas, os autores também identificaram o responsável por afiançar os animais e a origem das tropas negociadas: “Macedo as adquiria diretamente na região do Viamão, ou então de algum intermediário na região de Sorocaba”<sup>125</sup>. Entretanto, a movimentação revelada pelo livro de conta corrente CC 1323 supera, e em muito, os números encontrados pelos autores no artigo. O livro estudado registra, em sua totalidade, quase três vezes esse montante, o que eleva ainda mais a importância de Macedo no comércio de animais nas Minas setecentistas.

Só os lançamentos diários, isto é, as vendas registradas no varejo entre 1777 e 1790, compõem quase o dobro do montante encontrado pelos autores na correspondência do contratador. Demonstrando assim o impacto desse material contábil na historiografia de João Rodrigues de Macedo.

Além dos dados diários, as informações contábeis consolidadas, relativas às duas primeiras tropas descritas explicitamente no citado livro, já trabalhadas no primeiro capítulo da dissertação, serão mobilizadas aqui para dar um panorama geral da estimativa de movimentação de tropas encabeçadas por João Rodrigues de Macedo. Portanto, com a apresentação dos dados diários sistematizados, associados com a contribuição dos dados contábeis consolidados das duas primeiras tropas e seus cruzamentos com as informações disponíveis nessa historiografia de muares no Brasil colonial, será possível estimar a participação de Macedo nessa atividade e o possível significado do comércio de animais para os negócios do contratador de um modo geral.

---

<sup>123</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 63.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 62.

Quanto aos animais registrados nos lançamentos diários, que são o aporte principal dessa análise, tem-se uma soma de pouco mais de 7 mil animais, dentre bestas, cavalos, machos e potros. Aparecem, ainda, isoladamente, algumas unidades de éguas e gado vacum, entretanto, tratar-se-ão como variáveis daqui para à frente apenas os quatro tipos citados primeiramente. Ademais, como já foi pormenorizado no capítulo anterior, nem todos os animais permanecem após o processo de tratamento dos dados por se tratar de animais inválidos, mortos ou deficientes – por exemplo, animais que não apresentam contrapartida monetária registrada. Foram excluídos, também, por uma questão metodológica, como já foi discutido antes, aqueles vendidos à vista, os barganhados e, ainda, os que não puderam ter seus trâmites seguramente esclarecidos. De qualquer forma, os lançamentos diários sozinhos já somam mais de seis vezes o montante das duas primeiras tropas negociadas em sociedade com Macedo, detalhadas no livro. Na tabela abaixo, estão os valores totais das duas primeiras tropas, somadas aos lançamentos diários totais.

Tabela 2: Somatório geral do livro CC 1323

	<b>Bestas</b>	<b>Cavalos</b>	<b>Machos</b>	<b>Potros</b>	<b>Gado</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>1º tropa (1)</b>	301	22	0	0	0	0	323
<b>2º tropa (2)</b>							752
<b>Negócios da Casa (3)</b>				542			1966
<b>Lançamentos diários</b>	6277	397	159	128	15	17	6993
<b>Total</b>							<b>10034</b>

Observações: (1) tem seu registro de entrada datado de agosto de 1776, embora suas vendas estejam datadas como janeiro de 1777. (2) o livro não indica a quantidade específica de cada tipo de animal, diz apenas “bestas muars e cavalos”, logo, as colunas não puderam ser preenchidas, apenas o montante final. (3) se refere aos animais registrados na página 22 do livro. Apenas os potros estão discriminados. Fonte: APM CC 1323, pp. 12 a 115.

Como foi demonstrado no capítulo anterior, a tropa de animais, registrada na página 22, não se refere à negócios da sociedade de João Rodrigues de Macedo com Antônio Teixeira Pena – como no caso das duas primeiras – nem com nenhum outro sócio explicitado no livro. Como discutido no capítulo anterior, não ficou claro se os animais cujas vendas foram anotadas a partir da página 23 se referem aos registrado na página 22. Por esse motivo, essa relevante tropa, de quase dois mil animais, foi lançada na tabela anterior com o único propósito de dimensionar a proporção de animais indicados no livro. Nenhuma outra análise se fará acerca desse grupo do ponto de vista quantitativo, ainda que surpreenda a proporção de potros se comparado com os negócios demonstrados pelos lançamentos diários, que não somam nem um terço dos mais de 500 animais referidos da página 22.

Quanto aos lançamentos diários, o que se obteve do processo de sistematização e tratamento dos dados, descrito no capítulo anterior, foi um montante de animais válidos e vendidos a prazo de quase 6 mil cabeças. A tabela abaixo organiza, de forma simplificada, o processo de amadurecimento do material contábil. O que se visualiza é a subtração dos animais inválidos, zerados, barganhados, vendidos à vista e não compreendidos (resíduo) do montante transcrito do livro (Lançamentos diários).

Tabela 3: Discriminação dos animais válidos e vendidos a prazo

	<b>bestas</b>	<b>cavalos</b>	<b>machos</b>	<b>potros</b>	<b>outros</b>	<b>total</b>
<b>Lançamentos diários</b>	6277	397	159	128	32	6993
<b>Inválidos (1)</b>	261	40	6	4	5	316
<b>Zerados (2)</b>	84	3	6	0	0	93
<b>Barganhados</b>	49	8	0	0	0	57
<b>Vendidos à vista</b>	277	34	1	99	6	417
<b>Resíduo (3)</b>	125	3	1	0	0	129
<b>Dados finais (4)</b>	5481	309	145	25	21	5981

Observações: (1) animais mortos ou aleijados; (2) lançamentos com valor monetário zerado; (3) animais cujos lançamentos não puderam ser compreendidos com precisão; (4) base de dados final com os animais válidos e vendidos a prazo. Fonte: APM CC 1323, pp. 12 a 115.

Com os dados “limpos”, denominados de finais, é possível fazer uma série de demonstrações estatísticas, com o objetivo de auferir o maior número de informações. Entretanto, os dados suprimidos pelo processo de sistematização e tratamento não serão ignorados. Na verdade, são muito úteis para uma série de outras análises, que somadas às análises da movimentação das duas primeiras tropas, representará o maior conjunto de estimativas a respeito de Macedo e o comércio de animais de carga.

Um dos primeiros pontos que chama a atenção na tabela anterior é a desproporção entre vendas à vista e a prazo. As transações à vista representam menos de 6% do total de animais vendidos, participação minoritária que vai ao encontro, por exemplo, da participação de vendas à vista identificada por Alexandra Maria Pereira em sua dissertação. A autora indica 15% do total transacionado na loja comercial que estuda, relativo a vendas à vista, parcela que, segundo ela, “ainda assim... era expressivo dentro daquele contexto econômico das Minas”<sup>126</sup>, ou seja, indicando que essa desproporção poderia ser padrão para a época. No caso do estudo de Maria Petrone, sobre um importante comerciante do ramo dos animais de carga no século XIX, em São Paulo, Antônio da Silva Prado – que viria a ser Barão de Iguape –, a autora identifica esse

<sup>126</sup> PEREIRA, 2008, Op. cit., p. 22.

mesmo padrão de predomínio de vendas a prazo, cuja expectativa de pagamento era de, geralmente, um ano<sup>127</sup>. Ainda sobre isso, Zemella indica que as vendas a prazo teriam sido, de fato, um padrão para as Minas setecentistas: “as transações nas Gerais, por incrível que pareça, eram mais comumente feitas a crédito do que mediante pagamento à vista”<sup>128</sup>. A importância do crédito nesse cenário será pontuada mais detidamente no capítulo a seguir.

Não há nas anotações das vendas referência explícita ao prazo para o pagamento nem sobre a cobrança de juros nas vendas a prazo. Entretanto, em uma carta presente no próprio volume analisado e apresentada no capítulo anterior, João Carneiro da Silva dando conta dos negócios no Tijuco, informa Antônio Teixeira Pena que algumas bestas foram vendidas por um prazo de até seis meses<sup>129</sup>. Quanto à cobrança de juros, conforme salienta Raphael Freitas Santos, havia uma preocupação na sociedade mineira desse tempo em não explicitar a cobrança de sobretaxa em documentos que poderiam ir à público, pois, de acordo com as regras morais e religiosas desse espaço nesse tempo, esse tipo de conduta era condenável<sup>130</sup>. Porém, segundo Raphael Santos: “não é absurdo supor que no preço final acordado entre as partes poderia haver juros embutidos”<sup>131</sup>.

Dentre as vendas à vista, bestas são a maioria, totalizando 278 animais, enquanto cavalos são 38, potros 99, e observa-se apenas 1 macho. O que o livro denomina de “machos”, de acordo com o verbete de Bluteau, eram animais do gênero masculino resultantes do cruzamento de cavalo e burra ou de égua e asno<sup>132</sup>. O número de potros é o que mais chama a atenção se comparado ao número total de potros registrados no livro. Os potros vendidos à vista representam 79,2% do total registrado no livro, e, desse montante, 97 foram vendidos diretamente à Real Fazenda em duas transações subsequentes. A única referência que o livro faz acerca da compra de tropas de potros está na página 22 e se refere à tropa comprada em nome dos negócios da Casa. Nessa página, como já destacado antes, constam mais de 500 potros, demonstrando que havia demanda para esse tipo de animal, embora seja difícil mensurá-la, uma vez que não se tem informações de suas vendas, o que impede, por exemplo, de se comparar os preços médios praticados. De qualquer forma, chama a atenção que mais de três quartos dos potros tenham sido comprados à vista pela Real Fazenda. É provável que esses

---

<sup>127</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 112 a 118.

<sup>128</sup> ZEMELLA, 1951, Op. cit., p. 165.

<sup>129</sup> Ver nota 96.

<sup>130</sup> SANTOS, Raphael Freitas. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista. In. *À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas*. Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2010. p. 82.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>132</sup> BLUTEU, Rafael. Vocabulário português e latino, 1728, v.5, p. 235.

animais fossem demandados para servirem de montaria, instrumento de guerra ou para o transporte de indivíduos mais abastados, utilizações comuns para cavalos, conforme cita Martha Hameister<sup>133</sup>.

Destaca-se, também, a linha referente aos animais inválidos, isto é, ao montante de perda de animais. Do ponto de vista absoluto, uma faixa de quase 4,5% dos animais negociados não pôde ser colocada à venda por motivo de morte ou deficiência. Em uma comparação com a taxa de perda da segunda tropa negociada em sociedade com Antônio Teixeira Pena, por exemplo, observa-se uma certa equivalência, já que essa apresenta uma perda total de, aproximadamente, 2%: foram 11 animais mortos ou fugidos dentre os 502 negociados nessa tropa. Segundo Petrone, os motivos mais comuns para baixas eram picadas de cobras, doenças, roubos e, principalmente, descuido dos capatazes<sup>134</sup>.

Tratando-se especificamente dos dados finais, a primeira informação que salta aos olhos é o enorme abismo entre o número total de bestas vendidas em relação aos demais animais, principalmente quanto ao montante de cavalos. As bestas mueres compõem 91,6% do total dos animais vendidos no varejo e a prazo, enquanto cavalos são apenas pouco mais de 5%. Esse dado é interessante se comparado ao trabalho de Suprinyak e Restitutti, que indica uma predominância de cavalos como transportador de carga em Minas Gerais até o terceiro quartel do setecentos. Ou seja, os negócios de Macedo, a partir de 1777, se encontram, justamente, no período em que as bestas mueres superaram os cavalos como força de condução de cargas principal<sup>135</sup>. No caso da primeira tropa comprada em sociedade com Pena – agosto de 1776 –, a mesma proporção é verificada: mais de 90% dos animais eram bestas.

Uma importante sazonalidade é observada quando se colocam as vendas em perspectiva anual. Como se vê na tabela abaixo, há dois grandes picos de vendas, um em 1781 e outro em 1783. Além disso, as vendas predominam nos primeiros anos do recorte, iniciando nos meses finais de 1777, subindo nos anos de pico mencionados, e se esgotando a partir de 1785. Essa concentração está, de certa forma, de acordo com os dados levantados por Marcondes e Suprinyak. O problema do levantamento dos autores está no fato de a fonte pesquisada por eles se esgotar em meados de 1782. Entretanto, todas as cinco tropas identificadas como de propriedade de Macedo passaram entre 1779 e 1780<sup>136</sup>. Como se verá em maior detalhe no capítulo a seguir, algumas dessas tropas parecem não ter chegado ao mercado mineiro

---

<sup>133</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., p. 78.

<sup>134</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., p. 79.

<sup>135</sup> SUPRINYAK e RESTITUTTI, Op. cit., p. 8.

<sup>136</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 63.

prontamente. Na verdade, esse processo foi demorado. Porém, é arriscado correlacionar diretamente esse pico de vendas entre 1781 e 1783 com as tropas relatadas por Marcondes e Suprinyak, pois, como já dito no capítulo anterior, não há indicação precisa das entradas dos animais vendidos nos denominados lançamentos diários.

A correspondência ativa do contratador, por sua vez, também não é uma boa fonte quantitativa para se interpretar esse movimento de pico. Em primeiro lugar, pois como se observará no capítulo seguinte, são poucos as referências quantitativas às tropas. E, também, pois o volume de cartas se esgota em finais de 1780.

Tabela 4: Montantes gerais de animais vendidos por ano

<b>Ano</b>	<b>Animais</b>	<b>Valor (1)</b>	<b>% *</b>
<b>1777</b>	273	10.274.080	4,6%
<b>1778</b>	224	7.046.200	3,7%
<b>1779</b>	350	10.668.050	5,9%
<b>1780</b>	492	16.368.062	8,2%
<b>1781</b>	1511	47.373.199	25,3%
<b>1782</b>	823	27.596.600	13,8%
<b>1783</b>	1387	44.863.237	23,2%
<b>1784</b>	753	23.644.887	12,6%
<b>1785</b>	46	1.486.800	0,8%
<b>1786</b>	46	1.563.700	0,8%
<b>1787</b>	45	1.145.600	0,8%
<b>1788</b>	22	525.800	0,4%
<b>1790</b>	9	202.800	0,2%
<b>Total</b>	<b>5981</b>	<b>192.759.015</b>	<b>100%</b>

Observação: (1) valores dados em réis. \* é referente a participação anual em relação a quantidade total de animais transacionados. Fonte: APM CC 1323, pp. 23 a 115

Supondo que as 3.726 bestas encontradas por Marcondes e Suprinyak tenham sido registradas no livro de conta corrente, de acordo com suas datas de passagem pelo Registro de Sorocaba, seria preciso encontrar esse montante a partir do ano de 1780, considerando que a primeira tropa teria passado em dezembro de 1779. Consultando a tabela 5, mais abaixo, tem-se, que de 1780 em diante, foram vendidas mais de 4.600 bestas só na modalidade a prazo. Entretanto, se forem computadas as bestas relativas ao intervalo entre os anos de 1780, quando essas tropas teriam começado a ser comercializadas, e o ano de 1783, quando se encerra esse primeiro pico, o montante encontrado se aproxima muito do relatado pela fonte consultada por Marcondes e Suprinyak. São observadas 3.764 bestas muares, embora esse número não leve

em conta as anotações integrais do livro, mas apenas as vendas válidas e a prazo (observar tabela 5).

Apesar disso, como dito, é muito difícil mensurar até quando se pode considerar que as tropas citadas ainda estivessem sendo vendidas, isto é, mesmo que a última tropa em nome de Macedo que se tem registrada, tenha passado pelo Registro de Sorocaba em outubro de 1780, é difícil afirmar, com precisão, até quando esses animais foram vendidos, ou seja, quando essa última tropa teria se esgotado. É, desse modo, imprudente fazer ligações temporais precisas entre as passagens das cinco tropas por Sorocaba e as vendas encontradas no livro, embora, essa concentração da movimentação de animais nos anos subsequentes às passagens chame a atenção.

Outra informação muito relevante apresentada pelas fontes do Registro de Sorocaba apontadas por Marcondes e Suprinyak são os nomes dos condutores das tropas. João de Campos Evangelista teria conduzido três tropas, João Gonçalves Nogueira outra e, Francisco da Rocha Sousa, a última<sup>137</sup>. Dois dos três nomes aparecem como vendedores de animais no livro estudado: a Evangelista é atribuída a venda de 24 animais ao todo, enquanto a Rocha Sousa é atribuído o montante de 280 animais, fazendo dele um dos maiores vendedores registrados no livro. Entretanto, essa informação também não é suficiente para identificar quais dos animais do livro se referem aos das passagens, já que as vendas registradas nos nomes dos dois condutores nem sequer se aproximam da quantidade por eles conduzida. De qualquer forma, partindo do pressuposto que o livro de conta corrente contém todo o movimento de animais de carga relativo a Macedo nesse intervalo, é possível afirmar que a incongruência no montante de animais entre os dados de Marcondes e Suprinyak e as do livro de conta corrente deve residir no intervalo temporal que cada uma delas abarca.

Ainda a respeito da sazonalidade das vendas, o gráfico abaixo indica a saída de animais por mês. Nele estão todos os animais válidos e vendidos a prazo, isto é, o que se denominou de dados finais, e como se pode comprovar, há uma forte concentração de vendas em janeiro de 1781, e entre 1783 e o final de 1784, embora isso não signifique, rigorosamente, que esses animais tenham sido todos vendidos nessas datas, pois, como já foi dito, há uma possibilidade de o livro registrar as datas em que as vendas foram contabilizadas.

É preciso, entretanto, reforçar a ressalva que se fez no capítulo anterior no que tange às lacunas de datação no livro original. Como já explicado no capítulo anterior, havia um considerável intervalo de páginas de lançamentos sem data indicada, ou que, pelo menos, não

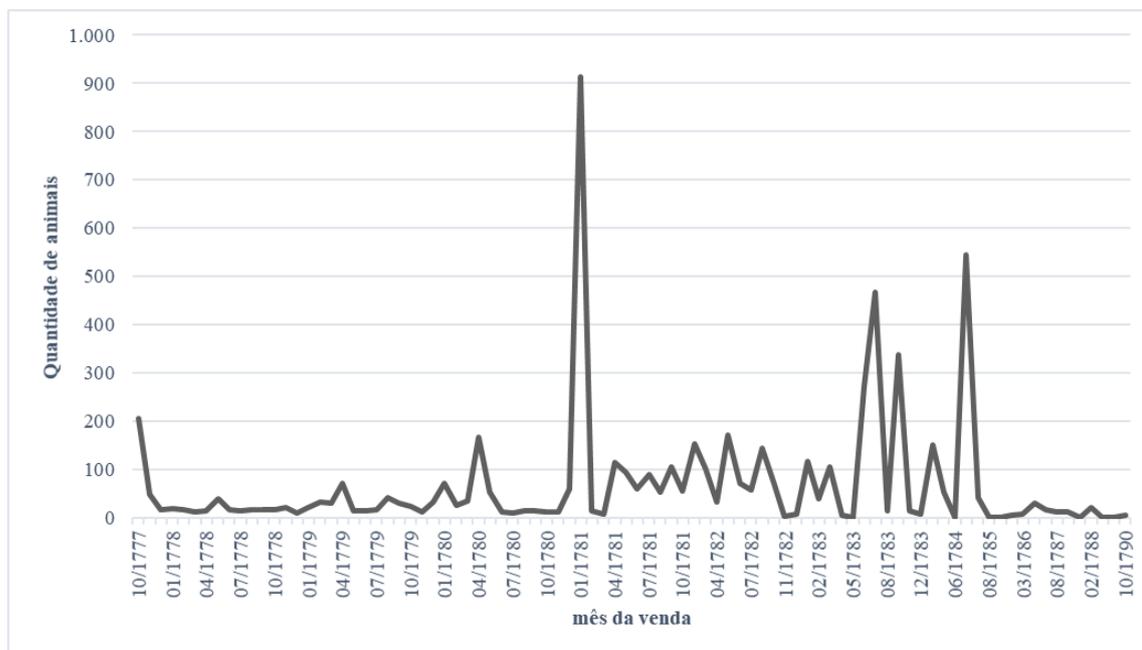
---

<sup>137</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, p. 63.

era explícita. Essa lacuna foi preenchida, conforme o método descrito no capítulo anterior, de forma a permitir a melhor visualização possível dos dados graficamente, criando, assim, uma continuidade temporal. Vale aqui salientar, que esse trecho artificialmente preenchido, equivale ao intervalo entre novembro de 1777 e a data imediatamente anterior a janeiro de 1781, que é a primeira que reaparece no livro após outubro de 1777. Isto quer dizer, que esse intervalo pode não representar a realidade, uma vez que o intervalo de tempo foi, igualmente, dividido entre os meses entre as datas encontradas no livro. No entanto, deve-se reforçar, também, que esse foi o melhor recurso encontrado para localizar no gráfico esse importante conjunto de animais transacionados. Não há prejuízo, portanto, em lê-los como animais vendidos entre novembro de 1777 e dezembro de 1780, pois se concentram entre esses anos, podendo, em verdade, terem sido vendidos em qualquer data entre esses dois marcos.

Assim, considerando-se o método de distribuição dos dados lacunares no tempo, observam-se picos de vendas em janeiro de 1781, em meados de 1783 e no final de 1784. Por outro lado, há um esgotamento sensível nas vendas após meados de 1785 até o final do recorte. Em janeiro de 1781, data do primeiro pico, constam mais de 900 animais vendidos, pouco mais de 15% de todas as vendas válidas e a prazo. Só o intervalo entre 1781 e 1784, concentra mais de 74% das vendas desse mesmo grupo, enquanto o intervalo de 1786 a 1790, representa uma parcela de apenas 1,78% das saídas.

Gráfico 1: Saídas de animais totais por mês



Fonte: APM CC 1323, pp. 23 a 115.

Caso todo o conjunto datado artificialmente fosse aglutinado em uma única data, constituiria o maior pico de vendas. São 1.118 animais vendidos no intervalo cujas datas foram inseridas. Este constitui o argumento fundamental para o estabelecimento artificial dessas datas, pois perdê-los na análise seria muitíssimo prejudicial para o conjunto quantitativo.

Quanto aos preços de venda praticados, observa-se, grosso modo, um movimento crescente nos das bestas. No caso das duas tropas da sociedade entre Macedo e Pena, como já foi apontado no capítulo 1, há uma certa negligência no modo como se registram os tipos de animais, o que pode gerar uma imperfeição no cálculo do preço médio das vendas. Para essas duas tropas da sociedade, só é possível analisar o preço médio considerando todo o grupo como sendo de bestas, o que produz preços médios de 23.295 réis e 28.593 réis, respectivamente para essas duas primeiras tropas. Observa-se uma clara aceleração nos preços de venda entre as duas tropas, a primeira com saídas datadas de janeiro de 1777 e a segunda de, provavelmente, depois de outubro de 1777. A datação das vendas da segunda tropa é imprecisa, pois não se tem a data na página onde estão registradas as vendas, entretanto, sua entrada está como de outubro de 1777, o que permite deduzir que suas saídas tenham ocorrido após outubro de 1777.

Quanto às vendas diárias, o preço médio de vendas das bestas é muito superior aos das duas tropas, ficando em torno de 32.807 réis. Porém, esse grupo de vendas abarca um intervalo de tempo muito superior aos das duas primeiras tropas, cujas negociações estão registradas

como se tivessem ocorrido todas em uma única data, ou tão próximas que puderam ser anotadas juntas. Por conta disso, o ideal é demonstrar a evolução dos preços médios de vendas anualmente, que é o que se observa na tabela abaixo, tanto para os preços médios de bestas quanto de cavalos, os maiores grupos de animais do livro.

Tabela 5: Cálculo do preço médio anual de bestas e cavalos, em réis

	Quantidade		Valor		Preço médio	
	Bestas	Cavalos	Bestas	Cavalos	Bestas	Cavalos
<b>1777</b>	270	3	10.190.880	83.200	37.744	27.733
<b>1778</b>	216	1	6.774.600	38.400	31.364	38.400
<b>1779</b>	350	0	10.668.050	0	30.480	0
<b>1780</b>	460	18	15.612.112	314.550	33.939	17.475
<b>1781</b>	1147	235	37.968.449	5.573.450	33.102	23.717
<b>1782</b>	796	14	26.790.300	322.650	33.656	23.046
<b>1783</b>	1361	14	44.159.387	327.650	32.446	23.404
<b>1784</b>	734	16	23.248.437	314.250	31.673	19.641
<b>1785</b>	45	1	1.472.400	14.400	32.720	14.400
<b>1786</b>	43	0	1.473.700	0	34.272	0
<b>1787</b>	35	1	884.200	21.600	25.262	21.600
<b>1788</b>	20	2	493.400	32.400	24.670	16.200
<b>1790</b>	4	4	81.600	24.300	20.400	24.300

Fonte: APM CC 1323, pp. 23 a 115.

Contrapondo os preços médios de cavalos e bestas, observa-se uma constante inferioridade dos primeiros em relação aos segundos. Logo, se constata o mesmo que a literatura afirma, ao indicar preços de mercado maiores para as bestas. Hameister, por exemplo, cita o custo de produção dos muares – bem superior aos dos demais animais – como um fator importante para o seu preço de comercialização mais elevado<sup>138</sup>. Petrone, por sua vez, cita alguns preços de venda de bestas na Feira de Sorocaba nas primeiras décadas do século XIX, que variaram entre 16.000 réis, em 1818, podendo chegar a casa dos 40.000 réis<sup>139</sup>. Esse padrão de superioridade nos preços das bestas sobre cavalos é observado claramente quanto aos impostos cobrados sobre cada tipo. De acordo com Marcondes e Suprinyak, mantinha-se uma correlação entre os preços praticados e as alíquotas cobradas, que, como no caso do Novo Imposto, era de 320 réis por besta e 200 réis por cavalo<sup>140</sup>. Também, segundo esses autores, os

<sup>138</sup> HAMEISTER, 2002, Op. cit., p. 75.

<sup>139</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 110 e 111.

<sup>140</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 55.

preços mais elevados para a venda de muars é um fator importante para justificar essa comercialização de longa distância<sup>141</sup>.

Não é possível, entretanto, identificar tendência de alta nem de queda dos preços médios ao longo do tempo. Apesar de os últimos três anos do recorte apresentarem valores de vendas de bestas bem inferiores aos demais, as quantidades transacionadas são muito pequenas, dificultando uma análise mais contundente. Ademais, são nos últimos anos que se concentram as revendas, por exemplo, o que constitui uma modalidade de transação que foge ao comum do livro. É possível que os animais revendidos tenham perdido qualidade ou que essa variação de preços se deva apenas a modalidade de venda, ou, ainda que houvesse uma urgência nas vendas e que, portanto, os preços foram mais flexíveis.

Quanto aos animais vendidos à vista, seus preços médios apresentam uma considerável variação para baixo em relação às vendas a prazo. Ignorando as transações à vista em que não há valor monetário indicado, o preço médio geral de venda foi de 19.766 réis. No caso das bestas, essa média é de 22.726 réis, sem contar uma grande transação de cem bestas e mais um cavalo, onde a média é de pouco menos de 16 mil réis<sup>142</sup>. Esse preço médio das bestas à vista, só não é inferior ao do ano de 1790, que, como já explicado, não é um bom parâmetro para essa variável. É plausível, portanto, afirmar que, grosso modo, o preço das bestas negociadas à vista é inferior aos das negociadas a prazo, fato que está de acordo com o esperado, uma vez, que a transação à vista encerra os riscos da transação, enquanto as vendas a prazo costumam embutir os riscos na forma de juros<sup>143</sup>. No caso dos cavalos, seu preço médio à vista foi de, aproximadamente, 23.500 réis, em quase equivalência aos 23.100 réis observados nas vendas a prazo.

Aos outros tipos de animais, por possuírem quantidades muito menores e muito mais pulverizadas no recorte temporal, é mais relevante considerar apenas suas médias de preços geral. No caso dos potros, a média de preços de vendas a prazo é de 23.368 réis, enquanto dos potros vendidos à vista é de 21.527 réis, uma variação relativamente pequena. Já no caso dos machos, sua média de preços a prazo é de 30.835 réis e, à vista, foi realizada apenas uma venda de macho e seu preço não está registrado no livro.

---

<sup>141</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 54.

<sup>142</sup> Essa transação foi contabilizada a parte por conta da impossibilidade de se saber exatamente o valor acordado para as bestas e para o cavalo. Entretanto, por se tratar de apenas um cavalo, o que se fez foi considerá-lo equivalente ao preço médio dos cavalos à vista e dividir o valor resultante pelas cem bestas indicadas.

<sup>143</sup> SANTOS, Raphael Freitas. O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista, in. À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas. Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2010. p. 79.

A título de comparação de preços, no mesmo período abrangido pelo livro estudado, na Demarcação Diamantina (1774-1785), por exemplo, a arroba do açúcar custava, no seu valor máximo do recorte, em janeiro de 1777, 3.000 réis. Quanto ao arroz, seu preço máximo, em fevereiro de 1782, foi de 1.704 réis o alqueire<sup>144</sup>.

Os preços médios, de um modo geral, apresentaram variação de acordo com a modalidade da venda, mesmo que uns mais e outros menos. Além disso, a variação de preços por tipo também está dentro do esperado, bestas custando mais e cavalos custando menos. Uma das principais justificativas para esse movimento, além dos custos maiores das bestas, podia estar na demanda por esses animais justamente por sua adaptabilidade melhor às necessidades geográficas do relevo montanhoso predominante na região das Minas e no caminho para o Rio de Janeiro, para onde vertia a maior parte dos negócios comerciais da capitania à época, como já discutido anteriormente.

Quanto aos custos e possíveis lucros desses animais, fez-se necessária uma associação com a contabilidade relativa às tropas negociadas em sociedade com Pena, cujas informações são mais completas. As páginas do livro de conta corrente dedicadas a anotação das despesas, como já relatado no primeiro capítulo, não são completas e não apresentam indicação explícita sobre os animais a que se referem, para além daqueles relativos à sociedade entre Pena e Macedo. Por esse motivo, achou-se mais indicado fazer essa discussão por meio de uma das duas tropas cujas contabilidades estão mais pormenorizadas. Para isso, a primeira tropa foi utilizada como parâmetro, pois a totalidade de seus registros é referente a negócios estabelecidos entre os sócios. Seus custos totais, conforme o livro, foram de 5.129.247 réis para um montante de 323 animais. Logo, o custo aproximado, por unidade, foi de 15.880 réis. Considerando seu preço médio de venda em torno de 23.295 réis, cada animal renderia cerca de 7.415 réis. É claro que, dessa maneira, se está desconsiderando as oscilações dos preços de venda dos animais, mas essa é apenas uma aproximação para permitir uma analogia com as vendas que se estão analisando aqui.

Dessa forma, o lucro da primeira tropa – conforme subtração de sua renda total dos custos totais – teria sido, segundo os dados apresentados na tabela 1 (capítulo 1), de cerca de 2.403.273 réis, equivalendo a uma margem de lucro de quase 32%. Maria Petrone, em seu trabalho sobre o comerciante de animais, cita um registro do governador de São Paulo, Melo Castro e Mendonça, que falava em uma margem de lucro de 50% para a atividade de comércio de muares entre os campos produtores e a venda na região de Curitiba no começo do século

---

<sup>144</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., p. 336.

XIX, ou seja, em um recorte espacial e temporal bem distinto do desta pesquisa. No caso dos negócios do comerciante estudado pela autora, o futuro Barão de Iguape, ela encontrou taxas de retorno de investimento entre 19,4% e 29,8%, relativas às primeiras décadas do século XIX, embora destaque que não se trate de contabilidades completas. Petrone enfrentou os mesmos desafios que esta pesquisa para calcular lucros definitivos, pois localizou poucos preços de compras dos animais junto aos fornecedores e poucas descrições dos custos<sup>145</sup>.

Aplicando-se os resultados estatísticos da primeira tropa às vendas válida e a prazo, embora, tratando-se de uma aproximação de fins meramente comparativos, ou seja, sem se levar em conta a variação de preços por tipo de animal ou mesmo as datas de compra e venda, tem-se o seguinte resultado. Em uma simplificação extrema, adotando-se o custo por unidade da primeira tropa, em torno de 15.880 réis, para os 5.981 animais válidos vendidos a prazo nos lançamentos diários, se encontrará um custo total de, aproximadamente, 94.994.160 réis, frente aos 192.790.215 réis de rendimento total para esse grupo. Esse custo equivaleria a 49,2% desse montante, gerando um lucro extremamente elevado. Entretanto, forma mais próxima a realidade de se estimar a lucratividade expressa pelo livro estudado pode ser a margem de lucro. Apesar de, como visto no caso da pesquisa de Petrone, as margens de lucro oscilarem entre as tropas negociados pelo futuro Barão de Iguape, se for aplicado 32% de margem, aquela encontrada para a primeira tropa negociada entre Macedo e Penas, aos pouco mais de 192 contos de réis de possível rendimento das vendas, se obteria algo em torno de 61.692.869 réis.

Como já apontado inúmeras vezes, não se tem informação no livro a respeito do preço pago por esses animais no atacado, junto aos fornecedores. A tropa indica na página 22, por outro lado, datada de outubro de 1777 – aquela que se denominou informalmente de terceira – indica alguns preços. Esses variam entre 15.814 réis e 18.875 réis, aproximadamente, sem definição clara do tipo do animal<sup>146</sup>. Esses seriam, ao que tudo indica, os valores de compra por unidade, sem levar em conta outros custos adicionais. São valores que se mantêm em equilíbrio com os custos médios por unidade para a primeira tropa, por exemplo.

Interessante observar que os preços pagos por unidade nessa última tropa citada são semelhantes ao custo total da primeira tropa dividido pelo número de animais. Por sua vez, esses valores médios estão bem próximos dos valores indicados por um escrivão da Junta da Real Fazenda de São Paulo, em 1794, que foi apontado por Tiago Gil em sua tese. No relato, o escrivão indica valores em torno de 4.000 réis e 5.000 réis para as bestas compradas na região de Viamão que, por sua vez, eram comercializadas em Sorocaba, em torno de 14.000 réis e

---

<sup>145</sup> PETRONE, 1976, Op. cit., pp. 118 e 119.

<sup>146</sup> APM, CC 1323, p. 22.

15.000 réis<sup>147</sup>. Embora haja mais de uma década entre o relato apontado por Gil e as tropas analisadas anteriormente, pode-se deduzir que os animais indicados no tropa da página 22, pelo menos, teriam sido comprados na região de Sorocaba, embora se faça referência no título da página de animais vindos de Viamão, o que poderia indicar apenas suas origens produtivas.

Sobre o impacto dos inúmeros impostos sobre passagens de animais aos custos dessas tropas, trata-se de outra questão delicada de se estimar, pois, apesar de se saber a alíquota cobrada em cada registro do caminho, não é possível comprovar com certeza absoluta a origem de todos os animais. Isso poderia levar a erros importante de cálculo. Ademais, é preciso lembrar que o próprio Macedo detinha o direito das Entradas de mercadorias em Minas Gerais em parte do recorte do livro, de modo que não se pode afirmar com precisão se esses valores devidos teriam sido cobrados de suas próprias tropas ou não.

Dessa forma, mesmo que não seja possível fazer uma leitura contábil completa do conteúdo das vendas registradas nos lançamentos diários do livro, é possível defender algumas hipóteses. Primeiramente, quanto ao número de animais totais desse grupo de vendas, pode-se endossar a afirmação de Marcondes e Suprinyak de que João Rodrigues de Macedo dominava uma fatia importante desse mercado em Minas Gerais em seu tempo. Segundo a levantamento dos autores, 30% de todas as bestas passadas por Sorocaba entre o final da década de 1779 e o primeiro ano de 1780, estavam endereçadas a Macedo<sup>148</sup>. Só em 1781, apenas entre bestas e cavalos, o livro registra quase 1.500 animais vendidos em seu nome. É preciso lembrar, como já apontado anteriormente neste trabalho, que esses animais passados por Sorocaba não se destinavam apenas ao mercado mineiro, o que aumentaria, ainda mais, o significado do montante de animais vendidos em nome de Macedo. Ademais, se observarmos as entradas de bestas e cavalos pelo Registro da Mantiqueira em 1773 e 1774, o número de cavalos é superior ao de bestas, enquanto, que, ao final da década de 1780, as bestas passam a superar em muito o número de cavalos, que tornam-se resíduo estatístico nesse registro até o final do setecentos<sup>149</sup>. Essa inversão de preferência já havia sido observada por Suprinyak e Restitutti, que apontaram a ultrapassagem do consumo de bestas em relação a cavalos em Minas Gerais em meados da década de 1770, justamente no período em que o livro estudado começa a registrar a atividade comercial de Macedo<sup>150</sup>. Esse dado reforça, ainda mais, o significado da participação do contratador nesse mercado.

---

<sup>147</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 58.

<sup>148</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 63

<sup>149</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., p. 337 e 338.

<sup>150</sup> SUPRINYAK e RESTITUTTI, Op. cit., p. 9.

Ademais, mesmo que a grande maioria das vendas tenham se realizado a prazo, portanto, não se tenha a certeza de que todos esses valores foram recebidos por Macedo, e abarquem um período de mais de dez anos, o valor monetário apurado no livro, se confrontado com indicadores importantes da época, representa uma cifra muitíssimo vultosa. O montante final, relativo à apenas as vendas válidas e a prazo, foi de pouco mais de 192 contos de réis, o que é superior, por exemplo, aos rendimentos anuais do Quinto do ouro, dos Dízimos e das Entradas para a capitania de Minas Gerais, em todo o último quartel do século XVIII. As Entradas e os Dízimos, nesse período, oscilaram, aproximadamente, entre 100 e 150 contos de réis por ano, enquanto o Quinto esteve em queda livre, em boa parte do tempo abaixo dos 100 contos anuais<sup>151</sup>. É preciso lembrar, ainda, que não foi possível ler o livro integralmente, como já discutido no primeiro capítulo deste trabalho, bem como, não se está levando em conta as duas tropas negociadas em sociedade com Teixeira Pena. Ou seja, esse valor poderia ter sido superior a esse apresentado.

Esse montante é superior, também, ao valor do contrato das Entradas de mercadorias para as capitanias de Mato Grosso, Goiás e São Paulo, que Macedo assumiu por dois triênios, entre 1776 e 1781, por pouco mais de 189 contos de réis. E representa, ainda, mais da metade do valor assumido por ele para a cobrança dos Dízimos, entre 1777 e 1783, que foi de, aproximadamente, 395 contos de réis<sup>152</sup>. Essa quantia, portanto, além de poder representar muito para o mercado de mueres na capitania de Minas Gerais, parece ter o mesmo significado dentre as atividades comerciais e econômicas empreendidas por Macedo.

Portanto, do ponto de vista quantitativo, que é o foco deste capítulo e desta pesquisa, os dados levantados pelo livro de conta corrente estudado corroboram com o que foi identificado por Marcondes e Suprinyak. De fato, João Rodrigues de Macedo parece ter sido um comerciante de animais de carga de grande vulto. As estatísticas apresentadas pelos dois autores, associadas com os números demonstrados neste capítulo, não deixam dúvida da dimensão de seu papel no abastecimento de mueres na capitania de Minas Gerais.

Algumas questões levantadas pela leitura do livro de conta corrente, por outro lado, por fugirem dos objetivos e dos limites desta pesquisa, não puderam ser elucidadas integralmente. Certamente, a consulta do livro em sua totalidade poderia ter respondido a algumas delas, como, quanto aos custos mais detalhados desses animais, ou sobre suas origens específicas.

---

<sup>151</sup> CARRARA, 2007, Op. cit., p. 36.

<sup>152</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Os “extravios que tão continuados têm sido...”: contrabando e práticas comerciais ilícitas nas atividades do contratador João Rodrigues de Macedo. *Locus-Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 1/2, 2005. p. 122

Restou a esta pesquisa, por fim, buscar novos insumos sobre essa atividade na correspondência do contratador, na expectativa de associá-los aos dados quantitativos levantados. Tema de discussão para o capítulo seguinte.

### Capítulo 3 Os nomes do comércio de muares: sócios, credores e consumidores

Neste capítulo, objetiva-se elucidar, de acordo com a disponibilidade das fontes, os processos que possibilitaram a execução dessa atividade comercial de compra, transporte e venda de animais muares e cavalares em torno da figura de João Rodrigues de Macedo. Para isso, será utilizada, fundamentalmente, sua correspondência ativa, que já se encontra organizada e transcrita desde o começo dos anos 1980, e conta com um número expressivo de cartas que abordam o tema do comércio de animais. Esse é o aporte fundamental de grande parte das pesquisas sobre Macedo, como discutido na introdução. No caso deste capítulo, levantou-se todas as cartas onde os muares eram tratados, mesmo que em simples citações. A leitura da fonte possibilitou a identificação dos principais nomes que atuaram para a realização de todo o complexo processo comercial, tendo sido possível localizar a contribuição específica de alguns deles para o sucesso da empreitada. Destacaram-se alguns grupos específicos: um importante núcleo de credores e fiadores estabelecidos, principalmente, na capitania de São Paulo; um grupo de homens que se dedicavam à condução das tropas; um terceiro grupo de parceiros comerciais mineiros, que atuavam como fiadores, geralmente relacionados ao contrato das entradas de mercadorias, além do apontamento de alguns vendedores de animais no varejo em Minas Gerais.

Na primeira parte do capítulo, tratar-se-ão dos procedimentos de compra das tropas de animais na capitania de São Paulo, ou diretamente dos produtores no Sul da colônia, identificando, quando possível, seus trâmites, alguns intermediários e alguns transportadores, além daqueles envolvidos como fiadores e credores. Com o auxílio de outras fontes, na medida de suas disponibilidades, buscar-se-ão localizar o maior número de informações possíveis acerca dos principais parceiros no negócio. Na segunda parte, por sua vez, o foco será a análise dos maiores vendedores dos animais na capitania de Minas Gerais, além de uma breve análise dos principais grupos de consumidores do ponto de vista de suas inserções na sociedade do período, isto é, quanto aos seus cargos militares, sua inserção do clero e seus gêneros.

É preciso compreender, antes de tudo, que o comércio desses animais de carga empreendido por Macedo, envolveu direta ou indiretamente, um grande número de outros homens de destaque social e econômico do seu tempo, além de outros nomes de pouca ou nenhuma expressão, mas que desenvolviam papéis fundamentais. Era um mercado que exigia bastante articulação e mão-de-obra. A leitura da correspondência de Macedo revela uma teia de relações, sem as quais dificilmente teria conseguido realizar a atividade. Não há dúvidas de que seu envolvimento com o grupo de homens de negócios estabelecidos em São Paulo foi seu

ponto de apoio fundamental. Esses homens eram responsáveis por adiantarem o pagamento de boa parte dos impostos emitidos pelas passagens das tropas nos registros entre Viamão e o ponto de distribuição principal na capitania de São Paulo, a vila de Sorocaba; além de atuarem como credores de outras possíveis despesas contraídas pelas tropas em deslocamentos rumo às Minas.

O contratador contava com o apoio não de um ou outro indivíduo isoladamente, mas de um grupo mercantil que constituía uma verdadeira rede de comércio e influência. Sobre esse padrão comercial em redes, já foi discutido brevemente na introdução deste trabalho, e o que se irá revelar com as correspondências do contratador coincide rigorosamente com o padrão comercial típico da colônia portuguesa nesse tempo. A pesquisadora Júnia Furtado, analisando cartas da mesma natureza, ou seja, trocadas por redes de comércio nas Minas setecentistas, identifica algumas características importantes para se compreender essa forma de organização comercial. Primeiramente, elas são um retrato fiel da sociedade de Antigo Regime desse período, quer dizer, demonstram forte hierarquização entre seus membros e é marcada por sólidos laços interpessoais. Esses laços podem ser traduzidos em alguns conceitos fundamentais, tais como, o de amizade e o de honra. Para esses grupos, a confiança entre os pares era algo essencial, daí advém o papel importante dos laços familiares, expressão máxima dos laços interpessoais. O vínculo de sangue acabava gerando mais confiança para as transações, por isso essas redes se constituíam muitas vezes de parentes.<sup>153</sup>

Ademais dessas relações de amizade e parentesco, as redes atuavam garantindo um fluxo de troca de favores pelos quais esses laços eram estreitados. Aquele que concedia um favor, segundo a autora, assumida uma posição de superioridade e de domínio, que lhe projetava positivamente frente aos seus. Por sua vez, quem recebia o favor material, por exemplo, acaba se posicionando em um local de submissão e de gratidão. Conforme Júnia Furtado aponta, esses níveis hierárquicos entre as partes são identificados facilmente por meio da própria linguagem das cartas, como no caso das saudações utilizadas, que acabam denunciando se o autor da carta estava em uma posição hierárquica superior ou inferior ao seu remetente, em outras palavras, esses níveis hierárquicos podiam ser observados nos detalhes. O status de submissão ou subordinação, não era visto, de forma alguma, com a mesma conotação dos dias atuais, ou seja, não havia demérito, pelo contrário, estar subordinado a alguém influente era visto mais como um privilégio<sup>154</sup>. Por último, é preciso destacar o elemento sustentador dessas relações, que é a

---

<sup>153</sup> FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 2006. pp. 59 a 61.

<sup>154</sup> *Ibidem*, pp. 63 a 66.

palavra. Toda a confiança se estabelecia em torno da crença de que o que era prometido ou acordado seria cumprido, o que se estendia para os trâmites comerciais: “se a quebra do compromisso financeiro acarretava certamente em prejuízo, mais que isto, significava o rompimento dos laços de honra estabelecidos”<sup>155</sup>. Portanto, a defesa da honra, no sentido de respeitabilidade social, era uma preocupação fundamental para esses indivíduos.

A leitura das cartas de João Rodrigues de Macedo permite identificar muito bem essas características apontadas. A importância da amizade, o poder das relações de parentesco e, ainda, o cuidado extremo dado a honra para sustentar sua inserção nas sociedades mercantis.

Alguns dos nomes de destaque nas cartas do contratador já foram estudados pelo pesquisador Bruno Aidar<sup>156</sup>, cuja contribuição foi primordial para o entendimento da narrativa construída por meio de suas cartas. Essa presente pesquisa compartilha do mesmo recorte temporal geral – a segunda metade do século XVIII – do trabalho de Aidar, que se propõe a estudar, em linhas gerais, o impacto do contrato cobrado sobre animais deslocados das regiões ao sul de São Paulo com destino ao centro da colônia, na conformação de uma elite paulista e na sua diferenciação regional. O autor estuda o imposto dos meios direitos, cobrado quando da passagem das tropas pelo Registro de Curitiba, e sustenta em sua argumentação a hipótese de que seu controle por paulistas foi fundamental para a ascensão desse grupo à frente de outros espaços mercantis destacados, como as de Minas e as do Rio de Janeiro<sup>157</sup>.

No período de atuação de João Rodrigues de Macedo na atividade comercial de muares, conforme os registros do livro de conta corrente estudado, ou seja, entre 1777 e 1790, três homens controlaram a cobrança dos meios direitos: Manuel de Araújo Gomes, em seguida, seu irmão Manuel Antônio de Araújo e, por fim, Manuel de Oliveira Cardoso. Os dois primeiros, além de irmãos, eram primos do contratador João Rodrigues de Macedo, além de aparentados de outras figuras proeminentes da capitania de São Paulo<sup>158</sup>. Manuel de Araújo Gomes, por exemplo, era a figura central de um conjunto de homens de negócios. Além de detentor dos meios direitos entre 1778 e 1783, foi arrematante das entradas de mercadorias de Minas Gerais entre 1769 e 1771<sup>159</sup>, e deteve os direitos de cobrança do Registro de Santa Vitória – também no caminho das tropas – no começo dos anos de 1780<sup>160</sup>.

---

<sup>155</sup> FURTADO, 2006, Op. cit., p. 73

<sup>156</sup> AIDAR, Bruno. Contratos de Tributos e Poder Regional: a contribuição dos meios direitos para a formação da elite mercantil paulista na segunda metade do século XVIII. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 48, n. 1, p. 107-136, 2018.

<sup>157</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>158</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>159</sup> AIDAR, 2018, Op. cit., p. 116.

<sup>160</sup> GIL, 2009, Op., cit., p. 86.

Sobre esses meios direitos, retomando sua breve definição feita na introdução, teve origem em um processo de transformação na cobrança de impostos sobre a passagem de animais pelo Registro de Curitiba. Como explicou Tiago Gil em sua tese, apenas a metade dos impostos emitidos em Curitiba eram cobrados, desde 1747, por um contratador, de modo que a outra metade era dada em mercê a homens destacados por serviços prestados, daí o nome de meios direitos<sup>161</sup>. Isso significa dizer que antes da criação da mercê, no período entre 1734 e 1747, pode-se entender como o tempo dos direitos “inteiros”, como diz Bruno Aidar. O termo Casa Doadada, por sua vez, recorrente nas cartas do contratador, foi ganhando destaque na documentação a partir da década de 1780, para se referir ao pagamento da parte do imposto cedido em mercê<sup>162</sup>.

Os mesmos detentores do direito de cobrança do imposto, são uns dos principais credores e fiadores de Macedo no que toca o comércio de animais. O que se pretende apresentar na primeira seção, é, justamente, a relação de Macedo com esses homens de negócios, cujo apoio foi decisivo para o importe dos animais vindos do sul. Para isso, a correspondência ativa do contratador serve de fio condutor da narrativa, que se associou, quando possível, a outras fontes pertinentes, tanto primárias quanto de importantes trabalhos sobre esse cenário como os já citados trabalhos de Aidar, Marcondes e Suprinyak e a tese de Tiago Gil.

Por seu turno, na segunda seção, o foco será dado aos procedimentos de venda dos muares na capitania de Minas Gerais e seus principais grupos sociais de consumidores. O que se espera é dar vida aos números apresentados no capítulo anterior, buscando relacionar as personagens entre si e entender um pouco mais sobre esse mercado do ponto de vista de João Rodrigues de Macedo. Por fim, objetiva-se apenas fazer um breve mapeamento do perfil dos consumidores de muares e equinos apresentado no livro de conta corrente, apenas com o intuito de demonstrar algumas posições sociais e econômicas desses indivíduos. Inspirado no quarto capítulo da dissertação de Alexandra Pereira<sup>163</sup>, prosseguiu-se com o desmembramento dos consumidores de animais em cargos militares, clérigos e mulheres. No citado capítulo, a autora, com o mesmo objetivo de estudar o perfil dos consumidores de uma loja comercial em Vila Rica no setecentos, se utiliza do recurso de separação em grupos para facilitar a compreensão do todo, de modo que, por meio dos hábitos e preferências dos consumidores, a autora pôde fazer uma análise da estratificação dessa sociedade. No caso dessa pesquisa, entretanto, por se tratar de um único grupo de produtos, animais de carga e tração, objetiva-se com essa divisão

---

<sup>161</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 47 e 48

<sup>162</sup> AIDAR, 2018, Op. cit., p. 109.

<sup>163</sup> PEREIRA, 2008, Op. cit., pp. 114 a 141.

apenas verificar a variedade do mercado consumidor, além de indicar possibilidades de abordagem do conteúdo do livro para pesquisas futuras.

### **3.1 Os relatos das tropas e os sócios de Macedo: a viabilização do comércio de animais**

A localização e leitura atenta do conjunto de correspondências ativas de João Rodrigues de Macedo, permitiu identificar aqueles parceiros comerciais fundamentais para o sucesso do empreendimento do comércio de muares e equinos. Esses nomes podem ser segmentados conforme seus papéis dentro da rede de comércio que se estabeleceu: um grupo importantíssimo de homens de negócios radicados na capitania de São Paulo que atuavam como fiadores e credores; outros nomes responsáveis pela condução das tropas até às Minas e outros, ainda, que auxiliavam no processo, seja como credores ou como responsáveis por tropas. São nomes ilustres da vida política, social e econômica da capitania de São Paulo, principalmente, ou, mesmo, pessoas cujas pesquisas não surtiram em quase nenhum resultado nas buscas que se fez em outros arquivos.

Como se lê em suas cartas, um desafio recorrente para a realização dos negócios, era a questão do financiamento, tanto para o pagamento dos tributos pelas passagens dos animais quanto para a própria compra desses. São muitos os trechos em que o contratador relata a falta de numerário para saldar seus compromissos, sendo obrigado a recorrer a credores, principalmente, da capitania de São Paulo.

Macedo, entretanto, não configura uma exceção. Conforme a historiografia sobre o crédito vem demonstrando ao longo do tempo, endividar-se ou simplesmente tomar um valor em adiantamento, eram práticas comuns no período. Segundo Raphael Freitas Santos, uma justificativa possível para essa necessidade comum de crédito, era a própria circulação monetária, bastante limitada na capitania de Minas Gerais ao longo do século XVIII. Além das moedas acabarem escoando em direção aos mercados abastecedores de Minas Gerais, vertendo aos grandes comerciantes das praças mercantis principais da colônia e do reino por meio do comércio, a outra forma de fazer pagamentos nesse contexto, o ouro em pó, apresentava limitações importantes<sup>164</sup>. Como o autor diz: “sempre houve uma grande demanda por meios circulantes, que não era suprida pelo numerário disponível”<sup>165</sup>. Portanto, para driblar a falta de liquidez na economia, o crédito teria ganhado papel de destaque nesse contexto. Mais

---

<sup>164</sup> SANTOS, Rapahel F. Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773). Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFMG, 2005. pp. 46 a 48.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 45.

recentemente, Angelo Carrara, em um trabalho de revisão historiográfica a respeito do tema do crédito no Brasil colonial, concentrou sua atenção na discussão sobre a oferta de moeda. Segundo o autor, não haveria uma escassez de moeda propriamente dita, e, dessa forma, a justificativa para o amplo uso do crédito nesse contexto não estaria nessa carência de meios de pagamento. Na verdade, o autor defende a ideia de que a oferta de moeda se regularia conforme a demanda específica de cada região e contexto, ou seja, haveria regiões que demandariam maior uso de moeda cunhada e outras menos<sup>166</sup>. De qualquer maneira, já que escapa ao escopo dessa pesquisa a discussão profunda acerca da justificativa para esse quadro de oferta de moeda e uso do crédito, a leitura da correspondência de Macedo deixa claro que ele tinha dificuldades para reunir recursos em moeda e que o crédito era utilizado constantemente.

Ainda conforme Raphael Freitas Santos, um fator primordial para a obtenção de crédito nas Minas Gerais do século XVIII era a capacidade do tomador do dinheiro em demonstrar ao prestador sua confiabilidade: “era preciso, portanto, ser uma pessoa de palavra, reconhecidamente honrada perante a sociedade”<sup>167</sup>. Para além da importância de confiar na palavra de outrem, como indicado por Júnia Furtado anteriormente para o estabelecimento das sociedades mercantis, era preciso que o tomador do crédito apresentasse condições de quitar sua dívida, ou seja, que indicasse ao prestador que não lhe daria prejuízo<sup>168</sup>. Macedo, como se verá em sua correspondência, está constantemente buscando satisfazer os créditos tomados, indicando que essa era uma preocupação de primeira ordem para ele. O contratador precisava do apoio de uma rede de relacionamentos e de comércio para inserir-se no negócio de abastecimento de animais em Minas Gerais, logo, era fundamental que ele pudesse quitar seus débitos e garantir a manutenção de seu crédito.

Logo na segunda carta do conjunto de suas correspondências relativas ao negócio de animais, datada de junho de 1777, Macedo escreve ao dr. Antônio Fernandes do Vale, residente em São Paulo, primeiramente, agradecendo os financiamentos que esse fizera a Antônio Teixeira Pena – sócio do contratador em pelo menos duas tropas de animais – no valor de 128 mil réis e a José Teixeira Ferrás, no valor de pouco mais de 203 mil réis, em compras de tropas anteriores. Além disso, já menciona que Antônio Teixeira Pena – o próprio portador da carta – contrairia novos débitos comprando animais, que conta que sejam garantidos novamente pelo dito. A carta também indica a inserção do dr. Antônio Fernandes do Vale diretamente na

---

<sup>166</sup> CARRARA, Angelo Alves. O crédito no Brasil no período colonial: uma revisão historiográfica. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 15-51, 2020.

<sup>167</sup> SANTOS, 2005, Op. cit., p. 54.

<sup>168</sup> SANTOS, 2010, Op. cit., p. 74.

atividade de comércio de animais, ao dizer que Pena tem ordens para priorizar os animais deste suas compras na região.

O dito Antônio Teixeira Pena vai a essa fazer compra de algumas bestas, e como vm. me diz que estava esperando por quatrocentas e tantas; hei de estimar que se ajustem no preço, e que não compre outras enquanto houver as de vm.; porém a dúvida, que nisso poderá ocorrer a vm., será por causa do preço, porque nesta estão por preço muito diminuto, e tanto as de vm. como as de outro qualquer que o dito comprar sem dinheiro, por esta me obrigo no seu importe para a compra que se ajustarem; e quando vm. não as tenha, ou se não ajustem no preço, tenho empenho do Rio de Janeiro, do capitão Manuel da Costa Cardoso, para encaminhar alguns amigos que a essa forem à compra de animais, para que prefiram em primeiro lugar ao capitão-mor desta cidade, Manuel de Oliveira Cardoso, a quem agora escrevo por este mesmo portador; e caso o dito não se ajuste, nestes termos lhe ordeno compre onde as achar mais em conta, ficando sempre obrigado à satisfação <sup>169</sup>.

Chama a atenção, primeiramente, a afirmação do contratador de que as compras se fariam sem dinheiro algum, isto é, que conta com o apoio do destinatário para realizar os pagamentos que forem necessários, garantindo o posterior envio dos recursos, como o fez no caso do crédito dado a Pena e no crédito dado a Ferrás, cujo pagamento estaria sendo enviado junto à dita carta. De acordo com o que foi discutido anteriormente, além da possibilidade da falta de numerário ou da dificuldade de deslocamento de grandes somas de dinheiro, conforme a tese de Tiago Gil demonstra, o crédito e o financiamento eram condições comuns desse mercado. Como o autor diz, o transporte e comércio de animais não era uma atividade de difícil acesso como o comércio de escravizados, por exemplo. Além disso, não costumava ser de alto risco, ou seja, a chance de se obter resultados positivos era bem representativa. Portanto, embora se exigisse um montante inicial para a compra dos animais, para o pagamento de tributos e demais custos de transporte, valia a pena buscar esses financiamentos para entrar nessa atividade<sup>170</sup>.

Soma-se a isso, a preocupação de Macedo em realizar a melhor compra possível, isso significa dizer que Ferrás está instruído a buscar as melhores bestas pelo menor valor possível, inclusive, por conta de, segundo Macedo, o preço de revenda em Minas Gerais estar “muito diminuto”. Porém, deve priorizar as tropas dos amigos, que podem ser preteridos, apenas caso os valores “não se ajustem” ou estes não as tenham.

Na mesma data, escreve ao capitão-mor Manuel de Oliveira Cardoso, citado na carta anterior, dando conta do mesmo que disse ao dr. Antônio Fernandes do Vale: que as tropas do

---

<sup>169</sup> OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de (org.).1981. Correspondência ativa de João Roiz de Macedo. Ouro Preto, Casa dos Contos. 2 vols. n.º 106, p. 160.

<sup>170</sup> GIL, 2009, Op. cit., pp. 56 e 57.

capitão-mor serão prioritárias no ato da compra e, ainda, que se compromete em nome de Pena a realizar todos os pagamentos do que, por acaso, for comprado a prazo. Ademais, reforça sua preocupação com o preço dos animais, como se lê: “e terei grande gosto que se ajustem no preço em termos que façam conta, atendendo à grande decadência em que se acham estas Minas que é causa de as bestas estarem muito baratas”<sup>171</sup>. Na mesma data, há uma última carta, dessa vez ao administrador do contrato das Entradas de mercadorias do Registro da Mantiqueira, Custódio Manuel Teixeira, pedindo uma “letra” no valor de 90 mil réis para que Antônio Teixeira Pena pudesse negociar bestas em São Paulo.

Essas são as duas únicas citações às tropas compradas em sociedade com Pena. Essas cartas coincidem com as datas das duas tropas que constam no livro de conta corrente estudado, que teriam dado entrada na sociedade, respectivamente, em agosto de 1776 e outubro de 1777. Isto é, a carta de junho de 1777, enviada a Antônio Fernandes do Vale, coincide com o intervalo entre as duas tropas, logo, é possível de se imaginar que os valores devidos se referissem à primeira tropa, e o adiantamento de numerário que ele pede nessas cartas, sejam relativas à segunda tropa que ainda estaria em negociação.

Além disso, o trâmite descrito nas duas primeiras cartas, parece ser o padrão das negociações das bestas muares e cavalares de Macedo. A preocupação inicial do contratador é sempre a de angariar recursos para as compras dos animais ou de garantir que haja credores que o façam em seu nome. No caso acima, ele se vale de recursos captados por meio do Registro da Mantiqueira, que, por seu turno, se associam aos adiantamentos contraídos com parceiros comerciais, geralmente, estabelecidos na capitania de São Paulo, tais como o dr. Antônio Fernandes do Vale.

Bruno Aidar, em seu trabalho a respeito do tributo dos meios direitos e seu impacto sobre a conformação de uma elite paulista associada ao comércio de animais, localiza Antônio Fernandes do Vale como procurador na arrematação dos contratos dos meios direitos de Curitiba e de Viamão de 1768<sup>172</sup>. Anos mais tarde, em 1772, o bacharel Fernandes do Vale torna-se sócio de André Pereira de Meireles no contrato dos meios direitos, juntamente com Bernardo Gomes da Costa. Até que, por fim, em 1775, assume ele próprio o contrato em associação a Bernardo Gomes da Costa, comerciante muito importante identificado como residente no Rio de Janeiro<sup>173</sup>. Vale era, portanto, um homem de grande destaque econômico,

---

<sup>171</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 161.

<sup>172</sup> AIDAR, 2018, Op., cit., p. 115.

<sup>173</sup> *Ibidem*, p. 131.

pois como diz Aidar, controlar a cobrança dos meios direitos era um negócio muito lucrativo<sup>174</sup>,mas, também, social:

Vale possuía relação de parentesco com Manuel Antônio de Araújo, pois este foi casado em primeiro matrimônio com Ana Maria Clara de Macedo, filha da cunhada de Vale [...] ademais, quando o importante contratador João Rodrigues de Macedo, primo de Manuel Antônio de Araújo e Manuel de Araújo Gomes, adquiriu o contrato das entradas de Minas em 1776 e 1781, escolheu Vale para administrador do contrato na fronteira com São Paulo<sup>175</sup>.

O convite ao qual Aidar faz referência, foi recusado, como o próprio autor diz no artigo. Macedo, em carta de abril de 1776, discute a recusa de Vale e acata sua sugestão para ocupação do cargo vacante, demonstrando considerar muito sua amizade.

[...] porém é certo que, como eu fiz conceito da pessoa do sr. Dr. Antônio Fernandes do Vale, que devo instar com ele, assim como no seu favor. E como vm. me diz que na pessoa do sr. José Vaz de Carvalho se encontram os requisitos necessários para se lhe entregar a administração, eu o aprovo e rogo a vm. lhe confira todas as ordens que a vm. remeti. E quanto a como se entra, quero que vm. seja que lhe estipule, porque tudo o que vm. determinar eu desde já aprovo, isto porque nada quero que não seja debaixo do seu favor<sup>176</sup>.

Embora o nome de José Vaz de Carvalho tenha sido aceito pelo contratador, este parece não ter ficado todo o tempo em que Macedo deteve a arrematação no cargo. Em agosto de 1779, em outra carta onde fica claro a relação mais próxima entre Vale e Macedo, quando o remetente, por exemplo, lamenta não poder ir pessoalmente a São Paulo visitar o destinatário, Macedo diz que seu primo – Domingos José Gomes – vai àquela capitania na intenção de encontrar quem queira assumir a administração do contrato das Entradas naquela região, pelo que agradece a Fernandes do Vale por estar desempenhando esse cargo, pelo visto, provisoriamente.

[...] vai em meu lugar meu primo, e criado de vm., Domingos José Gomes, a quem vm. me fará mercê entregar todas as clarezas e mais pertences do Contrato das Entradas dessa repartição, pois vai com o destino de fazer entrega a algum sujeito, que queira tomar conta da administração, visto não haver até agora quem o quisesse fazer, ficando eu sempre obrigadíssimo a vm. e também pronto para o servir em tudo o que for de lhe dar gosto<sup>177</sup>.

Além dessas informações, foi possível localizar que Fernandes do Vale se formara bacharel na Universidade de Coimbra<sup>178</sup> e que, apesar de ter declinado ao convite de

<sup>174</sup> AIDAR, 2018, Op. cit., p. 109

<sup>175</sup> *Ibidem*, pp. 118 e 119.

<sup>176</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 99.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 262.

<sup>178</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) /SÃO PAULO/ Requerimento (Cópia do) que acompanhou a representação anterior, a qual se lhe refere, feita pelos moradores, mineiros, “faiscadores” e mais

administrador em nome de Macedo, já havia atuado nesse cargo, como comprova carta de fevereiro de 1772 e endereçada de São Paulo, quando é tratado como administrador do contrato das entradas<sup>179</sup>. Em abril de 1776, por fim, localizou-se uma resposta a um requerimento do dito, solicitando a mercê do Hábito de Cristo, em retribuição a sua atuação no combate do extravio de ouro na capitania de Minas Gerais enquanto fora morador no Carijós. Na data do requerimento, janeiro de 1758, este já aparecia como residente na cidade de São Paulo, e consta, ainda, que teria sido responsável pela fundição e pagamento do Quinto de “dez arrobas, trinta e sete marcos, dez onças, três oitavas e trinta e seis grãos de ouro”<sup>180</sup>. O fato de Antônio Fernandes do Vale ter obtido o Hábito de Cristo, por si só, já demonstra sua proeminência social. Tratava-se de uma das mais cobiçadas e rigorosas ordens portuguesas, e, para obtê-la, por exemplo, era exigida uma comprovada limpeza de sangue. Como descreve Aldair Carlos Rodrigues<sup>181</sup>, era pré-condição para a sua obtenção, também, a prestação de serviços à Coroa, que parece ter sido a justificativa no caso de Fernandes do Vale.

Tiago Gil, sobre Fernandes do Vale, discute um requerimento enviado à Lisboa em 1778 por aqueles indivíduos que se dedicavam ao comércio de animais no caminho das tropas e que se sentiam lesados com as práticas do contratador. Denunciavam, por exemplo, a cobrança de juros sobre os impostos devidos – algo que, segundo os autores do requerimento, não era cobrado por outros contratadores – ou seu envolvimento nessa atividade comercial em prejuízo dos seus concorrentes, principalmente dos menores, pois costumava passar seus animais sem contrapartida fiscal<sup>182</sup>. Ademais, Fernandes do Vale ainda era aparentado<sup>183</sup> e parceiro comercial de outra figura muito importante para os negócios de muares de Macedo, o fiador José Vaz de Carvalho, indicado por ele para ao cargo de administrador do contrato das Entradas, ao declinar do convite de Macedo. Como ficará cada vez mais claro, esses homens a quem Macedo costuma recorrer em busca de ajuda financeira estavam intimamente ligados.

---

povo de (São Paulo) à Câmara, para esta o apresentar ao (governador); São Paulo, 27 de fevereiro de 1772 [cx. 28, doc. 2583].

<sup>179</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) /SÃO PAULO/ Requerimento (Cópia do) que acompanhou a representação anterior, a qual se lhe refere, feita pelos moradores, mineiros, “faiscadores” e mais povo de (São Paulo) à Câmara, para esta o apresentar ao (governador); São Paulo, 27 de fevereiro de 1772 [cx. 28, doc. 2583].

<sup>180</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) /SÃO PAULO/ Requerimento de Antônio Fernandes do Vale, morador da cidade de São Paulo, ao rei [D. José I] solicitando a mercê do Hábito de Cristo, com a devida tença, como prêmio que havia sido prometido a quem evitasse o extravio do ouro, fundindo-o e quintando-o devidamente, como fizera o signatário em Vila Rica, quando era morador no Carijós. São Paulo, 19 de abril de 1766 [cx. 5, doc. 326].

<sup>181</sup> ROGRIGUES, Aldair Carlos. Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social (Minas Gerais no séc. XVIII). In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos do Antigo Regime. 2011. p. 1-20., pp. 11 e 12.

<sup>182</sup> GIL, 2009, Op. cit., pp. 148 a 152

<sup>183</sup> *Ibidem*, p. 306

Seguindo na análise das cartas, um mês após a primeira sequência de cartas, em julho de 1777, Macedo volta a buscar recursos – aparentemente do seu próprio contrato das Entradas – dessa vez, para financiar a ida de José Teixeira Ferrás à São Paulo para negociar animais. Seria, portanto, a segunda tropa registrada em suas cartas. Remete correspondência ao mesmo administrador do Registro da Mantiqueira, pedindo 300 mil réis<sup>184</sup> e ao capitão Brás Alves Antunes, cobrador do contrato das entradas e residente em São João Del Rei, pede 500 mil réis para o mesmo fim. Simultaneamente, escreve ao dr. Antônio Fernandes do Vale, pedindo a mesma intercessão financeira do caso anterior: “José Teixeira Ferrás, portador desta, vai a essa fazer seu negócio em bestas, e como leva pouco dinheiro porque vendeu fiadas as que trouxe da outra viagem, dirá também alguma dúvida que se lhe oferecer”<sup>185</sup> Essa questão da demora para se retomar o investimento é outro ponto que parece ser intrínseco a esse mercado. Tiago Gil aponta para a possibilidade de se levar mais de dois anos entre o processo de venda dos animais e do recebimento dos valores<sup>186</sup>.

Como já reiterado ao longo deste trabalho, é difícil fazer a associação direta entre as tropas descritas textualmente, sejam na introdução do livro estudado, sejam nas cartas escritas por Macedo, com os animais cujas vendas foram analisadas no capítulo anterior. Da mesma forma, isso ocorre nesse caso dos negócios a se realizarem por José Teixeira Ferrás em São Paulo, uma vez que não é óbvio pela leitura do documento se as bestas são compradas em nome de Macedo ou se o contratador faz apenas a mediação entre Ferrás e Fernandes do vale para a obtenção de financiamento. Em outras palavras, não é possível afirmar se esses animais pertencem a Macedo ou se pertencem a José Teixeira Ferrás, embora pareça que o último estivesse sendo enviado para comprar animais em nome do contratador, como no caso de Antônio Teixeira Pena. Se observarmos o levantamento feito por Marcondes e Suprinyak, estes localizam cinco tropas passadas pelo Registro de Sorocaba em nome de Macedo entre o final da década de 1770 e o começo da seguinte, e nenhuma delas é conduzida por José Teixeira Ferrás<sup>187</sup>.

Essa dúvida é reforçada por casos como o de uma carta em que Macedo escreve ao dr. Antônio Fernandes do Vale, ainda em julho de 1777, pedindo a ele que abone as compras de bestas fiadas que seu compadre, Domingos José Pires, por ventura venha a fazer em São Paulo<sup>188</sup>. O mesmo ocorre, logo mais à frente, em outubro de 1777, quando surge um novo

---

<sup>184</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 170.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>186</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 159.

<sup>187</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, Op. cit. p. 63

<sup>188</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 167.

nome indo a São Paulo comprar bestas. Trata-se de João Cordeiro de Morais, que, segundo a carta, “já tem ido a essa cidade várias vezes ao mesmo negócio” e precisa que o mesmo Antônio Fernandes do Vale abone algum gasto que esse venha a ter, além dos 500 mil réis que leva consigo<sup>189</sup>. Não fica claro, também nesse último caso, se essas bestas seriam compradas em nome do contratador ou se o dito Cordeiro de Morais é um parceiro de negócios que é ajudado por Macedo.

Outra carta, logo a seguir, nesse mesmo sentido, indica que Macedo não detinha o monopólio da venda de bestas muares e equinos na capitania de Minas Gerais, embora fosse um grande negociante. Em envio a João Carlos da Silva, no Tejuco, o contratador faz um relato de uma entrada de tropas na capitania em nome de outro negociante:

O cobrador do Rio das Mortes me pede avise a vm. para que saiba nessa Comarca se está Antônio Pires Madeira, que entrou para estas Minas, julgo, com bestas ou cavalos, pelo Registro de Jaguari, vindo de São Paulo, o qual deve 330 mil, como também por um abono de 6 mil. Caso vm. o ache fará segurança para pagamento da dita quantia [...] <sup>190</sup>.

Embora o capítulo anterior demonstre a grande capacidade de atuação de Macedo nesse comércio, sobre uma certa flexibilidade desse mercado, Tiago Gil destaca:

O negócio de animais não era manipulado por um grupo especializado ou controlado por algum monopólio. Era uma possibilidade mercantil aberta, disponível não apenas a membros salientes de uma elite local, mas estava igualmente no quadro de possibilidades de uma grande quantidade de pessoas que tinham condições de conseguir algum recurso ou empréstimo<sup>191</sup>.

Assim como o caso anterior, há outros que demonstram a inserção de mais comerciantes no negócio de bestas em Minas Gerais, embora não se tenha podido buscar informações adicionais sobre eles além do que está relatado em sua correspondência. Uma das ocorrências chama a atenção pelo fato de o contratador, de certo modo, facilitar a cobrança de impostos devidos por uma tropa de animais que passaria pelo Registro de Sete Lagoas, em nome de Agostinho Ferreira, em novembro de 1778, como se lê: “Pede-me lhe dar alguns livres, e assim, no caso de entrarem, se lhe dê de cada dez dois livres; bem entendido que os dois livres não são para os que vêm carregados, porque esses pagam as cargas; são só para os que vêm soltos”<sup>192</sup>. O mesmo ocorre, já em outubro de 1779, quando Macedo solicita ao administrador do Registro

<sup>189</sup> OLIVEIRA, 1981, Op. cit., 1º vol., p. 183.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 226.

<sup>191</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 56.

<sup>192</sup> OLIVEIRA, 1981, Op. cit., 1º vol., p. 247.

da Mantiqueira que deixe passar alguns comerciantes que vão a São Paulo negociar bestas. Não é dito a quem pertenceriam os animais negociados, embora, pareça que se tratem de transações realizadas independentemente do contratador<sup>193</sup>.

Um terceiro condutor de tropas é referido, em setembro de 1778, pouco mais de um ano depois da ida de José Teixeira Ferrás a São Paulo. Dessa vez, como no caso das tropas conduzidas por Antônio Teixeira Pena, se tem a certeza de que se tratam de negócios feitos em nome do contratador, pois diz que está para chegar ao Registro da Mantiqueira – para cujo administrador destina a carta – uma tropa de bestas muares, conduzidas por Inácio Alves, que diz serem de sua conta<sup>194</sup>. Ademais, diz que Francisco da Rocha e Sousa, um dos principais vendedores de animais registrados no livro estudado, é quem vai à Mantiqueira para encontrar e, provavelmente, se responsabilizar pela tropa dali em diante. A carta, ademais, não apresenta nenhuma informação adicional sobre a tropa além do nome do condutor responsável. O nome de Inácio Alves também não está presente no levantamento feito por Marcondes e Suprinyak dos condutores de tropas de Macedo<sup>195</sup>. Pode ser que essa tropa estivesse registrada como sendo de responsabilidade de outro condutor, por exemplo.

A confirmação do papel preciso de Francisco da Rocha e Sousa vem, logo em seguida, em correspondência ao próprio Inácio Alves da Mota, ao instruí-lo a seguir todas as ordens que der o dito Rocha a partir da Mantiqueira. Essa região, como se indicou no capítulo anterior, era nevrálgica para a atividade comercial de bestas muares e cavalos, por ser uma das ligações mais usuais entre a capitania de São Paulo e a de Minas Gerais. A correspondência de Macedo cita a região com frequência, onde é possível comprovar, por exemplo, que os animais vindos de São Paulo permaneciam estacionados por ali, por exemplo, para se recuperarem da viagem e engordarem para posterior revenda na capitania. Ainda na carta a Inácio Alves da Mota, Macedo solicita que ao se encontrar com Francisco da Rocha e Souza, deve “apartar 200 cavalos dos melhores e mais gordos para entrarem já, que são precisos, e os mais hão de ficar aonde houver melhor pasto para se nutrirem bem”<sup>196</sup>.

Fica implícito, portanto, que o papel de Alves da Mota, para com essa tropa, pelo menos, se encerra ao chegar com os animais na região mineira da Mantiqueira, onde Rocha e Sousa deveria assumir os cuidados da tropa. Ademais, chama muito a atenção o número de cavalos solicitados com urgência pelo contratador, o que equivale a pouco mais da metade de todos os

---

<sup>193</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 268.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>195</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, Op. cit., p. 63

<sup>196</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 232.

cavalos constantes nos lançamentos diários. Essa informação, também, contrasta com a distribuição temporal dos cavalos nos lançamentos diário, conforme mostra a tabela 5. No ano de 1778, por exemplo, consta apenas um cavalo negociado, enquanto, no ano de 1781, concentra-se o maior montante negociado, 235 unidades. Portanto, caso haja correlação direta entre a tropa relatada na sua correspondência e o livro de conta corrente estudado, esses 200 cavalos solicitados por Macedo só poderiam ter sido registrados no livro mais de dois anos após a data de envio.

Embora Francisco da Rocha e Sousa estivesse a caminho da Mantiqueira para assumir a tropa trazida por Inácio Alves da Mota, quem, de fato, iria ditar as ordens dali em diante seria outro enviado de Macedo. Dessa vez, o maior vendedor de animais registrado no livro de conta corrente, responsável pela venda de mais de 1200 animais, só dentre os animais válidos e vendidos a prazo. Trata-se de Lourenço da Costa Cambiacho, a quem Macedo escreve, oito dias depois da carta anterior, dando instruções mais precisas sobre o que se devia prosseguir à chegada da tropa.

[...] a qual tropa vm. verá o estado em que está, e o dito (Inácio Alves da Mota) dará a vm. conta de tudo quanto tem passado; e se ainda estiver na Mantiqueira abaixo, em paragem que haja pasto bom, vm. deixará ficar até segunda ordem minha; e trará somente 200 animais daqueles que já tiverem em termos de se venderem; e seguirá vm. em direitura para esta; e se estiverem para dentro do Registro e estejam bons, venham todos; e quando não venham só os ditos 200, os mais se arrumarão em pasto bom que a vm. lhe parecer mais conveniente; e o que quero é que vm. venha logo dar parte de tudo, para eu determinar o que me parecer; e obrará vm. como carecesse<sup>197</sup>.

O documento acima, diferentemente da carta enviada ao condutor da tropa, não especifica que se trate de 200 cavalos, mas diz apenas 200 animais. Essa informação reforça a hipótese que se tem defendido nessa pesquisa desde o primeiro capítulo: a de que não havia um padrão claro quanto aos termos que se utilizavam para tratar a cada tipo de animal. Se essa interpretação for admitida como verdadeira, isto é, a de que o contratador solicitou 200 animais muares e não 200 cavalos, como dito antes, não haveria incongruência temporal com os dados levantados no livro de conta corrente.

Com base nessa última carta, ainda, é possível pensar que Lourenço Cambiacho fosse o nome de maior confiança do contratador nessa atividade, já que lhe confere as maiores responsabilidades e autoridade, além de ser o maior comissário identificado no livro de conta corrente. Entretanto, essa sua grande importância enquanto parceiro comercial de Macedo é acompanhada, proporcionalmente, por uma carência enorme de informações sobre sua vida

---

<sup>197</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 232.

peçoal, social e econômica. A consulta de seu nome em diversos arquivos, não surtiu em resultado algum de relevância para a pesquisa. Só se pôde localizar seu papel como cobrador de dízimos em nome de Macedo em 1785<sup>198</sup>.

Três meses após a primeira carta a respeito da tropa vinda de São Paulo sob a condução de Inácio Alves da Mota, em dezembro de 1778, Macedo volta a se referir a uma tropa de “cavalos e bestas muares” que estariam chegando de São Paulo sob a condução do mesmo Alves da Mota. É bem provável, que por se tratar de um intervalo de tempo tão curto, se estivesse falando da mesma tropa citada alguns meses antes.

Vai vm. encontrar-se pelo Caminho da Mantiqueira em Inácio Alves da Mota, condutor de uma tropa de cavalos e bestas muares que traz de minha conta, a qual vm. verá e tomará conta dela e fará conduzir para esta com o cuidado e brevidade possível, deixando-a antes de chegar a esta, no pasto que julgar melhor [...] <sup>199</sup>.

Simultaneamente, Macedo escreve ao administrador do Registro da Mantiqueira, Custódio Manuel Teixeira, informando da ida de Rocha e Sousa para região, e pedindo a ele que satisfaça todas as necessidades que esse possa vir a ter, repetindo o padrão de contrair financiamento dos Registros par auxiliar nas despesas das tropas,

O portador desta é o sr. Francisco da Rocha e Souza, o qual vai encontrar-se com uma tropa de bestas muares e cavalos que vem conduzindo para esta Inácio Alves da Mota; e como poderá carecer de algum dinheiro, vm. lhe entregará tudo o que ele pedir, que eu prontamente o levarei em conta <sup>200</sup>.

Essa pode ser, portanto, a segunda tropa de Macedo descrita no seu conjunto de cartas, partindo do pressuposto de que as últimas duas cartas se referem a mesma tropa descrita três meses antes de que os outros nomes citados como negociantes de muares não o façam em nome do contratador.

Há, logo após esse último relato, um longo hiato temporal na correspondência ativa do contratador a respeito das tropas. Uma nova carta sobre o tema só aparece em agosto de 1779, oito meses após a anterior, encaminhada a uma outra essencial figura desse comércio, o capitão Manuel Antônio de Araújo. No envio, o destinatário surge num papel equivalente ao do dr. Antônio Fernandes do Vale, como credor e financiador dos negócios de Macedo na capitania de São Paulo. A carta foi escrita por ordem de um outro primo do contratador, Domingos José

<sup>198</sup> ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO/ COLEÇÃO CASA DOS CONTOS/ Lista da entrada de animais para cobrança dos dízimos por Lourenço da costa Cambiacho pela conta de João Rodrigues de Macedo. Vila rica, 10 de fevereiro de 1785 [cx. 19 – 10394].

<sup>199</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 249.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 249.

Gomes, por motivo de Macedo estar fora de Vila Rica, solicitando ao destinatário que satisfaça as necessidades gerais e financeiras da tropa de muares, conduzida por José Gonçalves Nogueira, que está para chegar em São Paulo, vinda de Viamão sob ordem do contratador<sup>201</sup>.

Essa é aparentemente a terceira tropa explicitamente de João Rodrigues de Macedo demonstrada em sua correspondência. Nesse caso, o condutor é apontado por Marcondes e Suprinyak, como responsável por uma tropa de “884 muares, 60 cavalares e 5 vacuns”, passada por Sorocaba em fevereiro de 1780<sup>202</sup>. O conteúdo da carta comprova que Macedo negociava animais diretamente com os maiores produtores de muares da colônia, aqueles instalados na região de Viamão, na capitania do Rio Grande de São Pedro. Ademais, revela mais um credor e homem de confiança do contratador na capitania de São Paulo.

A leitura da correspondência de Macedo não deixa dúvidas de que o apoio de credores e fiadores era prática corrente na forma do contratador realizar seus negócios. Assim como o dr. Antônio Fernandes do Vale, o capitão Manuel Antônio de Araújo também era um homem destacado na sociedade paulista e, juntamente com seu irmão, constituíam polo econômico importante do centro-sul colonial. Segundo Aidar, ele teria nascido no reino, especificamente na Freguesia de Braga, e atuara em São Paulo como um ponto de apoio para os negócios do seu citado irmão. Teria, ainda, trabalhado como condutor de tropas de seu irmão em direção às Minas por duas décadas, além de ter se tornado capitão do regimento de cavalaria auxiliar de São Paulo. Segundo dados apresentados por Aidar, seu patrimônio em 1798, estava avaliado em 17:549\$392 réis e mais outras propriedades. Contava, ainda, com mais “31 escravos, imóveis urbanos, sítio em Juqueri, três sesmarias para criação de gado em Lages, Itapetininga e entre o rio Piracicaba e os morros de Araraquara”<sup>203</sup>.

Seu irmão, por sua vez, era um “negociante minhoto estabelecido no Rio de Janeiro”<sup>204</sup>, que se envolvera em negócios fora da capitania fluminense, incluindo em São Paulo e no sul da América portuguesa. Ao desembarcar do reino, começou a atuar como caixeiro no Rio de Janeiro e, posteriormente, mudou-se para Rio Grande, onde teve uma loja. No sul da colônia, trabalhou também como caixeiro e foi administrador do Registro de Viamão em 1752, ademais de ter sido um dos testamenteiros de Cristóvão Pereira de Abreu, o primeiro detentor dos meios direitos de Curitiba, modalidade de imposto importantíssima no negócio de animais de carga e tração, como já dito. Recebeu, ainda, sesmarias na região do Rio Grande de São Pedro, onde

---

<sup>201</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 258.

<sup>202</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 63.

<sup>203</sup> AIDAR, 2018, Op., cit., p. 118.

<sup>204</sup> *Ibidem*, p. 116.

possuiu criação de gado vacum, cavalari e muar, e, de acordo com seu processo de habilitação da Ordem de Cristo, atuou no transporte de cavaladuras para as minas. Por fim, segundo Aidar, Manuel de Araújo Gomes teria voltado a residir no Rio de Janeiro antes de 1769, e, mais à frente, seria identificado como cavaleiro da importante Ordem de Cristo<sup>205</sup>.

Ainda segundo Aidar, para além do parentesco entre os irmãos capitães e o contratador, afirma que Manuel Antônio de Araújo e o dr. Antônio Fernandes do Vale eram aparentados por meio de seus casamentos, ambos com mulheres de uma destacada família paulista desse tempo, os Gaspar de Matos<sup>206</sup>. Logo, como se vê, esses nomes estavam todos relacionados entre si para além dos compromissos creditícios relatados nas cartas. No caso do capitão Manuel Antônio de Araújo, este financiara obrigações fiscais do Registro de Sorocaba em nome do contratador<sup>207</sup>, como aponta a carta remetida por Domingos José Gomes, mas, também, apoiou os negócios do contratador no Registro de Curitiba, como se lê na carta remetida por Macedo a ele, em janeiro de 1780.

Estimarei o favor que nos tem feito de afiançar os direitos do Registro de Curitiba ao C. M. Miguel de Oliveira Cardoso, pelo que lhe estamos obrigadíssimos e estaremos prontos no pagamento do dito abono, assim como também do que pertence a vm. e juntamente das assistências no Registro; e juntamente agradecemos a vm. a boa prevenção que tem posto no Registro de Sorocaba para que as tropas não tenham embaraço algum<sup>208</sup>.

No mesmo sentido, em carta de junho de 1780, Macedo agradece as fianças do capitão, dessa vez, citando, explicitamente, o pagamento dos meios direitos à Casa Doadada.

Tenho recebido as de vm. nas quais me participa o muito que tem feito a meu bem, feito não só nas assistências da minha tropa, como na fiança dos meios direitos da Casa Doadada, e de tudo fico a vm. mil vezes agradecido e, também, pronto para quanto do serviço de vm<sup>209</sup>.

Esses nomes, portanto, compõem o núcleo relacional de Macedo nesse mercado, que se denomina aqui de paulista – embora nem todos o sejam – e que constituem o grupo de sustentação financeira fundamental do contratador. Como se verá, ainda nessa seção, esses nomes reaparecem numerosas vezes, sempre como emprestadores de dinheiro ou como fiadores de tributos e de negociações a prazo.

---

<sup>205</sup> AIDAR, 2018, Op. cit., p. 116 e 117.

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>208</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 308.

<sup>209</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 43.

Retomando os relatos de tropas, em janeiro de 1780, o contratador escreve ao administrador do Registro da Mantiqueira, Custódio Manuel Teixeira, ansioso por informações a respeito dos animais que aguardava vir de São Paulo. É bem provável que essa tropa seja a que conduz José Gonçalves Nogueira, desde Viamão, e que foi referida, pela primeira vez, em carta ao capitão Manuel Antônio de Araújo, cerca de cinco meses antes desta. Nova menção à tropa só reaparece em maio de 1780, quatro meses após essa última, dessa vez dando conta de sua aproximação à capitania de Minas Gerais. Ao desembargador residente no Rio de Janeiro, Joaquim José Freire de Andrade, Macedo dá conta: “A sua parelha de bestas há de ir com brevidade, pois estão a chegar à Borda do Campo as minhas tropas; e eu vou em qualquer destes dias e as farei recolher e remeter”<sup>210</sup>.

A citada tropa vinda de Viamão, entretanto, parece só chegar a Sorocaba em junho de 1780, isto é, quase um ano após a primeira menção a ela. Ao dr. José Vaz de Carvalho, o referido administrador das Entradas naquela região, por ocasião de sua retirada do cargo, Macedo escreve agradecendo os seus serviços e solicitando o adiantamento dos “meios direitos da Casa Doadada e mais alguma assistência que for preciso”<sup>211</sup>. É a primeira vez que o nome de José Vaz de Carvalho aparece como credor dos negócios do contratador. A ele, Macedo garante, também, o pagamento breve de todas as despesas que a tropa conduzida por Francisco da Rocha e Sousa e por João de Campos Evangelista possam demandar em adiantamentos. Sobre o recurso para a satisfação dessas necessidades, não fica claro se deveria vir do próprio contrato das Entradas, o qual era administrado – aparentemente – pelo destinatário, ou se se tratariam de recursos particulares do dito, embora a tom do documento sugira que os recursos seriam particulares. O texto, por fim, diz que a primeira ponta<sup>212</sup> da tropa está chegando à Sorocaba, demonstrando o grande número de animais que estariam sendo deslocados<sup>213</sup>.

No dia seguinte do envio a José Vaz de Carvalho, dessa vez endereçada ao capitão Manuel Antônio de Araújo, Macedo escreve dando conta de que as letras contraídas por José Gonçalves Nogueira – referido como condutor da tropa vinda de Viamão, ainda em agosto de 1779 – serão pagas por meio do portador da carta, João de Campos Evangelista. O que chama mais a atenção, entretanto, é que o dito condutor é referido como defunto, ou seja, teria falecido

---

<sup>210</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 30.

<sup>211</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>212</sup> Conforme explica Petrone, as tropas de animais em deslocamento eram organizadas em grupos de variados tamanhos denominados de “pontas”. De acordo com os registros do Novo Imposto levantados pela autora, essas pontas podiam conter de algumas unidades a centenas de animais (PETRONE, Op. cit., p. 67).

<sup>213</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 48.

nesse intervalo de tempo, provavelmente por volta de março de 1780<sup>214</sup>. Aqui, cria-se um dilema, pois nessa carta surge o nome de Francisco da Rocha e Sousa como condutor da tropa, indicando duas possibilidades: ou que após o falecimento do primeiro condutor, em março de 1780, este teria assumido a mesma tropa, ainda em trânsito, ou que essa última seria, na verdade, uma outra tropa. Como se verá mais à frente, é mais provável que se tratem de duas tropas distintas, embora acerca da conduzida pelo falecido condutor, nada mais se saiba.

Ademais, o contratador se desculpa junto ao capitão pelo que chama de demora no envio dos recursos para o pagamento de outras obrigações e despesas satisfeitas no passado por ele, por recomendação de seu irmão, o capitão Manuel de Araújo Gomes: “[...] lhe rogo me perdoe a falta que té agora nesta parte tem havido; e espero que vm. me continue a mesma graça”<sup>215</sup>. Talvez como forma de demonstrar seu esforço para honrar seus compromissos, o contratador afirma que o portador da carta está levando recursos para satisfazer o imposto dos meios direitos relativo a nova tropa que está chegando, de modo que, dessa vez, o capitão não o precise fazer<sup>216</sup>. Macedo, portanto, parece buscar um equilíbrio entre seus credores, fazendo uma espécie de rodízio entre eles.

No mesmo sentido da carta anterior, o contratador se desculpa com Francisco Rodrigues de Macedo, também residente em São Paulo, pelos atrasos dos pagamentos dos créditos devidos, inclusive pelos contraídos pelo falecido José Gonçalves Nogueira: “Agora vai João de Campos Evangelista a remediar estas faltas, para o que leva dinheiro, e a vm. há de inteirar o que lhe restar. E peço-lhe, por quem é, releve esta minha falta, certificando-o de que protesto a não terei em outra qualquer ocasião que se oferecer”<sup>217</sup>.

Os recursos que leva João de Campos Evangelista para pagar os credores de Macedo em São Paulo, são obtidos do próprio contrato das Entradas, ao que tudo indica. Solicita, por exemplo, a Antônio de Souza Teles “ao menos um conto de réis”, justificando que a falta desses pagamentos antigos está prejudicando o prosseguimento da nova tropa, já que os costumeiros credores estão se recusando a fazer os adiantamentos por conta dessas faltas<sup>218</sup>. Da mesma forma, ao cobrador do contrato, o capitão Brás Alves Antunes, escreve pedindo o maior recurso que puder dispor, inclusive, que busque todas as fontes possíveis para tal, caso o contrato não tenha um caixa suficiente, como se lê:

---

<sup>214</sup> BNdigital/ TEIXEIRA, Custódio Manuel. [Carta a Brás Álvares Antunes, informando sobre o falecimento de José Gonçalves Nogueira, condutor das tropas do caixo do contrato de João Rodrigues de Macedo.]. Registro da Mantiqueira: [s.n.], 24 mar. 1780.

<sup>215</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 49.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>217</sup> *Ibidem*, p. 49.

<sup>218</sup> *Ibidem*, p. 51.

Nesta ocasião tenho escrito a vm. o que se me oferecia, e agora sou a rogar-lhe que João de Campos Evangelista leve todo o mais dinheiro que puder, sendo-lhe possível 4 mil cruzados. E caso vm. não o tenha todo da cobrança, pelo que delas tenho disposto, quero merecer ao seu favor a mercê de aprontar esta quantidade indo que peça algum, pois tenho precisão de que o dito Campos leve este dinheiro à diligência a que mando<sup>219</sup>.

Nessas duas últimas cartas, fica muito claro que a falta de numerário parecia ser uma condição constante nos negócios de animais para Macedo. Caso possuísse tal recurso entesourado, era bem possível que, para proteger os interesses de sua tropa estacionada em São Paulo, ele se dispusesse do montante necessário para o prosseguimento da viagem. Mas o que se observa, na verdade, é uma inquietação crescente em busca de dinheiro, como comprova a carta de instruções remetida ao responsável pelo pagamento dos credores, João de Campos Evangelista. O dito partiu em viagem com 2:059\$477 réis dados pelo próprio contratador, e antes de seguir para São Paulo, deveria ir à Borda do Campo pegar, caso lhe fosse dado o prometido ao contratador (ele não diz quem prometera), mais “oito barrinhas de ouro, no valor de 647\$666” réis<sup>220</sup>. Em seguida, deveria ir a São João Del Rei captar mais recursos com o capitão Brás Alves Antunes e, depois, buscar por Custódio Manuel Teixeira para recolher mais recursos. Quando em São Paulo, deveria fazer os seguintes pagamentos:

[...] ao senhor Francisco Roiz de Macedo 370\$000 réis, como consta da carta que leva, ou o que na verdade for, das assistências e novos impostos à tropa do defunto Nogueira; e 148\$000 réis assistidos ao padre José da Silva e Oliveira e seu primo, trazendo conta e recibos, para haver de quem pertence; e juntamente pagará o importe dos direitos da Casa Doada da mesma tropa, de que é fiador o capitão Manuel Antônio de Araújo, e as mais letras de direitos e assistências<sup>221</sup>.

O portador da carta, também, é instruído a negociar com Francisco Rodrigues de Macedo e com o capitão Manuel Antônio de Araújo que, a despeito dos atrasos, permaneçam afiançando os impostos das tropas, ou, em caso de insucesso, recorra ao auxílio do dr. José Vaz de Carvalho, demonstrando seu esforço para que se dê prosseguimento a marcha dos animais o mais rápido possível.

Caso os mesmos senhores não queiram afiançar, vm. pagará à vista até onde chegar o dinheiro; e virá, ou mandará buscar, o que de mais carecer com a maior brevidade possível. E caso ache preço à vista que faça conta, venderá vm. 100 ou 200 bestas, e com o dinheiro desta venda, pagará o que se carecer, de sorte que não fique empatada a tropa<sup>222</sup>.

<sup>219</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., p. 52.

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 53.

Essas últimas cartas revelam novos nomes com os quais Macedo contava com o apoio na capitania de São Paulo. No caso do dr. José Vaz de Carvalho, sabe-se que este atuou como sócio de Francisco Rodrigues de Macedo, na cobrança dos dízimos da capitania de São Paulo, por um triênio, arrematado em junho de 1783<sup>223</sup>. E foi, também, arrematante do contrato das entradas da mesma capitania, a partir de 1786, e dos dízimos, em sociedade com o tenente-coronel Paulino Ayres de Aguirre, igualmente por um triênio. Por sua vez, sobre o capitão Manuel de Oliveira Cardoso, localizou-se que fora nomeado capitão-mor da cidade de São Paulo em 1761<sup>224</sup>, e que atuara como contratador de tributos, pelo menos, em duas ocasiões em que arrematara o direito da cobrança dos dízimos da mesma capitania: um contrato entre 1764 e 1765, e outro entre 1765 e 1766<sup>225</sup>. Portanto, no mesmo caso dos já citados credores e fiadores paulistas ou residentes em São Paulo, estes dois últimos também estão envolvidos em atividades de grande prestígio social e econômico local.

Ainda sobre José Vaz de Carvalho, conforme a análise de Marcondes e Suprinyak sobre a passagem das tropas de Macedo pelo Registro de Sorocaba, este teria sido o fiador das cinco tropas localizadas<sup>226</sup>. Por meio da tese de Tiago Gil, localizou-se que ele havia sucedido, a partir de 1793, Manuel de Araújo Gomes e seus sócios, e Paulino Aires de Aguirre e seu sócio, como arrematante dos meios direitos<sup>227</sup>. O autor aponta o coronel José Vaz como um fiador recorrente de tropas, embora o montante documental localizado seja muito limitado. Segundo Gil, Vaz de Carvalho, enquanto coronel, possuía prerrogativas importantes associadas a essa patente militar que o projetavam a uma posição de destaque nesse mercado de animais<sup>228</sup>. Sua inserção nesse mercado teria se dado por meio de seu casamento com a filha de um importante comerciante de São Paulo, Manuel de Macedo<sup>229</sup>. Observa-se, cada vez melhor, como estavam interligados

---

<sup>223</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO/ Ofício n° 11 do referido governador para o já mencionado ministro dando parte da arrematação dos dízimos da capitania de São Paulo pela Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda a Francisco Rodrigues de Macedo e seus sócios José Vaz de Carvalho, Jerônimo Martins Fernandes e o tenente-coronel de Auxiliares, Paulino Aires de Aguirre, por três anos [cx. 36, doc. 3072].

<sup>224</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO / Requerimento de Manuel de Oliveira Cardoso a (D. José I), pedindo a confirmação da (carta) patente que o nomeara no posto de capitão-mor da cidade de São Paulo, vago por falecimento de Manuel Gomes (sic) de Almeida. 17 de setembro de 1761. [cx. 22, doc. 2153]

<sup>225</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO / Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José Honório de Valadares e Aboim para (D. José I) dizendo que remete a relação dos rendimentos dos contratos da capitania, não só os que foram arrematados, mas também o que foram administrados pela Fazenda Real, começando em 1762, conforme a ordem de 7 de abril de 1769. São Paulo, 8 de julho de 1770 [cx. 27, doc. 2562].

<sup>226</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 63.

<sup>227</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 96.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 249.

todos esses credores e fiadores de Macedo. Quando não apenas por laços comerciais, também de parentesco.

De volta à correspondência de Macedo, outras duas informações dessa última carta a Evangelista merecem atenção especial. Primeiramente, no que toca a figura do falecido condutor José Gonçalves Nogueira, o conteúdo dessa carta sugere a interpretação que se apontou anteriormente de que, desde a citação de tropas vindas de Viamão, em agosto de 1779, até o momento da última carta, junho de 1780, o contratador estivesse se referindo a duas tropas distintas: uma primeira, conduzida pelo falecido José Gonçalves Nogueira, sobre a qual nada se sabe e uma outra que vinha sendo conduzida por Francisco da Rocha e Sousa e sobre a qual essas últimas cartas se referem. Isso, pois o documento indica que Evangelista estaria sendo enviado a São Paulo para quitar dívidas relativas a tropa conduzida pelo falecido José Gonçalves Nogueira, na mesma data em que Macedo escrevera ao capitão Manuel de Oliveira Cardoso, por exemplo, informando da chegada à Sorocaba dos animais trazidos por Francisco da Rocha e Sousa<sup>230</sup>.

Em outra carta destinada a Francisco da Rocha e Sousa e escrita no mesmo dia da carta com instruções a Evangelista, cita, mais uma vez, as dívidas em impostos contraídos pela passagem do falecido com uma tropa, que, inclusive, precisavam ser pagas com prioridade para permitir a passagem da nova tropa<sup>231</sup>, demonstrado que o falecido teria passado imediatamente antes da tropa que se aproxima. Desse modo, passa-se a admitir que a tropa atribuída ao falecido em meados de 1779 teria tido sua passagem por Sorocaba confirmada, embora não se saiba nada sobre ela a partir de então. E que a tropa conduzida por Rocha e Sousa, também, desde Viamão, seria uma outra posterior a de José Gonçalves Nogueira, conforme confirma o levantamento de Marcondes e Suprinyak<sup>232</sup>.

A segunda informação importante da carta com instruções para Evangelista, é sobre um provável local de alocação dos animais chegados às Minas chamado Favacho. Antes de seguir rumo ao encontro da tropa vinda de Viamão e dos credores e fiadores em São Paulo, que aguardavam por seus pagamentos, o contratador solicita ao portador da carta que, do Favacho, enviasse à Vila Rica “100 bestas as mais gordas”<sup>233</sup>. Sobre esse espaço, localizou-se apenas que

---

<sup>230</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol, Op. cit., p. 53.

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>232</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 63.

<sup>233</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 53.

Favacho seria o nome de uma fazenda às margens de um ribeirão de mesmo nome, em território do atual município de Cruzília no estado de Minas Gerais<sup>234</sup>.

Quanto à nova tropa vinda de Viamão, é dada a informação de que estaria sendo conduzida não só por Francisco da Rocha e Sousa, mas também, por José Joaquim de Oliveira. Na verdade, os dois conduzem as “pontas” das tropas, ou seja, um vai à frente, conduzindo os primeiros animais da tropa e o outro vai no final, conduzindo os últimos, como se lê: “me chegou carta do Rocha, de Curitiba, e de José Joaquim de Oliveira, de Sorocaba, onde está já a primeira ponta de 300 bestas”<sup>235</sup>.

A chegada dos animais à capitania de São Paulo, mais especificamente à Vila de Sorocaba, deixa claro um agravamento das relações de Macedo com parte de seus costumeiros credores e fiadores em decorrência dos atrasos nos pagamentos devidos, como já tem narrado o contratador. Por isso, os apelos por auxílio financeiro em São Paulo se intensificam nas cartas que se seguem, inclusive com o surgimento de novos possíveis emprestadores.

O contratador escreve ao condutor principal, Francisco da Rocha e Sousa, dando conta do envio dos recursos necessários à quitação definitiva do imposto dos meios direitos devido pela tropa anterior – do condutor falecido – na esperança de que isso pudesse reverter a deterioração da boa vontade de parte de seus credores, “pois se me ressinto às fianças em São Paulo, e como não quero a tropa parada, mando dinheiro para se pagarem os meios direitos da Casa Doadada da que conduziu José Gonçalves Nogueira, e parecendo-me se facilitará tudo”<sup>236</sup>. Entretanto, parecia já ser tarde para alguns de seus credores, como narra em envio ao seu primo Domingos José Gomes, no Rio de Janeiro. Afirma que o capitão Manuel de Araújo Gomes – irmão do capitão Manuel Antônio de Araújo e quem ordenara a liberação do crédito na ocasião anterior – se recusa a adiantar a obrigação dos meios direitos com a Casa Doadada e, do mesmo modo, Francisco Rodrigues de Macedo, se nega a se comprometer com novas obrigações tributárias em favor do contratador<sup>237</sup>.

Ainda que, pelo menos esses dois últimos credores não quisessem mais se comprometer com negócios do contratador, não foi por falta de empenho que os pagamentos não aconteciam. Por exemplo, ainda em junho de 1780, dias após a carta narrando a recusa dos fiadores, Macedo solicita, novamente, a Antônio de Souza Teles, que envie os recursos que pedira, pois eram muito urgentes esses pagamentos. O contratador cita os nomes de Francisco Rodrigues de

---

<sup>234</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Carta topográfica: folha Minduri, Rio de Janeiro, 1975. Não paginado. Escala 1:50.000. Localização: 21° 40' 33.431" S 44° 44' 12.088" W.

<sup>235</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 56.

<sup>236</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>237</sup> *Ibidem*, p. 56.

Macedo, do capitão Manuel Antônio de Araújo – que emprestara por solicitação de seu irmão, o capitão Manuel de Araújo Gomes – e do dr. José Vaz de Carvalho, ordenando que fosse enviado à São Paulo “ao menos 1:000\$000 réis, ou tudo o mais que pudesse”<sup>238</sup>. Na carta, o contratador, também, reclama dos baixos rendimentos do contrato das Entradas, fundamentalmente, pelo que chama de negligência de seus administradores no controle dos caminhos<sup>239</sup>

Macedo, portanto, precisou recorrer a outros homens de negócios para adiantarem os recursos necessários aos pagamentos das necessidades gerais da tropa que já começara a chegar em São Paulo. Ao capitão Manuel Álvares de Castro, o contratador prometeu que todas as dívidas contraídas com a satisfação da tropa seriam pagas do Rio de Janeiro – provavelmente por seu primo Domingos José Gomes – com prioridade<sup>240</sup>.

[...] sou a rogar a vm. que, por me fazer mercê, assista com tudo quanto precisar a minha tropa, conduzida por Francisco da Rocha e Souza, de Viamão, que pelos avisos que tenho já aí se acha a primeira partida, pelo que mando a esta João de Campos Evangelista, o qual, ou o mesmo Francisco da Rocha e Souza, passarão as letras para o Rio de Janeiro, ou as clarezas que vm. determinar, na certeza de que com prontidão há de vm. ser embolsado com a maior brevidade do que fiz em outras coisas que vm. me tem feito favor<sup>241</sup>.

O contratador, mesmo em atraso, escreve ao capitão Manuel de Araújo Gomes, o qual era representado em São Paulo por seu irmão o capitão Manuel Antônio de Araújo, em um tom de desaprovação por sua recente recusa em afiançar os direitos da Casa Doadada. Macedo afirma que já estava combinada a fiança de sua tropa antes da chegada dela à São Paulo e que, repentinamente, o irmão do destinatário informou a ele que não o faria. Diz, ainda, que na falta de tempo para se encontrarem recursos e enviá-los a São Paulo, apelou ao irmão do destinatário pelo adiantamento, assim como aos já citados Francisco Rodrigues de Macedo e José Vaz de Carvalho, inclusive, permitindo a venda de algumas bestas para o pagamento, porém, tudo sem sucesso. Reforça, ao final, que esse embaraço não deveria ter lhe acontecido caso o destinatário houvesse cumprido com sua palavra. Mas, em tom de conciliação, informa estar ciente de seus débitos e garante que irá honrá-los<sup>242</sup>.

Dias após essa última carta, Macedo escreve ao seu primo no Rio de Janeiro lhe dando uma série de instruções sobre os pagamentos de letras que se tem feito e que ainda se fariam.

<sup>238</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 68.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>241</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 87.

Uma dessas instruções chama a atenção, pois pede ao seu primo que se informe a respeito do contrato de passagens de Viamão, do qual o capitão Manuel de Araújo Gomes parecia ser o arrematante. Esse interesse repentino do contratador por essa informação, logo após sua desavença com o dito, deixa aberta a interpretação de que esse interesse pelo contrato de Viamão podia ser por desejo de arrematá-lo de modo a retirar o capitão do negócio, pois pede especificamente que descubra quando se finda o prazo do contrato<sup>243</sup>. Não há mais menção alguma em suas cartas subsequentes sobre esse pedido, mas só essa declaração já é suficiente para se deduzir que o constrangimento que passara com as tropas, por conta da recusa inesperada do capitão em honrar sua promessa de fiança, poderia ter abalado a relação dos dois.

Assim como ao capitão Manuel de Araújo Gomes, Macedo escreve a Francisco Rodrigues de Macedo, em setembro do mesmo ano, com o mesmo tom de desaprovação: “Devo resposta a de vm. de 22 de julho, que recebi ontem; vejo tudo o que se tem passado; em tudo mereço a essa sua paciência, mas sempre sou a dizer a vm. que se engana comigo”<sup>244</sup>. Informa sobre o envio de um crédito no valor de 7:000\$875, para ser retirado junto ao administrador da Mantiqueira, Custódio Manuel Teixeira, a fim de quitar todas as suas obrigações com o destinatário. E, ao final da correspondência, com a expectativa de ter apaziguado o revés, volta a solicitar a ajuda de Francisco Rodrigues quanto aos pagamentos da Casa Doadada, pois diz não acreditar que João de Campos Evangelista tenha conseguido angariar o montante necessário<sup>245</sup>. Observa-se, portanto, que essa carta teria tido o objetivo de esclarecer a situação e de demonstrar o empenho do contratador com suas obrigações, buscando evitar um distanciamento ainda maior na entre os dois, uma vez, que é notória a dependência do contratador para com esses credores no negócio de muars.

Mais do que por uma necessidade monetária, essa dependência para com os fiadores foi legalmente estabelecida logo no começo do transporte sistemático de tropas do Sul em direção à região central da colônia. Em 1734, mesmo ano da abertura do caminho das tropas, por ordem do conde de Sarzedas, ficou estabelecida a obrigatoriedade da indicação de um fiador para todas as tropas que passassem pelo Registro de Curitiba. Era necessário, também, que o fiador fosse um morador da região, e, embora possa ter sido apenas um protocolo sem aplicabilidade na prática, a exigência estava institucionalizada<sup>246</sup>.

---

<sup>243</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 91.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>246</sup> GOULART, 1961, pp. 198 e 199, apud SUPRINIÁK, 2006, p. 12.

Logo após escrever a Francisco Rodrigues, Macedo remete ao administrador do Registro da Mantiqueira o culpando por todo o embaraço que teve com a tropa recém-chegada a São Paulo.

[...] agora sou a dizer-lhe que nunca supuz que vm. somente se desempenhasse com 728\$177 réis para dar a João de Campos (Evangelista), quando foi para São Paulo; e por causa de vm. não ter mandado a Francisco Roiz de Macedo aqueles 600\$ réis que tanto lhe recomendei, me embargaram a tropa que conduzia Rocha, do que me resultou prejuízo de uns poucos de mil cruzados, sendo toda origem esta falta<sup>247</sup>.

Em seguida, estabelece o prazo de um mês, após a entrega da letra citada na carta, para que o dinheiro prometido no documento fosse entregue ao destinatário. Quanto a origem do recurso, o contratador orienta que recorra aos meios do contrato, e caso não os tenha, busque em outros particulares: “[...] pois estou com aqueles muito em pontos de pundonor; e se não tiver todos de minha fazenda, supra do seu, que nada arrisca, ou peça aos amigos, se os tiver, que tem bastante de donde haver”<sup>248</sup>.

O desfecho de toda essa grande sequência de cartas se dá só próximo de outubro de 1780, quando há um envio ao cobrador do contrato, aludido como sargento-mor Brás Alves Antunes (em vez de capitão como até então), tratando da chegada às Minas da dita tropa vinda de Viamão sob condução geral de Francisco da Rocha e Sousa. É um dos únicos relatos em toda a correspondência ativa do contratador a respeito da dimensão de animais movimentados.

O contratador, já ao final de sua correspondência ativa, aborda um curioso evento que teria acometido suas tropas no caminho de São Paulo às Minas. É uma carta que acaba colocando em cheque a ordem dos eventos narrados até aqui e, também, os registros de passagem por Sorocaba localizados por Marcondes e Suprinyak, pois os montantes mencionados na carta não estão de acordo com os do Registro de Sorocaba, a menos que tropas passadas pelo registro anteriormente ainda estivessem nessa região. A carta está datada de novembro de 1780 e, de acordo com o que foi possível apreender, levando em conta que um trecho da carta não está transcrito; uma mulher, denominada de D. Áurea, teria tentado se passar por “contratadora ou feitora da rematação”<sup>249</sup> exigindo um possível pagamento de tributos e impedindo a passagem de suas tropas, fato que pegou o contratador de surpresa, pois, como diz, “nela nunca pagaram passagens”<sup>250</sup>. Foram, inicialmente, 839 bestas e 31 cavalos impedidos de seguirem viagem em algum ponto, ao que tudo indica, entre São Paulo e Minas Gerais. Depois

<sup>247</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 128.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>250</sup> *Ibidem*, p. 164.

diz, que João de Campos (Evangelista) conduzia mais de 1000 bestas e Francisco da Rocha e Sousa outras 1000, de modo que estima um total de 3400 animais parados.

[...] tudo está parado por causa do dito requerimento; e eu estou apresentando um protesto (...), prejuízo que me causa com o rendimento de todas as passagens de um ano, que tudo me há de pagar, pois que quando eu lhe devesse essas passagens, que tal não há, o que podia fazer era penhorar ou confiscar, ou usar dos direitos que tinha, e não fazer parar 3400 bestas que se acham em marchas; todo prejuízo há de pagar<sup>251</sup>.

Macedo parece estar se referindo à dita D. Áurea e contestando a cobrança da passagem por julgá-la indevida. O documento, porém, conforme nota do responsável pela transcrição, (Tarquínio de Oliveira) encontra-se com vários trechos suprimidos e com borrões de tinta que impediram a leitura integral da carta. Além disso, só uma possível consulta de outras fontes, caso existam, vai permitir a elucidação efetiva do que se está sendo narrado. Entretanto, dentro das possibilidades desta pesquisa, as buscas pelo nome de D. Áurea em outros arquivos não geraram nenhum resultado.

O contratador prossegue, relatando que denunciou à Junta o ocorrido e que, pelo que sabe, a decisão do Intendente se mostrou desfavorável a ele, pois teria se decidido pela liberação da tropa em troca da garantia dos direitos solicitados. Macedo, entretanto, argumenta dizendo: “E que direitos, se não os devo? [...]. Não sei o sr. Intendente com que justiça manda-me impedir a minha tropa que pagaram os direitos de sua majestade em passagem a que nada devem”<sup>252</sup>. O contratador, parece crer que hajam tramado contra ele para prejudicar seus negócios.

Vm. sem ordem minha, não faça requerimento algum, pois que eu quero ir eu mesmo (...) que já agora o prejuízo que tenho é grande e tenho precisão de cobrar os quintos (...); essa causa vm. (...) lhe dizer a justiça que tenho a injustiça que me fizeram pelo falso requerimento da sra. Dona dessas passagens, e falsa informação com que enganaram ao sr. Intendente, para a informação que deu a esta Junta. [...] são tantas as tropas que, sem preparação, francamente (passam) pelos postos por onde eu mandei vir as minhas, que nunca pagaram, nem deviam, e nem vinham escondidas, e como é constante já há sentença a este respeito definitiva que justifica o meu obrar, (nem) eu sou tão nécio que intente cousa que não haja de conseguir<sup>253</sup>.

Ao final da carta, o contratador apenas reitera a Brás Alves de Antunes que não faça nada enquanto ele não estiver presente. E já em carta seguinte, informa a José Joaquim de Oliveira, o outro condutor responsável pela tropa junto com Rocha de Sousa, sobre a ida de

<sup>251</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 164.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 164.

Lourenço da Costa Cambiacho ao seu encontro para conduzir os animais às Minas, de modo que a contenda com a dita D. Áurea não foi mais mencionada em suas cartas.

Essa situação relatada não pôde ser entendida completamente, como já dito, pela falta de fontes disponíveis a esta pesquisa; no entanto, isso não impede que se conjecture sobre o ocorrido. Caso o relato de Macedo seja verdadeiro, e essa cobrança nunca lhe tenha ocorrido antes, o que é bem provável, visto que essa senhora e essa passagem não haviam sido mencionados em sua correspondência até então, é bem curioso que tenha ocorrido logo após essa situação embaraçosa que Macedo passou com seus habituais credores e fiadores de São Paulo. Não é cabível, porém, fazer acusações infundadas, ou levantar suspeitas que não se sustentem, de modo que qualquer tentativa de interpretar o significado desse ocorrido com as informações que se tem não passa de uma mera confabulação. Não é ignorável, por outro lado, que os trâmites para transportar essa enorme tropa ao seu destino final não foram triviais.

A última referência à tropa vinda de Viamão – imagina-se que a conduzida por Francisco da Rocha e Sousa – dentro de sua correspondências ativa, ocorre em novembro de 1780, quando trata da chegada dos animais à Borda do Campo<sup>254</sup>, na região onde pareciam se estabelecer as tropas de Macedo antes de prosseguirem às vendas na capitania. Após isso, até o final do conjunto de cartas, aparecem apenas citações ao processo de venda, aos devedores de animais no varejo e afins, temos que serão abordados na seção seguinte deste capítulo.

Quanto aos seus credores e fiadores, há apenas mais uma ocorrência. Em dezembro de 1780, o contratador agradece ao administrador do Registro de Jaguari por ter enviado o dinheiro solicitado a São Paulo e aproveita para pedir que envie o quanto mais puder, indicando que suas obrigações não haviam se esgotado, embora parecessem pacificadas.

Sua correspondência ativa se encerra nesse mesmo mês, em dezembro de 1780, isto é, só abrange os primeiros três anos do recorte estabelecido pelo livro de conta corrente pesquisado. Entretanto, as informações que se puderam apreender do que foi possível consultar, já é material suficiente para se pensar em algumas questões. Por exemplo, quanto a prática comercial do contratador, que não constitui uma novidade, visto que muitos trabalhos já trataram de Macedo e de suas atividades comerciais. Entretanto, o que se tem é a prova de que o comércio de animais se inseria rigorosamente nessa estrutura de redes comerciais, brevemente pontuada na introdução desta dissertação e que, sem o apoio financeiro desses vários credores e fiadores estabelecidos em São Paulo, teria sido impossível para Macedo realizar os importes desses animais.

---

<sup>254</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 179.

Ademais, como já aventado em várias ocasiões no decorrer deste trabalho, é, de fato, impossível fazer a associação direta entre as tropas aqui narradas e os animais vendidos no livro de conta corrente. Como visto, apenas umas das tropas tem sua quantidade de animais explicitada, sendo o livro, portanto, a melhor fonte para o estudo quantitativo dessa atividade, embora, qualitativamente, sua correspondência permita visualizar os trâmites para a realização desse comércio, os principais nomes envolvidos e os desafios gerais encontrados por Macedo.

### **3.2 As saídas das tropas nas Minas: vendedores e consumidores**

Esta seção, pretende demonstrar um pouco da movimentação interna das tropas após suas chegadas às Minas. Para isso, conta-se com o aporte dos dados, tanto da correspondência ativa de Macedo, quanto dos dados auferidos pela sistematização do livro de conta corrente. Por ser, na maioria de suas páginas, um livro de registro de saídas de animais, o que ele oferece de mais rico, do ponto de vista qualitativo, é a demonstração dos principais indivíduos envolvidos nas vendas no varejo, tanto vendedores (comissários), quanto consumidores. Portanto, a análise dessa seção tratará primeiramente dos vendedores e, em seguida, dos consumidores, estes últimos, enquanto constituintes de marcados grupos sociais: militares, clérigos e religiosos, e mulheres.

Os comissários, como a pesquisa de alguns dos principais nomes denuncia, não constituíam um grupo específico de indivíduos que se dedicavam, necessariamente, ao comércio de animais. Na verdade, a atuação como comissário parecia ser apenas uma de algumas ou muitas outras atividades econômicas desempenhadas por esses indivíduos. É o caso, por exemplo, do próprio João Rodrigues de Macedo, que aparece como vendedor direto de alguns animais ou de seu sócio Antônio Teixeira Pena, que, também, é implicado como vendedor. Além desses, o citado condutor na seção anterior, Francisco da Rocha e Sousa, surge como um dos maiores vendedores dos animais em nome do contratador, juntamente com Lourenço da Costa Cambiacho. Ou seja, estar registrado no livro como um vendedor não significa, de forma alguma, a constituição de uma classe enquanto profissão, mas sim, uma dentre outras atuações comerciais.

Sobre isso, Tiago Gil, por exemplo, foi assertivo: “Os tropeiros de gado da rota Viamão-Sorocaba não se constituíam como um grupo social preciso. Não possuíam identidade étnica,

política ou de classe”<sup>255</sup>, ou, ainda, “mesmo um negociante de gado de maior vulto não era considerado, necessariamente, um tropeiro”<sup>256</sup>.

Os vendedores indicados no livro, em contraste com os consumidores, costumavam estar associados a grandes transações monetárias. Em outras palavras, alguns desses comissários foram responsáveis pela venda de centenas de animais, como demonstra a tabela abaixo, cujos valores são relativos às vendas válidas e a prazo de bestas, cavalos, potros e machos.

Tabela 6: Os maiores comissários (vendedores)

<b>Comissários</b>	<b>Total animais</b>	<b>Receita por comissário</b>
Lourenço da Costa Cambiacho	1236	37.789.987
Francisco José Murça	472	15.022.999
José da Fonseca Marinho, alferes	486	14.747.037
Manuel Afonso da Silva	361	12.225.600
João Rodrigues de Macedo	366	12.025.600
Francisco da Rocha Sousa	280	10.602.980
José Aires Gomes, sargento mor	254	9.911.000
Inácio José Ferreira	146	5.978.500
José Teixeira Ferrás, alferes	191	5.720.500
João Carneiro da Silva, tenente coronel	185	5.620.600
Francisco [Jerônimo] Freire de Andrade	153	4.882.200
José Caetano de Sousa Ribeiro	145	4.534.000
José Pinto Silva, capitão	141	3.959.500
Francisco José e Silva Guimarães, furriel mor	139	3.851.800
Bazílio de Brito Malheiros, tenente coronel	115	3.715.400
André José de Araújo, alferes	85	3.221.600
Antônio [Fernandes], capitão [capataz]	84	3.204.000
Marcelino da Costa Barros, alferes	91	3.097.100
Manuel Antônio de Oliveira	95	2.952.700
Baltazar da Costa Lobo	72	2.414.800
José Pereira Vila Nova	84	2.365.200
Vicente José Nemetto, capataz	55	2.066.400
Antônio Pedrosa Loures	53	2.040.200
Custódio Vieira Lanhoso, alferes	68	1.970.200
Antônio Marques	61	1.926.800
José Gonçalves da Silva	80	1.923.262
Manuel Gonçalves Viana	54	1.656.600

<sup>255</sup> GIL, 2009, Op. cit., p. 51.

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 52.

João Ribeiro da Fonseca	72	1.645.900
Jerônimo Martins Gomes, capitão	33	1.188.000
José da Costa Neves	32	1.118.500
Antônio Teixeira Pena	29	1.117.200
Outros	242	7.540.850
<b>Total</b>	<b>5960</b>	<b>192.037.015</b>

Observação: os valores da coluna de receita são dados em réis e ordem crescente é balizada pela coluna de receita por comissário. Fonte: APM, CC 1323, pp. 23 a 115.

Como se vê, o nome de Lourenço da Costa Cambiacho salta aos olhos. Só ele, é responsável pela negociação de 20,7% de todos os animais vendidos a prazo. Por sua vez, o grupo dos sete maiores vendedores – os que venderam mais de duzentos animais – negociou mais de 58% do contingente total, enquanto os demais vendedores, de um total de 54 nomes, foram responsáveis pela parcela restante. No mesmo sentido de Marcondes e Suprinyak, que identificaram uma expressiva concentração na venda das tropas de animais no entreposto de Sorocaba, os lançamentos diários indicam uma preponderância significativa de alguns nomes nas vendas dos animais em Minas Gerais. De 7556 bestas cujos vendedores foram identificados na documentação levantada por eles, mais de 15% foi vendida por apenas três indivíduos<sup>257</sup>.

Esses comissários foram divididos em três grupos conforme o valor monetário atribuído a cada um deles: os maiores comissários, os comissários intermediários e os menores comissários. Estabeleceu-se que os maiores seriam aqueles que foram responsáveis por valores transacionados acima de 9 contos de réis, os intermediários, pelos totais transacionados abaixo dessa marca e acima de 1 conto de réis, e os menores, aqueles que não chegaram a essa última marca.

Tabela 7: Os grupos de comissários

<b>Grupos</b>	<b>Comissários</b>	<b>Valor</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Maiores</b>	7	112.325.203	58,48%
<b>Intermediários</b>	24	72.170.962	37,59%
<b>Menores</b>	23	7.540.850	3,93%
<b>Total</b>	<b>54</b>	<b>192.037.015</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: APM, CC 1323, pp. 23 a 115.

A pesquisa dos nomes dos três maiores vendedores não resultou em muitas informações. Sobre Lourenço da Costa Cambiacho, por exemplo, não se encontrou nada de relevante além

<sup>257</sup> MARCONDES e SUPRINYAK, 2007, Op. cit., p. 61.

do que contém a correspondência ativa do contratador. Por meio desse conjunto só se sabe da atuação do mesmo como agente de Macedo nos cuidados das tropas após suas chegadas à capitania de Minas Gerais, como é explicitado em carta de setembro de 1778 enviada por Macedo ao dito:

[...] vai vm. encontrar-se com Inácio Alves da Mota, condutor de uma tropa que de minha conta traz para estas Minas, a qual tropa vm. verá o estado em que está, e o dito dará a vm. conta de tudo quanto tem passado, e se ainda estiver na Mantiqueira abaixo, em paragem que haja pasto bom, vm. deixará ficar até segunda ordem minha<sup>258</sup>.

No mesmo sentido, dessa vez relativa a tropa conduzida por Francisco da Rocha Sousa, o contratador relata que Cambiacho foi designado para “fazer conduzir as bestas para dentro” a partir da aproximação dos animais vindo da capitania de São Paulo<sup>259</sup>. Em outra carta, fica claro, além da atuação direta de Cambiacho no negócio de animais de Macedo, seu papel como homem de confiança do contratador. No caso, Macedo está relatando ao alferes Bento José Vivas uma devolução de bestas por parte de Antônio Rodrigues Brito, por não estar conseguindo pagar pelos animais que tomou a prazo, e dando conta ao alferes que solicitou a ida do dito Cambiacho à localidade para resolver a situação<sup>260</sup>.

Sobre Francisco José Murça, por seu turno, sabe-se menos ainda. A busca de seu nome nos acervos que estavam ao alcance dessa pesquisa não resultou em nenhuma ocorrência. Há uma única carta da correspondência ativa do contratador que cita seu nome, quando, em comunicado ao capitão Brás Alves Antunes, comprova sua atuação como negociante de bestas em nome de Macedo:

Pelo que respeita ao crédito que vm pede, do falecido Francisco José, não o tenho em casa, e julgo serem as bestas vendidas por Francisco José Murça, morador no Ribeirão do Inferno, porque ainda não deu conta da venda que fez, e assim eu mando buscar o mesmo crédito; se lá estiver, o enviarei a vm e juntamente lhe direi a quem há de entregar as bestas, se meu primo (Domingos José) a este respeito não deu alguma providência<sup>261</sup>.

Dentre os comissários, ainda, podem se destacar os nomes de João de Campos Evangelista, condutor referido na seção anterior e que é responsável pela venda de 24 animais a prazo; o do sócio Antônio Teixeira Pena, com apenas 29 unidades vendidas no varejo e a prazo; e do próprio contratador, com pouco mais de 350 animais negociados. Para além disso, não é factível a essa pesquisa ir além da associação dos nomes ao número de animais e aos

<sup>258</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 232.

<sup>259</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 166.

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 19.

<sup>261</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., p. 317.

valores transacionados, ficando o estudo específico da atuação desses homens nesse mercado para pesquisas futuras.

Quanto às vendas à vista, não há nenhuma mudança significativa. Ocorre, apenas, que muitos dos 54 nomes associados às vendas a prazo não se encontram nesse conjunto. Lourenço da Costa Cambiacho, por exemplo, é responsável pela venda de 140 dos 418 animais vendidos à vista, o que corresponde a cerca de 30% dos animais negociados. Trata-se de parcial aproximada por conta da dificuldade de se interpretar precisamente determinadas transações. Aparecem, também, dentre os maiores negociantes a prazo: Francisco José Murça como vendedor de seis animais e José da Fonseca Marinho, como negociante de vinte e três.

Sobre os trâmites de vendas, de modo geral, a correspondência ativa do contratador é uma importante fonte de informações. Em uma delas, escrita ao cobrador capitão Brás Alves Antunes, há a informação do prazo que o contratador considerava aceitável para o acerto de débitos. A carta não se refere especificamente ao negócio de animais, entretanto, esse dado pode ser utilizado como um norteador das práticas do contratador: “Tenho lembrado a vm. que deve cobrar dos devedores que tiveram tido 6 meses de espera, e veja que não quero que exceda ao dito tempo, pois do contrário se fazem incobráveis”<sup>262</sup>.

Em outra ocasião, Macedo escreve ao coronel Manuel Rodrigues da Costa no Registro Velho, lhe informando que Antônio José de Abranches iria àquela localidade buscar algumas bestas que deviam ser passadas a prazo. Instrui o destinatário a não negociar nenhuma delas por menos de 40.000 réis, valor bem superior à média geral de preços observada no conjunto dessas transações<sup>263</sup>. Já a José Aires Gomes, endereçada à Borda do Campo – região importante para o negócio de animais – Macedo escreve, em novembro de 1779, demonstrando o importante papel do sargento na venda de animais. Enquanto comissário, essa carta demonstra que teria sido responsável pela intermediação de uma tropa, inicialmente de 133 bestas, que devia ser entregue a Francisco José Freire de Andrade por 36.000 réis a unidade<sup>264</sup>. A tropa, entretanto, parece nunca ter chegado em sua totalidade a Francisco José Freire de Andrade, que escreveu a Macedo dando conta de ter recebido apenas 94 das 133<sup>265</sup>.

Já, em junho de 1780, Macedo escreve ao sargento mor José Aires Gomes tratando especificamente do negócio de animais. Primeiramente, pede a ele que proceda com a penhora de todos os bens possíveis de Luís Rodrigues de Araújo, inclusive de suas bestas, por conta de

---

<sup>262</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 172.

<sup>263</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 18.

<sup>264</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 290.

<sup>265</sup> *Ibidem*, p. 300.

seus débitos em aberto, demonstrando que esses animais possuíam um valor significativo. Em seguida, o contratador parece muito contrariado por suas instruções não estarem sendo seguidas, até mesmo no que tange às vendas dos animais: “enquanto às bestas, espalhei ordem para que vm. mandasse buscar as melhores; e vm. me diz lhe mandaram as mais ruins; o certo é que não entendem e ninguém faz o que mando”<sup>266</sup>.

Em agosto de 1780, há outra importante carta tratando dos trâmites de vendas dos muares. A João Ribeiro da Fonseca, um possível implicado nessa atividade, o contratador escreve pedindo que vá a Piranga assumir uma tropa de 100 bestas e 6 cavalos que estão sob os cuidados do guarda-mor Diogo Carvalho de Moraes, mas que estavam sendo negociadas na região por Baltazar da Costa Lobo que “os deixou por esses campos”. Macedo pede que verifique os créditos que ainda não foram pagos das possíveis vendas feitas por Lobo e se informe de todos os clientes e negociações. Adianta, por exemplo, que o defunto Miguel Ribeiro deve “quinhentos e tantos mil réis” em bestas compradas a prazo, além de ter tirado um macho para revender. O enviado de Macedo deve buscar todos os recibos e créditos ainda abertos, e repassar as cobranças ao guarda-mor que está no cuidado dos animais<sup>267</sup>.

As bestas em pasto bom, comendo o capim que precisarem; e estando em ordem, virá dar parte e entregará os créditos das bestas ao dito guarda-mor, e que passe o recibo em lista declarando números e respectivas quantias, e recomendo muito, muito a cobrança das cotas dos créditos que cobrar, aí trará; e o mesmo recomende ao dito guarda-mor<sup>268</sup>.

Em envio na mesma data, ao próprio guarda-mor Diogo Carvalho de Moraes, se tem a justificativa do abandono desses animais por parte de Baltazar da Costa Lobo. É relatado que este fugira da região na companhia de um de seus irmãos acusado de matar Miguel Ribeiro de Andrade, referido como defunto na carta anterior. Valério Coelho de Macedo está sendo enviado para proceder com algumas cobranças de créditos na região, além de tratar de ajuntar e cuidar dos animais deixados por Lobo. Valério de Macedo, ainda, é incumbido de buscar compradores para as posses de bestas em aberto deixadas por Lobo e alguns de seus familiares, totalizando sete animais<sup>269</sup>.

Um mês após esse envio, em setembro de 1780, ao mesmo guarda-mor Diogo Carvalho de Moraes – nessa carta referido como administrador dos dízimos – são dadas instruções muito semelhantes às anteriores. As duas cartas de antes, por ausência de Macedo em Vila Rica, foram

---

<sup>266</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 66.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 115.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 116.

escritas por Vicente Vieira da Mota, de modo que esta, escrita por Macedo, apenas reforce todos os pedidos que foram feitos antes. Por fim, informa que o portador desta carta, Joaquim José de Oliveira, também leva mais créditos de bestas a se cobrarem, que, aparentemente, devem ser cobrados com o auxílio do guarda-mor<sup>270</sup>.

No mesmo mês, o contratador escreve ao capitão Jerônimo Martins Gomes, cuja localização não é informada, dizendo o seguinte: “Não tenho que lhe perguntar o estado das minhas bestas, por se fazer desnecessário, e só lhe digo que tenho presentemente a chegar muitas mais, e não podem tardar”. Trata-se de uma informação muito importante, mas que carece de mais detalhamentos. É possível pressupor que Martins Gomes atuasse no cuidado de tropas de Macedo, embora não se saiba onde e nem de quantas. A pesquisa de seu nome em outros acervos, revelou apenas que havia falecido em 1806, e que ainda era identificado pela patente de capitão, além de o documento estar assinado como da vila do Sabará<sup>271</sup>. A despeito dessa falta sistemática de informações robustas sobre ele e sobre detalhamentos do conteúdo da carta, esse envio vale como mais um comprovante da capilaridade dos negócios de animais em torno de Macedo.

Ainda em setembro de 1780, Macedo instrui o alferes Manuel Joaquim de Almeida, de localização também não identificada, a intensificar as cobranças dos devedores, tanto do contrato das Entradas quanto dos que compraram bestas a prazo. O tom do contratador é de apelo, pois enfatiza muito a necessidade que tem que se receba logo esse dinheiro: “Agora vou a rogar a vm. com a maior eficácia me faça essas cobranças, sem ocultar as mais mínimas diligências, tendo em cuidado o estado dos devedores [...] se tiver alguma cousa cobrada das ditas bestas, vm. entregará ao dito portador”<sup>272</sup> Logo ao final de sua correspondência ativa, por outro lado, está uma carta na qual identifica a possibilidade de se revenderem os animais devolvidos por incapacidade de pagamento. No caso, o comprador Manuel de Oliveira Ruelas desejava devolver três machos, de modo que Macedo autoriza a devolução apenas porque foi informado que este não tinha com o que pagar. Em caso contrário, ou seja, quando um devedor tivesse como pagar, o contratador instrui para que não se aceite a devolução, mas sim, se cobre o dinheiro devido<sup>273</sup>. Essa carta constitui um relato muito importante da forma como João Rodrigues de Macedo conduzia seus negócios, o que vai ao encontro com a descrição feita por

<sup>270</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 125.

<sup>271</sup> BNdigital/ REIS, Valeriano Manso da Costa. [Carta a José Custódio de Araújo remetendo a quantia paga por Domingos José da Silva, por conta do falecido Jerônimo Martins Gomes, e solicitando que incluía este pagamento na relação da cobrança do corrente trimestre.]. Vila do Sabará [Sabará, MG]: [s.n.], 25 set. 1806. 1 f.

<sup>272</sup> OLIVEIRA, 1981, 2º vol., Op. cit., p. 155.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 198.

Tarquínio de Oliveira na introdução às suas correspondências, quando diz que Macedo pode ser lido como um homem de negócios generoso, como brevemente demonstrado na introdução deste trabalho.

Passando ao estudo dos compradores registrados no livro de conta corrente estudado, primeiramente, é importante descrever o perfil dessas vendas. Como já mostrado no capítulo 2 desta dissertação, predominam as vendas a prazo em detrimento das transações à vista. Dentre essas vendas a prazo, a grande maioria diz respeito a negociações unitárias, como explicita o cálculo da moda desse conjunto, que nada mais é do que a localização do valor que mais aparece em um conjunto. A média, por sua vez, é de 2,4 animais por transação.

Contaram-se, aproximadamente, 1.999 nomes diferentes nos lançamentos diários válidos e a prazo. Diz-se, que é um resultado aproximado, pois, em alguns casos, não foi possível ter a certeza da grafia de determinados nomes, o que pode ter causado dupla contagem de um mesmo indivíduo, por exemplo. De qualquer forma, esses nomes foram subdivididos segundo um critério social e de gênero. Reforçando o que foi explicado no início deste capítulo, fez-se apenas a separação dos compradores identificados que possuíam patente militar explicitada, que eram do gênero feminino e que eram membros do clero. Essa ação foi feita com o objetivo único de buscar analisar esses nomes enquanto membros de grupos sociais, já que seria completamente inviável estudá-los um-a-um.

O grupo dos indivíduos que não compõem nenhum dos três grupos explicitados é o mais numeroso, contando 1.738 nomes. Por ser um grupo tão grande é inviável para esta pesquisa discuti-lo como tal, de modo que se irá focar apenas na discussão dos três subgrupos estabelecidos. É preciso enfatizar, porém, que o objetivo dessa separação em grupos sociais é apenas o de demonstrar a diversidade dos indivíduos que consumiam esses animais vendidos em nome de Macedo. Serão apresentados alguns indicadores e alguns dos principais nomes. Esses nomes foram consultados, a título de buscar localizar esses indivíduos nesse espaço, em três acervos: no Arquivo Histórico Ultramarino, por meio do sítio do Projeto Resgate, no Arquivo Público Mineiro, por meio de sítio próprio e no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional (BNdigital).

### 3.2.1 *Os militares*

Os nomes acompanhados de alguma patente militar são os mais numerosos dentre as três subdivisões que se determinou. São furriéis, alferes, sargentos, coronéis e capitães, além de variações como, sargento-mor e capitão-mor. Não é possível aqui, entrar no mérito de cada

patente ou do significado social profundo de se deter alguma dessas patentes nas Minas do século XVIII, pois escaparia aos objetivos fundamentais deste estudo.

Foram localizados, aproximadamente, 110 nomes acompanhados de alguma identificação militar, os quais movimentaram 898 animais e 30.071.200 réis, equivalente, monetariamente, a cerca de 15,65% das vendas válidas e a prazo. Abaixo, tem-se uma tabela com os cinco maiores compradores com patentes militares, do ponto de vista do número de animais comprados. Esses cinco nomes foram estabelecidos pelo critério de mais de quinze animais comprados.

Tabela 8: Maiores compradores com patentes militares

<b>Nome</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor unit.</b>
Antônio José de Abranches, capitão	310	12.216.000	39.406
João Carneiro da Silva, tenente-coronel	166	4.557.250	27.453
Antônio Barbosa da Silva, tenente-coronel	80	2.400.000	30.000
Bonifácio Pereira Veloso, sargento-mor	20	720.000	36.000
José Simões Prata, capitão	16	576.000	36.000

Observação: Valor e Valor Unit são dados em réis. Fonte: APM, CC 1323, pp. 23 a 115

As quantidades negociadas por esses três primeiros nomes, destoam, e muito, da média geral do grupo, que é de pouco mais de dois animais por transação. Quanto aos valores unitários médios, estes estão acima da média geral das vendas válidas e a prazo, que é de 30.517, embora esse parâmetro não seja o mais relevante. Primeiramente, porque essa é uma média calculada sem se fazer a distinção por tipo de animal, e, também, pois não se está levando em conta a data da negociação, que, como se viu no capítulo 2, acaba influenciando na média geral de preços.

Sobre o maior negociante desse grupo social, Antônio José de Abranches, foram encontradas algumas ocorrências na coleção Casa dos Contos, entretanto, por forças maiores, não foi possível realizar a consulta do material, que só pode ser acessado presencialmente. João Carneiro da Silva, por sua vez, também parecia ser um homem de grande destaque social em seu tempo. Localizou-se, por exemplo, uma carta patente confirmando o dito como sargento-mor do 1º Regimento da Cavalaria Auxiliar do Serro Frio, em meados de 1780<sup>274</sup>; ademais, é um interlocutor recorrente na correspondência ativa de João Rodrigues de Macedo. É designado como administrador-geral do contrato das Entradas de Macedo para a comarca do Tejuco, ainda

<sup>274</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de João Carneiro da Silva, sargento-mor do 1º Regimento da Cavalaria Auxiliar do Serro Frio, solicitando a Rainha a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. 13 de março de 1784 [Cx. 121, doc. 28 (1)].

em 1775, logo que Macedo inicia suas atividades na capitania<sup>275</sup>. Partindo do pressuposto, já discutido neste trabalho, de que os homens de negócios desse tempo acabavam por se envolverem em diversas atividades e observando a quantidade de animais comprados pelo dito, é possível pensar que sua posição de destaque na capitania poderia projetá-lo, também, como um revendedor de animais, fato que se confirmou ao se consultar a lista de comissários. João Carneiro da Silva, ainda com a patente de tenente-coronel, está implicado, de acordo com o livro de conta corrente do contratador, na venda de 184 bestas e de 1 cavalo, fazendo dele um comissário de médio porte, conforme parâmetro de análise estabelecido nesta pesquisa, ao negociar 5.620.600 réis.

Sobre Antônio Barbosa da Silva, sabe-se que recebeu carta patente confirmando sua posição como capitão da Companhia da Cavalaria Auxiliar do distrito do arraial de Santa Luzia, em 1778<sup>276</sup>; em 1795, por sua vez, há outro requerimento do dito, dessa vez, pedindo sua transferência para o Regimento de Sabará, que diz ser o seu antigo regimento, já com a patente de coronel<sup>277</sup>; e, em 1804, envia requerimento solicitando a confirmação no cargo de coronel efetivo, que não foi possível saber se obteve o deferimento ou não, por conta da qualidade do documento<sup>278</sup>.

Por fim, acerca dos dois últimos comissários destacados, não se encontrou informação alguma nos acervos que se pôde buscar.

### 3.2.2 *Os homens do clero*

Quanto aos clérigos, isto é, padres, reverendos e algumas de suas variações dentro da hierarquia da Igreja Católica, compõem um outro relevante grupo social. São, aproximadamente, 78 nomes diferentes, o que representa quase 4% dos 1.999 nomes identificados. Esse grupo movimentou 165 animais e 4.857.525 réis, cerca de 2,5% do total das transações a prazo, dentre bestas, cavalos, potros e machos.

---

<sup>275</sup> OLIVEIRA, 1981, 1º vol., Op. cit., p. 89.

<sup>276</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Antônio Barbosa da Silva, capitão da companhia da Cavalaria Auxiliar do distrito do arraial de Santa Luzia, na comarca do Sabará, pedindo sua confirmação no exercício do referido cargo. 2 de setembro de 1778 [Cx. 113, doc. 27 (1)].

<sup>277</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Antônio Barbosa da Silva, coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar do arraial de Santa Luzia, solicitando que fosse transferido para o seu Antigo Regimento do Sabará. 20 de julho de 1795 [Cx. 140, doc. 29 (1)].

<sup>278</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Antônio Barbosa da Silva, coronel agregado do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar da Vila do Sabará, solicitando carta patente de coronel efetivo. 27 de fevereiro de 1804 [Cx. 169, doc. 37 (1)].

Diferentemente do caso dos militares, existem apenas dois eclesiásticos comprando um número expressivo de animais, de modo que a grande maioria compre poucas unidades. É uma informação coerente com suas posições sociais, uma vez, que, como mostrado anteriormente, alguns desses militares atuavam como comissários de animais em nome do próprio Macedo, por exemplo, enquanto não se espera o mesmo de homens do clero. A média geral de compras entre os clérigos é de, aproximadamente, 1,8 animais por transação, resultado que pode estar enviesado pelas citadas compras mais expressivas, já que a moda geral – valor mais recorrente – é de compras unitárias.

Tabela 9: Maiores compradores clérigos

Nome	Quantidade	Valor	Valor unit.
Gregório José da Silva, padre	18	540.000	30.000
Francisco Ferreira da Fonseca, reverendo	12	420.000	35.000
Teodózio [Alves] de Bitencour, reverendo	8	240.000	30.000
Manuel da Costa Azevedo, reverendo	6	188.800	31.467
João do Monte de Medeiros, reverendo	6	139.200	23.200

Observação: Valor e Valor Unit são dados em réis. Fonte: APM, CC 1323, pp. 23 a 115.

Os preços unitários são, em geral, inferiores aos dos militares, apesar de isso poder significar muitas coisas, como a variação na qualidade dos animais, ou nos tipos predominantes dentre bestas, cavalos, machos e potros. Por outro lado, essa diferença pode demonstrar algum privilégio dado a esses homens, justamente, por serem representantes da Igreja, hipótese que carece de uma pesquisa detida, de modo que não passe de uma conjectura para esta pesquisa.

A busca do nome do padre Gregório José da Silva nos acervos disponíveis, resultou em uma única ocorrência, em dezembro de 1779, quando este – embora sem ser identificado como padre – pede a ajuda de João Rodrigues de Macedo para arrematar os bens penhorados do falecido Cosme Luís Viana<sup>279</sup>. A qualidade do documento está muito comprometida para que se absorva alguma informação além dessa. A busca do nome de João do Monte de Medeiros, por seu turno, resultou em um documento de concessão de carta de sesmaria de 1757, na região do Ribeirão de Taboáçu, no qual não se foi possível localizar menção alguma a posição de reverendo, de modo, que não tenha sido possível garantir que se trate da mesma pessoa<sup>280</sup>. O

<sup>279</sup> BNdigital/ SILVA, Gregório José Da. [Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo que o ajude a arrematar os bens da penhora executada contra o falecido Cosme Luís Viana]. Picada de Nossa Senhora da Oliveira: [s.n.], 12 dez. 1779. 2 f.

<sup>280</sup> BNdigital/ [PROCESSO de concessão de sesmaria das terras junto ao Ribeirão do Taboáçu ao suplicante João do Monte de Medeiros]. Piranga: [s.n.], 25 jan. 1757 - 04 jun. 1757. 11 f.

mesmo aconteceu com a busca por Francisco Ferreira da Fonseca, cujos resultados não faziam alusão ao título de reverendo.

### 3.2.3 *As mulheres*

O grupo de compradoras mulheres é outro que chama bastante a atenção. São, por volta, de 73 nomes, número pouquíssimo inferior ao de clérigos registrados no livro, por exemplo. Essas mulheres negociaram um total de 156 animais, dos quais, 140 eram bestas, no tocante às vendas válidas e a prazo. Foram movimentados 4.551.050 réis, equivalente a 2,3% do montante total das vendas desse tipo. A média geral de cada transação, por sua vez, foi de quase 2 animais, indicador superior à média geral dos clérigos, por exemplo. A moda encontrada, por seu turno, foi unitária como nos dois grupos anteriores. A média geral, no entanto, parece muito enviesada por uma única transação de 22 animais, no nome de [Maria] de Souza, montante que é superior ao dobro da segunda maior transação desse grupo social, indicando que podia se tratar de uma mulher de poder econômico relativo de destaque.

Tabela 10: Maiores compradoras de animais

<b>Nome</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Valor unit.</b>
[Maria] de Souza	22	625.000	28.409
D. Francisca Antunes	10	300.00	30.000
D. Teresa Gonçalves de Jesus	7	210.000	30.000
D. Caetana Maria	7	210.000	30.000
Maria Quitéria Rosa	5	151.200	30.240

Observação: o Valor e o Valor Unit são dados em réis. Fonte: APM, CC1323, pp. 23 a 115.

Sobre a dita [Maria] de Souza, nada foi encontrado nos acervos consultados. No caso de D. Francisca Antunes, por sua vez, foi encontrada sua participação como testemunha na devassa que se levantara por conta da morte e roubo de Francisco José Rodrigues em 1800. O documento indica que ela, caso se trate da mesma pessoa, tinha 37 anos e era natural e moradora da cidade de São Paulo, demonstrando que os animais pertencentes a Macedo podiam, de fato, serem vendidos fora da capitania de Minas Gerais, se é que foi este o caso, pois, como se verá do documento seguinte, é possível que ela nem sempre tenha morado em São Paulo<sup>281</sup> Em 1784, há um mandato de penhora contra D. Francisca Antunes enviado a João Rodrigues de Macedo

<sup>281</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO. Devassa (Traslado da) sobre a morte e roubo de Francisco José Rodrigues. São Paulo, 31 de março de 1800 [Cx. 53, doc. 4094 (1)].

por João Carneiro da Silva, residente no Tijuco<sup>282</sup>, localização que é bem curiosa se comparada com a indicação de naturalidade e residência da mesma na carta anterior. O documento é muito objetivo, e não apresenta nenhum outro detalhamento sobre o motivo exato do mandado de penhora.

Como no caso de [Maria] de Souza, sobre D. Teresa Gonçalves de Jesus e Maria Quitéria Rosa nada foi localizado. A pesquisa por D. Caetana Maria, por sua vez, resultou em uma ocorrência, em 1779, no nome de Caetana Maria do Sacramento, moradora no termo da cidade de Mariana, que pedia a tutela de seus cinco filhos menores e o direito de educá-los, por ocasião da morte de seu marido o capitão Antônio Gonçalves Torres<sup>283</sup>. É um fato interessante, pois indica que se tornara chefe da família após essa data, o que pode ajudar a justificar um destaque na compra dos animais. Entretanto, há outra Caetana Maria moradora do termo da cidade de Mariana, que faz um requerimento no mesmo sentido, dessa vez em 1804, e está identificada como Caetana Maria Angélica, viúva de Francisco José Soares<sup>284</sup>. Com o que está disponível no livro CC 1323 não é possível ter certeza de qual teria feito a negociação de animais, embora seja mais provável que se trate da primeira por conta da data de sua viuvez.

Em suma, como se pôde observar, não foi possível a esta pesquisa aprofundar-se na discussão qualitativa suscitada pelo livro estudado. É importante reforçar que essa apresentação de alguns poucos nomes desses grupos sociais selecionados se fez, unicamente, para chamar a atenção para a riqueza de possibilidades registrada nesse livro, de modo, que novas pesquisas, principalmente do ponto de vista quantitativo, seriam muito bem alimentadas pelas informações nominais coletadas e sistematizadas por esta pesquisa.

---

<sup>282</sup> BNdigital/ SILVA, João Carneiro da. [Carta a João Rodrigues de Macedo enviando o mandado de penhora contra Francisca Antunes]. Tejuco [Diamantina, MG]: [s.n.], 18 abr. 1784. 2 f.

<sup>283</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS). Requerimento de Caetana Maria do Sacramento, natural da freguesia de São Caetano, no termo da cidade de Mariana, solicitando provisão para poder tutelar os seus filhos. 16 de dezembro de 1779. [Cx. 115\Doc. 66 (1)]

<sup>284</sup> ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Caetana Maria Angélica, viúva de Francisco José Soares moradora na freguesia de São José da Barra Longa, no termo da cidade de Mariana, solicitando provisão para poder tutelar as pessoas e bens de seus filhos. 5 de julho de 1804 [Cx. 171\Doc. 2 (1)].

### Considerações finais

Ao final deste trabalho de pesquisa, tem-se a percepção de que os objetivos apontados, ainda na introdução, foram atingidos em alguma medida. Vale retomar cada um deles individualmente e de forma bem objetiva.

Ainda no segundo capítulo, a própria cuidadosa e detalhada demonstração do processo de tratamento das informações contidas no livro de conta corrente CC 1323, constitui, de fato, uma contribuição aos estudos de História da Contabilidade portuguesa colonial. Como se pôde ver, o livro é uma demonstração concreta de importantes soluções metodológicas adotadas naquele tempo para sistematizar, da forma mais prática possível, os vastos dados registrados. Exemplo disso, é o recurso do número de conta corrente, que facilita, e muito, a localização de compradores, comissários e transações específicas. É nítido, também, o cuidado com a anotação rigorosa de todas as informações, de modo que muito do que não se pôde compreender com precisão diz respeito a um entrave na conservação de possíveis páginas perdidas e das próprias limitações da leitura.

Quanto à análise quantitativa do livro estudado, objetivo principal deste estudo, crê-se que os dados tratados apresentados, juntamente com as análises estatísticas construídas, produziram um material importante, que ajuda a demonstrar o significado de João Rodrigues de Macedo para essa atividade na capitania de Minas Gerais, mas, simultaneamente, dessa atividade para os negócios de Macedo. Os números obtidos impressionam muito, desde a quantidade de animais registrados, até o valor total transacionado. Como se mostrou, só o valor total das vendas válidas e a prazo supera o montante anual dos três maiores tributos da capitania de Minas Gerais, relativo a segunda metade do século XVIII. Ademais, as quantidades de animais registrados, embora com a limitação dos dados contábeis para a comparação, indicam, em acordo com o que já foi escrito a esse respeito, que Macedo controlava uma fatia importante do mercado mineiro por muares. O que esta pesquisa pode contribuir a este respeito, é demonstrar que, se as pesquisas anteriores que tocaram no tema de Macedo e seu envolvimento do comércio de animais de carga, já indicavam essa tendência de domínio de mercado, a elucidação de seu livro de conta corrente só reforça ainda mais essa hipótese. Por fim, seria interessante que pesquisas futuras pudessem se utilizar desta presente dissertação para estudar os negócios de João Rodrigues de Macedo de forma geral, apontando qual a participação de cada um dos diversos negócios que se envolvera no cômputo geral de sua proeminência econômica.

Do ponto de vista qualitativo, esta pesquisa foi bem mais modesta, limitando-se – em parte pela dificuldade de acesso a fontes – a apresentar os principais nomes que apoiavam Macedo nesse negócio, sejam como credores ou comissários, de forma a elucidar os números apresentados. Sobre esses indivíduos, foi possível complementar os trabalhos anteriores, principalmente do ponto de vista daqueles que atuavam como vendedores dos animais em Minas Gerais. Como dito no corpo do texto, trata-se de um conjunto importante de indivíduos, alguns deles de destaque notório na sociedade mineira. Quanto aos consumidores, que compõem um vastíssimo grupo de pessoas, foi possível, ao menos, indicar sua predileção por bestas – em detrimento dos outros tipos de animais negociados – suas formas de negociação predominantes – poucas unidades por transação e acordadas a prazo – e, ainda, demonstrar alguns grupos sociais relevantes dentro desse extenso grupo – membros do clero, possuidores de patentes militares e mulheres. Não era intenção desta pesquisa estudá-los individualmente, primeiro, pela dificuldade de acessar as fontes necessárias, mas, sobretudo, pela impossibilidade de prazo para a realização de tal tarefa.

Em um balanço final, acredita-se que esta pesquisa possa, em última instância, contribuir para a historiografia colonial acerca dos muares, principalmente do ponto de vista de Minas Gerais, onde verificou-se um número mais limitado de produções, em detrimento, por exemplo, das pesquisas que tocam a principal região produtora da América portuguesa, o atual Rio Grande do Sul e a capitania de São Paulo, que teve uma proeminência comercial fundamental nessa atividade. Dessa forma, espera-se que este trabalho possa servir de insumo para outras pesquisas que se debrucem nas lacunas e perguntas suscitadas por esta investigação.

**FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS**

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO / Carta do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José Honório de Valadares e Aboim para (D. José I) dizendo que remete a relação dos rendimentos dos contratos da capitania, não só os que foram arrematados, mas também o que foram administrados pela Fazenda Real, começando em 1762, conforme a ordem de 7 de abril de 1769. São Paulo, 8 de julho de 1770 [cx. 27, doc. 2562].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO / Requerimento de Manuel de Oliveira Cardoso a (D. José I), pedindo a confirmação da (carta) patente que o nomeara no posto de capitão-mor da cidade de São Paulo, vago por falecimento de Manuel Gomes (sic) de Almeida. 17 de setembro de 1761. [cx. 22, doc. 2153].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO. Devassa (Traslado da) sobre a morte e roubo de Francisco José Rodrigues. São Paulo, 31 de março de 1800 [Cx. 53, doc. 4094 (1)].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO/ Ofício nº 1 e Ofício nº 10. São Paulo, 15 de abril de 1786 [cx. 38, doc. 3136].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO/ Ofício nº 11 do referido governador para o já mencionado ministro dando parte da arrematação dos dízimos da capitania de São Paulo pela Junta da Administração e Arrecadação da Real Fazenda a Francisco Rodrigues de Macedo e seus sócios José Vaz de Carvalho, Jerônimo Martins Fernandes e o tenente-coronel de Auxiliares, Paulino Aires de Aguirre, por três anos [cx. 36, doc. 3072].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) / SÃO PAULO/ Requerimento de Antônio Fernandes do Vale, morador da cidade de São Paulo, ao rei [D. José I] solicitando a mercê do Hábito de Cristo, com a devida tença, como prêmio que havia sido prometido a quem evitasse o extravio do ouro, fundindo-o e quintando-o devidamente, como fizera o signatário em Vila Rica, quando era morador no Carijós. São Paulo, 19 de abril de 1766 [cx. 5, doc. 326].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (BRASIL) /SÃO PAULO/ Requerimento (Cópia do) que acompanhou a representação anterior, a qual se lhe refere, feita pelos moradores, mineiros, “faiscadores” e mais povo de (São Paulo) à Câmara, para esta o apresentar ao (governador); São Paulo, 27 de fevereiro de 1772 [cx. 28, doc. 2583].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Antônio Barbosa da Silva, capitão da companhia da Cavalaria Auxiliar do distrito do arraial de Santa Luzia, na comarca do Sabará, pedindo sua confirmação no exercício do referido cargo. 2 de setembro de 1778 [Cx. 113, doc. 27 (1)].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Antônio Barbosa da Silva, coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar do arraial de Santa Luzia, solicitando que fosse transferido para o seu Antigo Regimento do Sabará. 20 de julho de 1795 [Cx. 140, doc. 29 (1)].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Antônio Barbosa da Silva, coronel agregado do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar da Vila do Sabará, solicitando carta patente de coronel efetivo. 27 de fevereiro de 1804 [Cx. 169, doc. 37 (1)].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de Caetana Maria Angélica, viúva de Francisco José Soares moradora na freguesia de São José da Barra Longa, no termo da cidade de Mariana, solicitando provisão para poder tutelar as pessoas e bens de seus filhos. 5 de julho de 1804 [Cx. 171\Doc. 2 (1)].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS) / Requerimento de João Carneiro da Silva, sargento-mor do 1º Regimento da Cavalaria Auxiliar do Serro Frio, solicitando a Rainha a mercê de o confirmar no exercício do referido cargo. 13 de março de 1784 [Cx. 121, doc. 28 (1)].

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (MINAS GERAIS). Requerimento de Caetana Maria do Sacramento, natural da freguesia de São Caetano, no termo da cidade de Mariana, solicitando provisão para poder tutelar os seus filhos. 16 de dezembro de 1779. [Cx. 115\Doc. 66 (1)].

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO / CASA DOS CONTOS. Rolo 046, v. 323, livro 1323.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO/ COLEÇÃO CASA DOS CONTOS/ Lista da entrada de animais para cobrança dos dízimos por Lourenço da costa Cambiacho pela conta de João Rodrigues de Macedo. Vila rica, 10 de fevereiro de 1785 [cx. 19 – 10394].

BNdigital / REIS, Valeriano Manso da Costa. [Carta a José Custódio de Araújo remetendo a quantia paga por Domingos José da Silva, por conta do falecido Jerônimo Martins Gomes, e solicitando que inclua este pagamento na relação da cobrança do corrente trimestre.]. Vila do Sabará [Sabará, MG]: [s.n.], 25 set. 1806. 1 f.

BNdigital/ SILVA, Gregório José Da. [Carta a João Rodrigues de Macedo pedindo que o ajude a arrematar os bens da penhora executada contra o falecido Cosme Luís Viana]. Picada de Nossa Senhora da Oliveira: [s.n.], 12 dez. 1779. 2 f.

BNdigital/ SILVA, João Carneiro da. [Carta a João Rodrigues de Macedo enviando o mandato de penhora contra Francisca Antunes]. Tejuco [Diamantina, MG]: [s.n.], 18 abr. 1784. 2 f.

BNdigital/ TEIXEIRA, Custódio Manuel. [Carta a Brás Álvares Antunes, informando sobre o falecimento de José Gonçalves Nogueira, condutor das tropas do caixo do contrado de João Rodrigues de Macedo.]. Registro da Mantiqueira: [s.n.], 24 mar. 1780.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Carta topográfica: folha Minduri, Rio de Janeiro, 1975. Não paginado. Escala 1:50.000. Localização: 21° 40' 33.431" S 44° 44' 12.088" W

OLIVEIRA, Tarquinio JB de. Correspondência ativa de João Roiz de Macedo. Centro de Estudos do Ciclo do Ouro. Casa dos Contos. Ouro Preto. 1981.

BLUTEU, Rafael. Vocabulário português e latino, 1728, v.5.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIDAR, Bruno. **Contratos de Tributos e Poder Regional: a contribuição dos meios direitos para a formação da elite mercantil paulista na segunda metade do século XVIII**. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 48, n. 1, p. 107-136, 2018.
- ALBUQUERQUE, Tomás André Pinto de. **Qual o papel das redes na construção da carreira de um grande homem de negócios e sua relevância para o funcionamento do Império**. 2017. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de História, Universidade Nova, Lisboa.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Memória histórica de Sorocaba (IV)**. Revista de História, v. 31, n. 64, p. 383-400, 1965.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Memória histórica sobre Sorocaba (II)**. Revista de História, v. 30, n. 61, p. 75-92, 1965.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Memória histórica sobre Sorocaba (III)**. Revista de História, v. 31, n. 63, p. 113-131, 1965.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial 1750-1822**. Belo Horizonte, MG. Argvmentvm, 2010.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. Editora Ática. São Paulo. 1980
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- CARQUEJA, Hernâni O. **“Mercador Exacto” primeiro livro, impresso, em português sobre partidas dobradas**. Revista Portuguesa de Contabilidade. V. 1, p. 609-645, 2011.
- CARRARA, Angelo Alves. **A administração dos contratos da capitania de Minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807**. América Latina en la historia económica, n. 35, p. 29-52, 2011.
- CARRARA, Angelo Alves. **A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária**. História econômica e História de empresas, v. 3, n. 2, 2000, p. 47-63.
- CARRARA, Angelo Alves. **La producción de oro en Brasil, siglo XVIII**. In: HAUSBERGER, Bernd; IBARRA, Antonio. (Org.). Oro y plata en los inicios de la economía global: de las minas a la moneda. 1ed. Cidade do México: El Colegio de México, 2014, v. 1, p. 251-271. pp. 252 e 253.
- CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Editora UFJF, 2007.

CARRARA, Angelo Alves. **O crédito no Brasil no período colonial: uma revisão historiográfica.** Varia História, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 15-51, 2020.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1995 (dissertação de mestrado), publicada sob o título homônimo (São Paulo: Annablume, 1999).

COSTA, Ana Paula Borges; PACHECO, Paulo Santana. **Caracterização, inserção e resistência de muares.** Nucleus Animalium, v. 9, n. 1, p. 65-80, 2017.

ELLIS, Myriam. **Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial.** Revista de História, v. 1, n. 4, p. 495-516, 1950.

ELLIS, Myriam. **Comerciantes e contratadores do Passado Colonial.** Revista do Instituto de Estudos brasileiros. São Paulo: USP, 1982.

ELLIS JR, Alfredo. **O ciclo do luar.** In: Revista de História. Ano I, n° 1, São Paulo: USP, 1950.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** São Paulo: UNESP. Arquivo do Estado, 1990.

FONSECA, Paulo Miguel Moreira da. **João Rodrigues de Macedo: ações e transações.** 2005. 138 f. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História) –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32° ed. Companhia Editora Nacional. 2005.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas.** 2° ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810).** Março de 2009. 372 páginas. 2009. Tese de Doutorado. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GIL, Tiago Luís. **Nos Domínios Portugueses: Mecanismos de estruturação e manutenção do mercado luar platino (1750-1800).** Acervo, Rio de Janeiro, v. 15, n° 2, p. 33-54, jul/dez 2002.

GONÇALVES, Miguel; LIRA, Miguel; MARQUES, Maria da C. **Adolescência da Contabilidade por Partidas Dobradas em Portugal: O papel de um amigo do Marquês de Pombal, José Francisco da Cruz (1717-1768).** Revista de Contabilidade & Finanças, v. 116, p. 2-7, 2014.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro: seus homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727/1763).** Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 2002.

KLEIN, Herbert S. **A oferta de mueres no Brasil Central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880**. Est. Econ., São Paulo, v. 19, n° 2, p. 347-372, maio-ago. 1989.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842**. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

MADEIRA, Mauro de Albuquerque. **Contratadores de tributos no Brasil colonial**. Cadernos Aslegis, v.2, n.6, p. 98-112, set/dez 1998.

PEDREIRA, Jorge Miguel. **Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa, de Pombal ao Vintismo (1755-1820). Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social**. 1995. Tese de Doutorado. dissertação de doutoramento em Sociologia, mimeog., Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

PEDREIRA, Jorge Miguel. **Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)**. Análise social, p. 355-379, 1996.

PEREIRA, Alexandra Maria. **Um mercador de Vila Rica: atividade mercantil na sociedade do ouro (1737-1738)**. 2008. 172 f. Dissertação. Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **O Barão de Iguape, um empresário da época da Independência**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

RAU, Virgínia. **O “Livro de Reção” de António Coelho Guerreiro**. Lisboa: Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1956.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Os “extravios que tão continuados têm sido...”: contrabando e práticas comerciais ilícitas nas atividades do contratador João Rodrigues de Macedo**. Locus-Revista de História, Juiz de Fora, v. 2, n. 1/2, 2005.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Viver à lei da nobreza: familiaturas do Santo Ofício, Ordens Terceiras e Ordem de Cristo num contexto de mobilidade social** (Minas Gerais no séc. XVIII). In: Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos do Antigo Regime. 2011. p. 1-20.

SANTOS, Raphael F. **Devo que pagarei: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773)**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGH/UFMG, 2005.

SANTOS, Raphael Freitas. **O ouro e a palavra: endividamento e práticas creditícias na economia mineira setecentista**, in. À vista ou a prazo: comércio e crédito nas Minas setecentistas. Angelo Alves Carrara (org.). Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2010.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil: 1500/1820**; curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (por) Roberto C. Simonsen. 8 ed. São Paulo, Ed. Nacional; 1978.

SOUZA, João Paulo A. de. **Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através do conceito de capital escravista-mercantil.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 38, n. 1, p. 173-203, 2008.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil Imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo.** 2006. 121f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Economia) –Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo et al. **Os muares e as Minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX.** IN: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/FaCE/UFMG, 2006.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; MARCONDES, Renato Leite. **Movimentação de tropas no Centro-Sul da Colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII.** Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 40, p. 47-69, 2007.

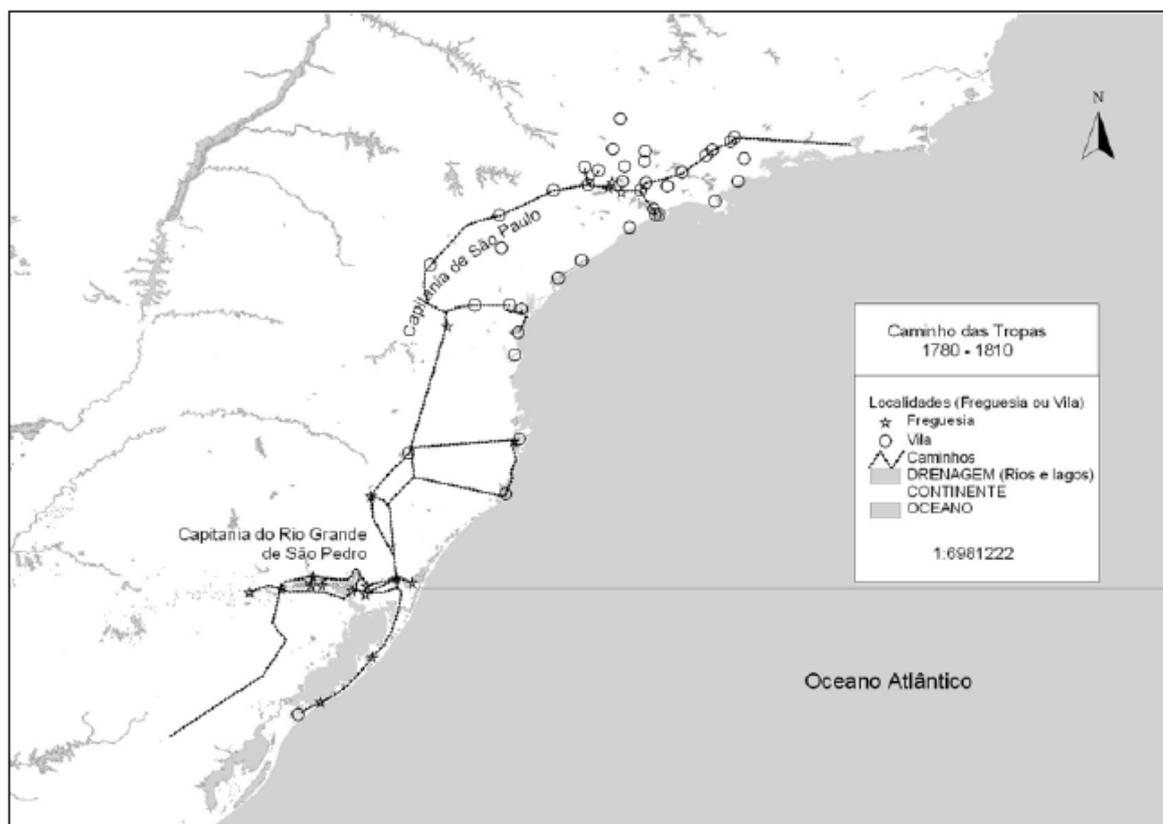
VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. **O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII.** Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII.** Tese de Doutorado apresentada à cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Universidade de São Paulo., 1951.

## ANEXO

Anexo único: mapa do caminho das tropas da região de Viamão até a capitania de São Paulo.  
Fonte: GIL, Tiago Luís. Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão a Sorocaba (1780-1810). Março de 2009. 372 páginas. 2009. Tese de Doutorado. Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Figura 2 – Mapa do Caminho das Tropas (1780-1810)



Fonte: Mapas Particulares... BN. Mss. 005,04,035